

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Camila Marques Silva Daher

"Se a gente não fala, ninguém vai falar por nós": comunicação comunitária e o tecer de narrativas sobre as periferias

Juiz de Fora

2026

Camila Marques Silva Daher

"Se a gente não fala, ninguém vai falar por nós": comunicação comunitária e o tecer de narrativas sobre as periferias

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Processos Psicossociais em Saúde, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Orientador: Fernando Santana de Paiva

Juiz de Fora

2026

Camila Marques Silva Daher

"Se a gente não fala, ninguém vai falar por nós": comunicação comunitária e o tecer de narrativas sobre as periferias

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Processos Psicossociais em Saúde, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Ferreira Barcellos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Katia Maheirie
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª. Eliane Regina Pereira
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Ricardo Bezerra Cavalcante
Universidade Federal de Juiz de Fora

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Marques Silva Daher, Camila.
"Se a gente não fala, ninguém vai falar por nós": comunicação comunitária e o tecer de narrativas sobre as periferias / Camila Marques Silva Daher. -- 2026.
165 p.

Orientador: Fernando Santana de Paiva
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2026.

1. Comunicação comunitária. 2. Contra-hegemonia. 3. Violência midiática. 4. Pauperização urbana. 5. Psicologia Social Comunitária.
I. Santana de Paiva, Fernando , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Essa tese foi escrita durante os anos mais difíceis da minha vida. Muitas perdas, muitos adoecimentos, muitas angústias. Sem intervalos pra respiro. Pensei que não chegaria até aqui. Se escrevo hoje os agradecimentos da minha tese, é porque tenho pessoas incríveis ao meu redor. Obrigada mãe, por me oferecer um bocado da sua força quando nem você tinha. Você me dá uma lição de amor à vida a cada movimento seu. Obrigada pai, por ser sempre carinho, acolhimento e casa. Sou a primeira da família a me graduar e pós-graduar, e isso é fruto de todo o esforço e suporte de vocês.

Obrigada Luana, por ser uma irmã que abraça sendo companheira, divertida e compreensiva. Obrigada vó, pela torcida e por todo seu amor. Obrigada vô Manelão, por ter sido essa pessoa tão coração, esse avô paizão. Sua partida ainda dói, mas a sua vida, o orgulho que você tinha de mim e sua memória me deram forças para finalizar esse processo. Obrigada madrinha Glorinha, por ter sido tia-madrinha-mãe-amiga. Sua memória também me conduziu até aqui.

Obrigada Pedro, por ter se agarrado às minhas mãos e me ajudado a caminhar quando eu nem me lembrava mais como fazer isso. Viver a vida ao seu lado é uma alegria. Obrigada às minhas amigas e aos meus amigos por todas as conversas, suporte, risadas e momentos de suavidade em meio ao caos.

Agradeço também ao meu orientador Fernando Santana e aos professores Ricardo Cavalcante, Eliane Pereira, Katia Maheirie e Luciana Barcellos que compõem a banca. Obrigada pela disponibilidade e pelas contribuições. Por fim, agradeço ao PPG de Psicologia da UFJF e às instituições de fomento por proporcionarem um espaço de aprendizado e formação de qualidade.

RESUMO

A presente tese analisa como narrativas sobre as periferias são produzidas em coletivos de comunicação comunitária inseridos em contextos de violência e pauperização. Ancorada no campo da Psicologia Social Comunitária, a pesquisa parte da compreensão de que a mídia hegemônica exerce papel central na produção de estigmas, medos e processos de criminalização da pobreza, contribuindo para a naturalização das desigualdades sociais e das violências dirigidas às populações periféricas. Em contraposição a esse cenário, investiga-se o potencial da comunicação comunitária como prática de resistência, produção de sentidos e construção de outras subjetividades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, estruturada a partir de um estudo de casos múltiplos com três coletivos de comunicação comunitária localizados no Rio de Janeiro, Bahia e Pará. Os procedimentos metodológicos incluíram entrevistas semiestruturadas com representantes dos coletivos e análise documental de conteúdos publicados em redes sociais. Os resultados apontam que os coletivos atuam como espaços de denúncia da violência policial e midiática, de produção de contra-narrativas sobre os territórios periféricos e de articulação de redes de solidariedade e formação política. Além da disputa simbólica em torno das representações da pobreza e da violência, as práticas comunicacionais analisadas revelam estratégias que articulam arte, cultura, educação e ação política, fortalecendo vínculos comunitários e afirmando a periferia como lugar legítimo de enunciação, produção de conhecimento e resistência. Em suma, a comunicação comunitária, ao tensionar os sentidos hegemônicos sobre as periferias e produzir fissuras em discursos ideológicos normativos, constitui-se como prática fundamental na construção de projetos ético-políticos comprometidos com a justiça social e a valorização das experiências periféricas.

Palavras-Chave: Comunicação comunitária; Contra-hegemonia; Violência midiática; Pauperização urbana; Psicologia Social Comunitária.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how narratives about urban peripheries are produced within community communication collectives operating in contexts marked by violence and pauperization. Grounded in the field of Community Social Psychology, the study is based on the understanding that hegemonic media plays a central role in the production of stigmas, fears, and processes of criminalization of poverty, contributing to the naturalization of social inequalities and the violence directed at peripheral populations. In contrast to this scenario, the research investigates the potential of community communication as a practice of resistance, meaning-making, and the construction of alternative subjectivities.

This is a qualitative, descriptive-exploratory study structured as a multiple case study involving three community communication collectives located in Rio de Janeiro, Bahia, and Pará. The methodological procedures included semi-structured interviews with representatives of the collectives and documentary analysis of content published on social media platforms. The findings indicate that these collectives function as spaces for denouncing police and media violence, producing counter-narratives about peripheral territories, and articulating networks of solidarity and political education. Beyond the symbolic dispute over representations of poverty and violence, the communicational practices analyzed reveal strategies that integrate art, culture, education, and political action, strengthening community ties and affirming the periphery as a legitimate space of enunciation, knowledge production, and resistance. In sum, community communication, by challenging hegemonic meanings about urban peripheries and creating fissures in normative ideological discourses, constitutes a fundamental practice in the construction of ethical-political projects committed to social justice and the valorization of peripheral experiences.

Keywords: Community communication; Counter-hegemony; Media violence; Urban pauperization; Community Social Psychology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Dados sobre os líderes e seus coletivos.....	50
Imagem 1 – Postagem de descrição do trabalho de “Papo do morro”	59
Imagem 2 – Página da rede social de “Favela presente”	60
Imagem 3 – <i>Website</i> de “Perifa na rede”	61
Imagem 4 – Página do grupo da rede social de “Perifa na rede Bahia”	62
Quadro 2 – Descrição das categorias de análise.....	76
Quadro 3 – Categorização das postagens de “Papo do morro”	76
Quadro 4 – Categorização das postagens de “Favela presente”	77
Quadro 5 – Categorização das postagens de “Perifa na rede Bahia”	78
Gráfico 1 – Distribuição de postagens por categoria.....	79
Imagem 5 – Postagem de “Papo do morro” sobre troca de tiros.....	83
Imagem 6 – Postagem de “Papo do morro” sobre operação policial.....	84
Imagem 7 – Postagem de “Papo do morro” sobre denúncia de moradora.....	86
Imagem 8 – Postagem de “Papo do morro” sobre buraco na rua.....	100
Imagem 9 – Postagem de “Papo do morro” sobre lixo na rua.....	101
Imagem 10 – Postagem de “Papo do morro” sobre falta de distribuição de energia elétrica.....	101
Imagem 11 – Postagem de “Papo do morro” sobre acesso à água potável.....	105
Imagem 12 - Postagem de “Papo do morro” sobre lixo em local público.....	110
Imagem 13 – Postagem de “Favela presente” sobre parceria com mineradora.....	113
Imagem 14 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre divulgação de evento cultural.....	118
Imagem 15 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre divulgação de evento cultural.....	120
Imagem 16 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre divulgação de evento cultural.....	121

Imagem 17 – Postagem de “Favela presente” sobre seu projeto musical.....	122
Imagem 18 – Postagem de “Papo do morro” sobre reunião para construção de agenda.....	123
Imagem 19 – Postagem de “Papo do morro” sobre os vereadores eleitos.....	126
Imagem 20 – Postagem de “Papo do morro” sobre as eleições.....	126
Imagem 21 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre encontro com candidatos à prefeitura.....	127
Imagem 22 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre encontro do coletivo.....	128
Imagem 23 – Postagem de “Papo do morro” sobre encontro para discutir pautas ambientais.....	129
Imagem 24 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre recebimento de premiação.....	134
Imagem 25 – Postagem de “Papo do morro” sobre convite de evento.....	136
Imagem 26 – Postagem de “Favela presente” sobre banca de qualificação de mestrado de Edson.....	140
Imagem 27 – Postagem de “Favela presente” sobre artigo científico publicado por Edson...	141
Imagem 28 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre evento de formação de lideranças juvenis.....	145
Imagem 29 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre projeto de formação de agentes comunitários de comunicação.....	146

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. MÍDIA HEGEMÔNICA E INDÚSTRIA CULTURAL: MEDIANDO SUBJETIVIDADES.....	17
3. OS SUJEITOS E AS NOVAS MEDIAÇÕES.....	23
4. AS MEDIAÇÕES DO JORNALISMO EM SEGURANÇA PÚBLICA: ENTRE MEDOS, CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E LEGITIMAÇÃO DE VIOLÊNCIAS.....	31
5. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CONTRA-HEGEMONIA: OUTRAS VOZES, OUTRAS POSSIBILIDADES DE EXISTIR E RESISTIR	40
6. PERCURSO METODOLÓGICO.....	47
6.1. Direções e contornos metodológicos.....	47
6.2. Instrumentos e estratégias de ação.....	49
6.2.1. Entrevistas.....	51
6.2.2. Análise documental.....	52
6.3. Análise de dados.....	53
6.4. Aspectos éticos.....	54
6.5. Tecendo o campo da pesquisa: entre diálogos e alianças virtuais.....	55
7. O QUE COMPÕE O CAMPO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO DOS COLETIVOS PARTICIPANTES.....	58
7.1. “Papo do morro” – Morro Bonito, RJ.....	58
7.2. “Favela presente” – Bairro do Tucupi, PA.....	59
7.3. “Perifa na rede Bahia” – Bairro da Luz, BA.....	60
8. O QUE EMERGE DO CAMPO: ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	64
8.1. Entre falas, práticas e registros: escutas do campo.....	64
8.1.1. Marcelo – “Papo do morro” (Morro Bonito, RJ)	64
8.1.2. Edson – “Favela Presente” (Bairro do Tucupi, PA)	67
8.1.3. Jorge – “Perifa na rede Bahia” (Bairro da Luz, BA)	71
8.2. O que circula nas redes: leituras iniciais.....	75
8.3. Eixos de análise: vozes comunitárias e o tecer de suas narrativas.....	76
8.3.1. Violência e comunicação comunitária: entre denúncias, resistências e alianças.....	80
8.3.1.1. “Se você espremesse, saía sangue do jornal”	81
8.3.1.2. “Eu não faço parte do governo, tá, pessoal?”	92

8.3.2. Comunicação comunitária e pauperização urbana: denúncia, resistência e disputa de sentidos nas periferias.....	99
8.3.3. Comunicação comunitária como prática de resistência: contra-narrativas artísticas, formação política e educação.....	117
8.3.3.1. “Uma grande quantidade de pessoas está tão estressada pelo cotidiano [...] que perdem a capacidade de refletirem sobre o cotidiano delas”	117
8.3.3.2. “Não só na comunicação popular, mas também eu consegui romper a barreira da academia”	135
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	156

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa, a partir de um olhar da Psicologia Social Comunitária, realizar uma análise sobre como narrativas sobre as periferias são produzidas em coletivos de comunicação comunitária inseridos em contextos de violência e pauperização. A delimitação da temática é resultado de uma trajetória pessoal e acadêmica, assim como fruto do interesse por estudos e práticas psicossociais comprometidas com a realidade política e social do Brasil.

O interesse na temática das implicações midiáticas sobre nossas realidades e subjetividades me acompanha por toda a trajetória acadêmica. Durante o caminho traçado no mestrado, pude me dedicar às relações psicossociais tecidas entre as práticas das mídias hegemônicas e o processo de criminalização da juventude pobre. Os resultados do trabalho apontaram uma violência midiática exercida sobre jovens pauperizados, onde suas construções subjetivas e experiências frequentemente marcadas pela violência e opressões relacionadas, principalmente, a raça, território e classe, são perpassadas por um conteúdo midiático interessado e estereotipado, que os apresenta como os grandes vilões da criminalidade brasileira, ignorando toda a complexidade que compõe tais práticas.

Mesmo frente a tanta violência, pude perceber, através dos diálogos com os participantes e das pesquisas encontradas na literatura, que existe um movimento de resistência, uma tentativa de driblar o conteúdo da comunicação hegemônica, principalmente recorrendo às mídias alternativas e conteúdos amplamente desconhecidos pelo grande público, onde buscam comunicar, do seu jeito, o conteúdo que faz sentido em suas vidas e cotidiano.

A partir dessa discussão proporcionada pelos resultados da dissertação, busco, através da idealização da presente pesquisa, explorar os caminhos de resistências às narrativas hegemônicas sobre as periferias tecidas na via da comunicação contra-hegemônica. Isto, frente a um cenário brasileiro fortemente marcado pelas representações midiáticas de crimes e violências, seja através dos telejornais policiais, ou das notícias compartilhadas pelas redes sociais.

Os sujeitos pauperizados são representados de maneira associada à criminalidade e violência, o que contribui para a criação de uma condição essencial a toda a lógica da criminalização: a indignação popular. Mesmo os aspectos da violência urbana, pauperização e criminalidade sendo fruto da construção da sociedade brasileira e seu histórico de desigualdades, através de tal abordagem midiática, a problemática é apresentada de modo simplificado, despertando e intensificando sentimentos como revolta, medo, desejo por punição e indignação (Batista, 2011; Fraga, 2010; Zaffaroni, 2012). Além disso, outros aspectos e

produções, como atividades culturais, problemáticas cotidianas, criações comunitárias, sentimentos compartilhados, entre outras nuances que constroem a vivência nas favelas, são ignorados, ocultados, em função de uma exibição exaustiva de crimes e violências (Bourdieu, 1997a, 1997b).

Nas últimas décadas, as mídias digitais passaram a ocupar um lugar central na organização da vida social, reconfigurando profundamente os modos de comunicação, circulação de informações e produção de sentidos. Longe de se constituírem apenas como suportes tecnológicos, essas mídias operam como instâncias de mediação que atravessam as experiências cotidianas e participam ativamente da produção de subjetividades. Conforme apontam Martín-Barbero (2009) e Guazina (2007), os meios de comunicação devem ser compreendidos como instituições produtoras de sentidos, capazes de influenciar percepções, afetos e formas de interpretar o mundo. No contexto digital, essas mediações se articulam a lógicas algorítmicas e mercadológicas que regulam visibilidades, hierarquizam discursos e contribuem para a naturalização de determinadas narrativas sobre violência, pobreza e territórios periféricos, atualizando processos já observados na mídia hegemônica tradicional (Zaffaroni, 2012; Batista, 2011).

Ao mesmo tempo, as mídias digitais constituem um campo marcado por contradições, no qual se entrelaçam processos de dominação e possibilidades de resistência. Como indicam Hall (2003) e Williams (1979), a cultura é um terreno de disputas permanentes, no qual sentidos dominantes, residuais e emergentes coexistem e se tensionam. Nesse sentido, ainda que as plataformas digitais frequentemente reforcem estigmas, medos e processos de criminalização da pobreza, - compondo o que Zaffaroni (2012) denomina criminologia midiática - elas também podem ser apropriadas como espaços de produção de contra-narrativas e afirmação de outras leituras da realidade.

Essas disputas impactam diretamente os processos de subjetivação, na medida em que os sujeitos se constituem nas e pelas relações sociais mediadas pela linguagem. Conforme Bakhtin (1997), a subjetividade é produzida no encontro com a alteridade, sendo atravessada por múltiplas vozes sociais que disputam sentidos no interior do discurso. De modo convergente, Vigotski (2007) compreende a constituição do sujeito como um processo histórico e social, no qual as mediações simbólicas, especialmente a linguagem, organizam a forma como os indivíduos percebem, significam e se relacionam com o mundo. Nesse sentido, os discursos midiáticos que desqualificam e estigmatizam territórios periféricos incidem sobre os modos de sentir, pensar e agir dos sujeitos, mas não os determinam de forma absoluta, uma vez que esses processos são permanentemente tensionados pela possibilidade de ressignificação.

Assim, as mídias digitais se configuram como um campo ativo de produção de subjetividades, no qual diferentes vozes, valores e projetos de sociedade se confrontam. Ao serem apropriadas por iniciativas de comunicação comunitária, essas mídias podem operar como espaços de mediação que favorecem a circulação de outras narrativas, a construção de pertencimentos e o fortalecimento de identidades coletivas ancoradas na experiência periférica. Tal movimento evidencia que a subjetividade não é um dado individual ou estático, mas um processo em constante elaboração, produzido na interação social e nas disputas simbólicas que atravessam o cotidiano (Bakhtin, 1997; Vigotski, 2007).

Inserida nesse ambiente digital marcado por disputas de sentidos e por lógicas algorítmicas que regulam visibilidade e circulação de conteúdos, a comunicação comunitária emerge como prática contra-hegemônica que se apropria das mídias digitais de modo tático. Ainda que essas plataformas operem segundo critérios mercadológicos e de engajamento que tendem a favorecer discursos espetacularizados, sensacionalistas e alinhados à lógica da mídia hegemônica, os coletivos de comunicação comunitária encontram brechas para fazer circular narrativas ancoradas na experiência cotidiana dos territórios periféricos. Conforme propõe Certeau (2014), tais práticas podem ser compreendidas como táticas que se inscrevem nas fissuras do sistema dominante, subvertendo seus usos previstos e criando possibilidades de expressão, denúncia e reconhecimento. Assim, a comunicação comunitária nas mídias digitais não se limita à reprodução de formatos hegemônicos, mas pode reinventar linguagens, estéticas e modos de narrar, deslocando o olhar sobre a periferia da violência e da carência para a denúncia, potência, a solidariedade e a produção cultural.

Considerando essa problemática, o objetivo geral trata-se, então, da análise de como narrativas sobre as periferias são produzidas em coletivos de comunicação comunitária inseridos em contextos de violência e pauperização. Afinal, que outras produções midiáticas são possíveis nestes cenários? Para além das representações midiáticas hegemônicas que disseminam estereótipos e medos, frente a realidades de violências e opressões, os sujeitos situados nestes contextos têm a possibilidade de reinventar suas práticas e táticas de resistência (Certeau, 2014).

Dessa maneira, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes três coletivos de mídia comunitária de três diferentes regiões brasileiras (Rio de Janeiro, Bahia e Pará), visando compreender suas práticas e atuações cotidianas. As entrevistas foram realizadas e gravadas em outubro de 2022, através de videochamadas. A partir de tais entrevistas, foram produzidos diários de campo. Em conjunto a uma análise documental das postagens de tais coletivos nas redes sociais entre julho e dezembro de 2024, o material produzido foi discutido

através de uma análise dialógica do discurso, construída a partir das contribuições de Gramsci (1991, 1999, 2000, 2004, 2022), Bakhtin (1997, 2006), assim como outros autores que compõem a discussão da temática, buscando compreender os diálogos entre os discursos produzidos por estes sujeitos que compõem as mídias comunitárias, e suas condições concretas de vida – que são perpassadas pelos discursos hegemônicos midiáticos.

No capítulo teórico inicial, intitulado “Mídia hegemônica e indústria cultural: mediando subjetividades”, é apresentado o referencial teórico que sustenta a compreensão da mídia como instituição central na produção de sentidos e na mediação das relações sociais. O capítulo discute a mídia para além de uma instância neutra de transmissão de informações, analisando seu papel na conformação de direções ideológicas, na construção das subjetividades e na legitimação de determinadas narrativas. Para isso, são mobilizados debates sobre indústria cultural, hegemonia, poder simbólico, agendamento, e mídia enquanto mediação cultural, com especial atenção à conformação do sistema midiático brasileiro e às relações entre mídia, política e interesses econômicos.

O Capítulo “Os sujeitos e as novas mediações”, aprofunda a discussão sobre a centralidade da mídia e das plataformas digitais na constituição das subjetividades contemporâneas. Partindo da permanência do poder simbólico da mídia hegemônica, mesmo em um cenário marcado pela multiplicação de linguagens e canais, o capítulo analisa como as novas mediações tecnológicas atualizam formas de dominação, vigilância e produção de consensos no capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, é apresentada uma concepção de sujeito histórico, relacional e ativo, capaz de interpretar, tensionar e ressignificar as formas simbólicas.

Em “As mediações do jornalismo em segurança pública: entre medos, criminalização da pobreza e legitimação de violências”, analisa-se o papel do jornalismo na construção de representações sobre violência, pobreza e criminalidade no contexto brasileiro. O capítulo discute como a cobertura jornalística em segurança pública contribui para a produção do medo, para a criminalização da pobreza e para a legitimação de práticas punitivistas, com destaque para a violência policial dirigida a populações negras e periféricas. A partir de um diálogo com a criminologia crítica, a sociologia da punição e os estudos da comunicação, o texto evidencia como tais narrativas reforçam estigmas, naturalizam desigualdades estruturais e produzem impactos subjetivos, sociais e políticos, ao mesmo tempo em que tensiona a necessidade de práticas jornalísticas mais éticas, plurais e comprometidas com os direitos humanos.

No último capítulo teórico, intitulado “Comunicação comunitária e contra-hegemonia: outras vozes, outras possibilidades de existir e resistir”, é apresentada a discussão das práticas

de comunicação comunitária como formas de resistência aos discursos hegemônicos sobre as favelas em contextos marcados por violência e pauperização. O capítulo compreende a comunicação comunitária como uma prática inventiva e contraditória, que se constrói nas brechas da hegemonia midiática. São discutidas as potencialidades e os limites dessas iniciativas, considerando tanto seu caráter contra-hegemônico quanto seus atravessamentos pelas lógicas do mercado, do Estado e das plataformas digitais.

Em “Percurso metodológico”, são apresentadas as direções teórico-metodológicas que orientaram a construção da pesquisa, bem como os procedimentos adotados ao longo do trabalho investigativo. O capítulo descreve os fundamentos epistemológicos que sustentam a pesquisa, e são detalhados os instrumentos e estratégias de construção dos dados, incluindo entrevistas semiestruturadas, análise documental de conteúdos produzidos pelos coletivos de comunicação comunitária e registros em diários de campo, assim como os critérios de análise adotados. Por fim, o capítulo apresenta uma descrição do percurso de inserção e construção do campo de pesquisa.

No capítulo intitulado “O que compõe o campo: uma breve apresentação dos coletivos participantes”, é apresentado o contexto empírico da pesquisa a partir da caracterização dos coletivos de comunicação comunitária que compõem o campo investigado. O capítulo descreve as trajetórias, formas de organização, plataformas de atuação e principais conteúdos produzidos pelos coletivos “Papo do morro”, do Rio de Janeiro; “Favela presente”, do Pará; e “Perifa na rede Bahia”, da Bahia, com base na análise de materiais disponibilizados em websites e redes sociais.

No capítulo final, “O que emerge do campo: análises e discussões”, são apresentadas as análises e discussões dos dados empíricos construídos a partir das entrevistas e do material documental que compõe o corpus da pesquisa. O capítulo articula esses dados ao referencial teórico mobilizado ao longo do trabalho, dando origem a eixos analíticos que emergiram do próprio processo investigativo, a partir das recorrências, tensões e contradições presentes nas narrativas e práticas dos coletivos de comunicação comunitária.

2. MÍDIA HEGEMÔNICA E INDÚSTRIA CULTURAL: MEDIANDO SUBJETIVIDADES

A presença dos veículos de comunicação no cotidiano das sociedades contemporâneas é massiva e crescente, impactando cada vez mais diretamente na construção das nossas ideias e direções. Sendo assim, vale nos questionarmos sobre o papel exercido pela mídia nas diversas dimensões das nossas vidas. Um primeiro passo essencial nessa reflexão é que ultrapassemos a ideia da mídia enquanto mera instituição de transmissão de conteúdo e informações, ou seja, como algo neutro, que apenas reproduz ideias constitutivas da organização social. A mídia foi e segue sendo uma força determinante quanto à produção de direções ideológicas e políticas que incidem sobre a organização social, exercendo um papel estrutural não desinteressado, impactando nas relações pessoais, institucionais e político-econômicas (Hjarvard, 2012). Dessa maneira, então, cabe tentar compreender como essa força midiática atua.

Para iniciar essa discussão, um ponto importante é a definição de mídia. De acordo com Guazina (2007), o termo, não raramente, é utilizado de forma genérica em pesquisas acadêmicas, gerando interpretações rasas e imprecisas. Dessa forma, torna-se necessário conceituar o que chamamos de “mídia” no presente trabalho. Apesar da não existência de uma definição consensual, utilizaremos aqui a análise da autora, que estuda de forma crítica o termo, suas construções e transformações. A partir da década de 70, o termo “mídia” passa a ser utilizado não apenas para se referir a canais de transmissão de conteúdo, mas como instituição que media e produz sentidos e representações, gerando impacto sobre a opinião pública.

A partir dessa reflexão, que é continuada nas próximas décadas, a autora constrói o conceito do que podemos chamar de mídia: um complexo tecnológico que não apenas transmite conteúdo comunicacional, mas também media a comunicação. Essa mediação tem entrelaces políticos e culturais, exercendo impactos em diversas esferas da sociedade através do poder de influenciar as percepções de mundo, e as representações simbólicas – ou seja, os sentidos atribuídos às experiências (Guzina, 2007).

Quando lançamos olhar sobre a mídia a partir do modo de sociabilidade capitalista, é possível observar sua íntima relação com as artes e com a cultura. Um conjunto de meios técnicos, que são desenvolvidos de maneira cada vez mais avançada tecnologicamente na idade moderna, passam a ser utilizados na produção, reprodução e mercantilização cultural. Nesse sentido, a fabricação de produtos simbólicos resulta daquilo que Adorno (2021) define como “Indústria Cultural”. Para o autor, a cultura se torna mercadoria a partir do momento em que o lucro orienta a produção e a técnica sobrepõe a criatividade, ou seja, a arte. Cria-se uma linha

de produção cada vez mais fragmentada, em que produtos artísticos padronizados, dotados de valor mercadológico, ideológico, e desprovidos de valor artístico são operadores de alienação. Para Adorno (2021), nesse contexto de mercantilização da cultura, torna-se impossível distinguir arte de propaganda. A cultura, então, torna-se produto de consumo rápido, de entretenimento.

Quando esteve exilado em Nova Iorque em 1938, Adorno foi convidado a participar de uma pesquisa técnica radiofônica que visava analisar o perfil dos ouvintes, e sugerir modificações na programação que elevassem seu “nível cultural”. Adorno teve uma série de discordâncias sobre os caminhos da pesquisa: “os dados recolhidos dos ouvintes não eram, senão aparentemente, dados primários e, sim, determinados pelo sistema de produção comercial das músicas e pela sua reprodução técnica pelo rádio” (Carone, 2019, p. 24). Uma série de análises radiofônicas, são, então, realizadas por Adorno. Entre os elementos identificados e estudados pelo autor, estão a possibilidade de “atomização” na reprodução das obras musicais através de ações como “pausar”, “ligar” e “desligar o aparelho, além da ilusão de imediaticidade e sensação de onipresença, ou seja, a distorção temporal e espacial que o rádio cria entre sujeito e obra. Para Adorno, esses elementos distanciam cada vez mais o ouvinte da singularidade e autenticidade da obra. Porém, o ponto de maior destaque nas análises realizadas, trata-se da padronização musical. As músicas seguiam determinadas fórmulas simplificadoras impostas pelas gravadoras e editoras, não deixando espaço para a criatividade do artista. Tratava-se, então, da técnica interferindo na forma da arte (Carone, 2019).

Embora as formulações de Adorno sobre a indústria cultural sejam decisivas para compreender a mercantilização da cultura e a padronização de produtos simbólicos, uma leitura estritamente determinista corre o risco de reduzir os sujeitos a receptáculos homogêneos da dominação, apagando o caráter contraditório da experiência comunicacional.

Para Walter Benjamin (2021), através da reprodução técnica, a arte deixa de ter o valor de culto, a “aura”, ou seja, o sublime encontro entre sujeito e obra, que antes do século 19, era restrita, menos acessível, localizada num tempo-espaço específico (aqui-agora). Para o filósofo, a arte passa a ter uma função política específica, expressando os interesses de partidos e doutrinas políticas, especialmente no contexto em que se encontrava, que era o de ascensão do nazi-fascismo na Europa. Benjamin (2021) ajuda a tensionar esse ponto ao mostrar que a reprodução técnica, ao mesmo tempo em que transforma a “aura” da obra de arte, também amplia o acesso, desloca a arte do espaço de culto e cria possibilidades de uso político e coletivo das imagens e narrativas. Os sujeitos se apropriam dos produtos midiáticos a partir de suas experiências e posições sociais, podendo negociar, tensionar e até resistir aos sentidos

hegemônicos (Hall, 2003). Ao criticar o determinismo frankfurtiano, não se trata de negar as assimetrias de poder e a concentração econômica do campo midiático, mas de reconhecer que a mídia é também um espaço de disputa, no qual hegemonias são reproduzidas, porém igualmente questionadas e ressignificadas – ponto que será aprofundado no decorrer da tese.

Ao tratarmos de uma mídia inserida em um contexto capitalista, torna-se necessária a discussão a respeito de sua função política e de sua hegemonia. Dantas (2008), a partir de um ponto de vista marxista, afirma que quando tratamos de hegemonia, estamos falando sobre o domínio material e intelectual de uma classe sobre outra. Historicamente, em uma relação dialeticamente articulada – a partir do controle das forças produtivas, das relações de produção e da contradição entre capital e trabalho, assim como através da produção social do conhecimento –, são criadas as condições necessárias para que se estabeleça a hegemonia de uma classe sobre outra.

As relações sociais de produção, propriedade e poder que fazem de uma classe a classe dominante e determinam as condições de produção e da reprodução social da vida ao longo de toda uma época histórica determinam, na mesma medida, as condições materiais e imateriais da produção e da circulação de ideias. Não se trata aqui de qualquer postulado metafísico: a história demonstra que as relações de produção, propriedade e poder que fazem que uma classe disponha dos meios de produção material permitem, na mesma medida, que ela disponha dos meios (materiais e imateriais) de produção intelectual (Dantas, 2008).

Nesse sentido, lançando o olhar sobre as sociedades atualmente, observamos que apenas o domínio material e o controle coercitivo não são suficientes para a manutenção da hegemonia de uma classe. É necessário ter poder e controle também sobre as formas de sociabilidade e a construção das subjetividades. Isso se torna possível a partir da produção, disseminação e controle das ideias. Nesse sentido, os aparatos midiáticos através dos grandes grupos e conglomerados possuem papel fundamental (Gramsci, 2022; Malerba, 2014).

Na mesma direção, Thompson (2002) nomeia esse controle das ideias como “poder simbólico”, que se entrelaça aos poderes econômico, político e coercitivo. Segundo o autor, o poder simbólico – também chamado pelo autor de cultural – tem a mídia como principal recurso, e se caracteriza pela produção, transmissão e recepção de significados e ideias, sendo capaz de interferir no curso dos acontecimentos, influenciando fortemente sobre as outras formas de poder. As trocas de conteúdo simbólico acontecem continuamente através da expressão e interpretação de mensagens em nosso cotidiano.

Essas interações comunicacionais antes possibilitadas apenas por contato face a face, através do surgimento, popularização e avanço tecnológico dos meios de informação, passam

a ocorrer de forma mediada por esses recursos. O uso desses meios para a transmissão amplificada de conteúdo simbólico depende da posse de meios técnicos, além do conhecimento do processo de produção. Apesar da existência de espaços e grupos de resistência, o domínio desses elementos está concentrado nas mãos dos produtores e proprietários de instituições midiáticas.

A hegemonia é, então, uma forma particular de dominação ideológica, a partir da qual existe influência sobre a formação dos processos de subjetividade e socialização dos sujeitos. Para que essa dominação seja possível, é necessário produzir, dialeticamente, a partir do controle das ideias e representações, a aceitação popular. Dessa maneira, sofisticou-se o domínio para além dos aparatos coercitivos – assim como justifica-se e legitima-se as ações estatais coercitivas (Paiva, 2008; Malerba, 2014; Gramsci, 2022).

Ao tratarmos de hegemonia midiática no Brasil, é necessário lançarmos o olhar sobre os grupos que detêm poder sobre as grandes emissoras e os grandes conglomerados midiáticos. Apesar de a televisão ainda ser um veículo amplamente consumido no país, ao pensarmos nessa discussão na contemporaneidade, devemos considerar que os grupos midiáticos que antes se restringiam à transmissão de conteúdo televisivo, de rádio e jornais impressos, hoje se tornaram “megagrupos” midiáticos, incorporando tecnologias de diversas naturezas – TV, sites, blogs, jornais, serviços de streaming, entre outros. Existem, então, as chamadas “multiplataformas” sustentadas por “megagrupos” empresariais e políticos. Esse aglutinamento de tecnologias e naturezas comunicacionais representa uma expansão e ampliação ainda mais intensa da possibilidade de mercantilização das mídias e do seu poder de alcance (Moraes, 2013).

Segundo Cabral (2016), o cenário midiático brasileiro pode ser definido através da área das comunicações e das telecomunicações. Uma abrange as mídias tradicionais e a outra as novas mídias, respectivamente. Quando o assunto é radiodifusão – rádio e TV enquanto mídias tradicionais “é assustador detectar que somente seis conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos, através de parcerias com grupos locais, atingem quase 100% do território brasileiro”. A Rede Globo (Grupo Globo) destaca-se como o principal grupo em relação a cobertura territorial, exercendo inegável impacto político e econômico e se tornando o maior conglomerado comunicacional brasileiro. Destacam-se também no cenário nacional o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), a RecordTV (Grupo Record), EBC (Empresa Brasil de Comunicação), Band (Grupo Bandeirantes de Comunicação) e a RedeTV.

Os seis maiores grupos midiáticos citados possuem emissoras de TV aberta, alcançando quase em plenitude os lares do país. Através de alianças com grupos internacionais, regionais e locais, essa expansão de alcance em transmissão territorial se torna cada vez mais rápida e

facilitada. Estando mais próximos da realidade local e regional, onde as famílias de tradição política detêm as filiais das emissoras, esses megagrupos comunicacionais conseguem exercer influência ainda mais contundente. Ao identificar o perfil e as necessidades do público-alvo, é possível criar uma programação adaptada e que gere lucro (Cabral, 2016).

Quando se analisa o sistema comunicacional do país, se está analisando um sistema político, sobretudo quando consideramos que grande parcela da mídia é dependente do Estado através de concessões, verbas e isenções fiscais, o que impacta no conteúdo das pautas, que direta ou indiretamente é controlado pelos interesses estatais. Apesar disso, vende-se uma imagem ligada a uma natureza puramente comercial e privada, desprendida de qualquer outra influência. Essa relação clientelista com o Estado elucida a presença e a importância da publicidade e propaganda política e estatal no cenário midiático brasileiro. As pautas nada despretensiosas aparecem em abundância. Existe uma nítida relação entre a natureza da condução do conteúdo veiculado e as figuras envolvidas na aquisição de verbas (Santos; Aires, 2017).

Rizzotto (2012) destaca, através de uma análise histórica, o caráter industrial que a mídia tomou quando passa a ser compreendida como uma possibilidade de negócio o poder de transmissão de informações e disseminação massiva de padrões de comportamento. Porém, essa disseminação é travestida por um viés de neutralidade e imparcialidade, ocultando os inúmeros interesses envolvidos. Assim, torna-se essencial ter conhecimento do que está por trás da lógica midiática, que reproduz os interesses e posições das elites brasileiras. Através de uma espécie de “coronelismo eletrônico”, algumas famílias de grupos políticos tradicionais detêm o poder e a posse dos meios comunicacionais. Isso produz uma espécie de ciclo coronelista de poder, onde a própria elite (que detém posses, poder político e os veículos de radiodifusão) trabalha na manutenção dos seus privilégios (Santos; Aires, 2017).

Segundo a Constituição Brasileira (Brasil, 1988), os serviços de comunicação são públicos. Teoricamente e juridicamente, a mídia aberta brasileira pertence ao povo e não a determinadas empresas, organizações ou famílias. Assim, são distribuídas concessões públicas a determinados grupos, que funcionariam como uma permissão temporária cedida para que esses meios de comunicação sejam conduzidos e ocupados por alguém. Na prática, o que acontece é que as concessões seguem sendo renovadas e outorgadas para pessoas do mesmo grupo, o que acaba descaracterizando sua natureza pública. Guareschi (2012, p. 87) discute os impactos desse imbróglio jurídico: “Tal absurdo só é comparável a uma situação em que alguém detém o serviço de telefonia, que é um serviço público, e só ele pode telefonar; ou alguém que detém a concessão de uma estrada, mas só ele se permite andar nela”. Segundo o autor, através

dessa tradição brasileira de burlar as normas sobre comunicação pública, os direitos humanos à informação e à comunicação são violados todos os dias. Violações essas que a população, de forma mais geral, nem sabe que acontece porque não faz parte da agenda midiática de discussões de interesse para a manutenção da ordem. Nosso contato com o mundo tem sido cada vez mais mediado pela mídia, e se algo não é veiculado, boa parte da população nem sabe da sua existência.

Um elemento importante no campo da construção ideológica dos discursos televisivos brasileiros é o aspecto religioso. Segundo Santos e Aires (2017), a religião sempre teve seu espaço reservado na mídia nacional desde a década de 1940. Um exemplo da proporção da influência religiosa exercida hoje pelos donos de emissoras é a compra da Record pela Igreja Universal do Reino de Deus (Cabral, 2016). Santos e Aires (2017) destacam que a presença de conteúdo religioso na emissora não é mais apenas direcionada a programas específicos, mas agora invade também a programação jornalística da emissora, assim como a temática de suas novelas. Dessa forma, a mídia brasileira se sustenta nos pilares de centralização de posse, da moralidade, da família e da política de cunho conservador, o que interfere diretamente no tipo de abordagem midiática e na escolha do conteúdo a ser exibido (Santos; Aires, 2017).

McCombs e Shaw (1972), através da formulação da hipótese do agendamento, discutem sobre a definição de uma agenda midiática, onde a veiculação do conteúdo define o que é ou não um assunto relevante socialmente em determinado momento. Em entrevista cedida a Junior, Procópio e Melo (2008), McCombs afirma que mesmo com a evolução dos meios tecnológicos e interativos, a lógica do agendamento segue atual, pois mesmo com a popularização da internet, do compartilhamento e das redes sociais, ainda elegemos fontes confiáveis. Sendo assim, os megagrupos exercem ainda forte influência através do capital simbólico acumulado que continua sendo construído e adaptado aos novos meios e tecnologias. Guareschi (2007, 2012) e Moraes (2009, 2010, 2013) também destacam a mídia enquanto definidora da agenda de discussões, colocando em pauta o que se deseja que esteja em evidência e excluindo dela os assuntos que se deseja ocultar da arena social. Assim, a opinião pública acaba sendo direcionada a determinados temas, perspectivas e discussões.

3. OS SUJEITOS E AS NOVAS MEDIAÇÕES

A mídia hegemônica, historicamente marcada pela concentração de poder econômico e político em poucos conglomerados, mantém sua centralidade na produção simbólica mesmo diante da recente e rápida multiplicação de canais e linguagens. Afinal, seu caráter hegemônico não se reduz ao monopólio da informação, mas se manifesta na capacidade de impor enquadramentos discursivos que naturalizam ideologias e reforçam desigualdades sociais (Hall, 2003; Mattos, 2005). Como discutido, esse poder é exercido pela seleção de pautas, pelo silenciamento de vozes dissonantes e pela reprodução de narrativas que servem a interesses dominantes, o que compromete a pluralidade informacional e a democratização do debate público.

Com o avanço das tecnologias digitais e a popularização das plataformas de comunicação online, o que se esperava, era uma ruptura com esse modelo centralizador. Porém, o que se observa é a adaptação da mídia hegemônica às novas lógicas de circulação de conteúdos, apropriando-se das redes sociais e plataformas digitais para ampliar seu alcance e consolidar sua influência (Castells, 2009; Jenkins, 2009). Embora haja a emergência de mídias alternativas e contra-hegemônicas, estas enfrentam barreiras estruturais diante dos algoritmos, da monetização das plataformas e da força simbólica dos grandes conglomerados, o que evidencia a permanência das desigualdades no campo comunicacional. Nesse sentido, a promessa de democratização do espaço digital revela-se ambivalente: ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de expressão, reforça os mecanismos de controle simbólico historicamente exercidos pela mídia dominante.

Um dos principais mecanismos reforçados pelas novas tecnologias trata-se da própria definição da agenda pública, em que determinados grupos decidem quais temas entram em circulação social e quais permanecem invisíveis. Tal lógica persiste nas plataformas digitais, já que os conglomerados midiáticos, com mais recursos financeiros e tecnológicos, produzem conteúdos com maior alcance, beneficiados por algoritmos que privilegiam o engajamento. Assim, a promessa de pluralização informacional das redes sociais é tensionada pela capacidade da mídia dominante de continuar determinando a centralidade dos debates (McCombs; Shaw, 1972; Mattos, 2010).

Podemos citar também o enquadramento das notícias, processo pelo qual acontecimentos são narrados a partir de perspectivas específicas que favorecem determinadas ideologias e interesses. O *framing*, nesse sentido, não apenas organiza a percepção social, mas também estabelece limites sobre quais interpretações são legítimas. Nas plataformas digitais,

esse enquadramento é intensificado pela lógica da viralização, que privilegia conteúdos simplificados, polarizados e alinhados a discursos já consolidados, reproduzindo estereótipos de gênero, raça e classe social que moldam imaginários coletivos (Entman, 1993; Hall, 2003).

Além disso, a economia da atenção e a legitimação institucional contribuem para a permanência das desigualdades no campo comunicacional. O modelo comercial da mídia, historicamente voltado à captação de audiência para fins publicitários, é radicalizado nas plataformas digitais, onde os conglomerados tradicionais e as *big techs* controlam fluxos informacionais e recursos de monetização, reforçando barreiras à visibilidade de iniciativas independentes (Zuboff, 2021). Do mesmo modo, a mídia hegemônica continua a legitimar seletivamente determinadas fontes – autoridades políticas, empresariais e especialistas alinhados – em detrimento de atores sociais periféricos. Essa hierarquia, já apontada por Bourdieu (1997a, 1997b), demonstra que, mesmo em um ambiente comunicacional descentralizado, as novas tecnologias não necessariamente rompem com a lógica de exclusão, mas podem, ao contrário, reforçar os mecanismos de controle simbólico historicamente exercidos pela mídia dominante.

Considerando tais aspectos, em uma conjuntura marcada pelas redes sociais, inovações em tecnologias de inteligência artificial, fornecimento de dados pessoais e direcionamento personalizado de conteúdo, em que os padrões de interesse do sujeito através do seu comportamento digital definem o material midiático que será sugerido a ele, não podemos falar sobre subjetividade, hegemonia e mídia, sem nos aprofundarmos na lógica das plataformas sociodigitais. A partir de recursos como mensagens instantâneas, *feed* de notícias, e anúncios personalizados, essas plataformas oferecem ferramentas que garantem praticidade e conexões facilitadas, atraindo cada vez mais usuários em todo o mundo. Assim, o mercado digital ganha protagonismo social de maneira cada vez mais abrangente, atualizando as formas capitalistas de hegemonia e dominação (Dantas, 2022).

Zuboff (2021) cunha o termo “capitalismo de vigilância” ao analisar os atravessamentos tecnológicos sobre nosso modo de sociabilidade. De acordo com a autora, por intermédio das tecnologias, o comportamento humano converte-se em dados que são gerados gratuitamente por nós, e fornecidos às grandes empresas de tecnologias, tornando-se material altamente lucrativo. O uso de aparelhos com conexão à *internet* como *smartphone*, *notebook*, ou *tablet*, tornou-se algo corriqueiro no cotidiano dos sujeitos, seja para fazer uma simples pesquisa, para comprar um produto, pagar suas contas bancárias, jogar online, manter contato com família e amigos, ou trabalhar. Ou seja, considerando o viver mediado pelo tecnológico, apenas vivendo, estamos gerando material sobre nossos hábitos, ideias, gostos, sentimentos e interesses.

Os dados em questão, serão, então, refinados e se tornarão material valioso de predição e influência de comportamento *online* e *offline*. Segundo Zuboff (2021), a evolução do capitalismo acontece através da transformação de coisas em mercadorias, ou seja, inserindo coisas à dinâmica do mercado. Dessa vez, o que se torna mercadoria é experiência humana privada, capturada através de mecanismos tecnológicos no campo do oculto, do implícito (câmeras e microfones que captam trechos de conversas, mapas, sites e formulários que armazenam dados, e etc.). Assim, constitui-se o que a autora chama de vigilância, definindo os observadores e os observados.

Raulino (2022), na mesma direção de Zuboff (2021), analisa os elementos informacionais e tecnológicos que dão tom ao mundo capitalista atual. De acordo com a autora, grandes plataformas como o *YouTube*, *Instagram* e *Facebook* possuem uma proposta econômica que se trata do capital-dinheiro sendo investido em tecnologias, serviços e produtos que a plataforma oferece ao usuário, proporcionando um ambiente gratuito de conforto e diversão. Porém, acima de tudo, esse ambiente oferece monitoramento, muitas vezes de maneira implícita. Assim, a atenção da audiência é convertida em dinheiro, principalmente proveniente da venda de publicidade.

Dessa maneira, as plataformas produzem audiência e, a partir da exploração do trabalho informacional – trabalho este realizado por seus designers, engenheiros e demais profissionais, ou do próprio usuário que produz conteúdo nas redes –, acumulam capital. Os usuários tornam-se, então, mais que meros expectadores, mas uma audiência que pode extrair renda do monopólio informacional. Assim, a geração, apropriação e realização de valor, acontecem na estrutura capitalista dessas plataformas, fazendo com que, mesmo que de modo diferente dos processos industriais tradicionais, a produção e exploração do trabalho sigam sendo organizadas pelo capital (Raulino, 2022).

Ainda segundo a autora, há um encontro de interesses que caracteriza a sociedade do espetáculo, já que, por um lado, está o usuário que busca sempre se fazer visto e participante, atendendo suas demandas subjetivas, e de outro, o interesse econômico das plataformas, que continuarão proporcionando tais possibilidades de participação e de monetização desse comportamento digital. Assim, a intimidade vira espetáculo, enquanto o palco é o ambiente oferecido pelas plataformas digitais e redes sociais. Cabe ao usuário escolher ser a plateia (ainda assim, monitorada e geradora de dados monetizáveis) ou ator do espetáculo da intimidade (trabalhando para a plataforma, gerando material para que esta siga funcionando) (Raulino, 2022).

Para o capital, o corpo do indivíduo não é condição de produção – sim *a informação*. Informação semiótica, subjetividade. Infelizmente, para o capital, não será possível obter esta sem aquele... Porém, não está dito que o trabalhador portador da subjetividade será aquele operário típico ainda semiartesanal dos tempos de Marx, ou o “colarinho azul” dos tempos fordistas. O que o capital requer é trabalho, ou seja, informação semiótica, logo precisará contratar sempre o perfil ou os perfis de trabalhador que possam lhe fornecer trabalho conforme as próprias exigências, *cada vez mais científico-tecnológicas*, de sua evolução. [...] O que valoriza o capital é o tempo *não pago* de trabalho vivo, gratuitamente extorquido, não o tempo pago (Dantas et al., 2022, p. 277).

Dantas (2022) afirma que quanto mais compartilhamos, compramos, interagimos e nos comunicamos virtualmente, mais nos encontramos presos sob muros construídos por informações segmentadas e orientadas pelas próprias preferências do sujeito compreendido como trabalhador-consumidor. Tais informações, devidamente processadas pelos algoritmos das plataformas, geram valor, resultando em um processo brutal e global de concentração de renda.

Assim, as subjetividades são forjadas, construídas e reconstruídas a partir das mediações tecnológicas. O comportamento torna-se mercadoria, afinal, os usuários geram dados e lucro apenas por utilizar as tecnologias para comunicar, se divertir e se expressar através das redes sociais. Até onde, e como nossos interesses, prazeres, identificações e consecutivamente, nossas opiniões são atravessadas pelas mediações? – elemento que Martín-Barbero (2009) nos sugere analisar.

Podemos dizer que a partir do domínio hegemônico midiático, através das grandes e poderosas instituições (com destaque na atualidade para as multiplataformas e seus recursos tecnológicos de largo alcance), são produzidos efeitos na vida social, na construção das subjetividades, e consecutivamente no campo político e na manutenção do modo de sociabilidade capitalista. Por exemplo, a disseminação de valores ideológicos tais como o individualismo e a competitividade que embasam a manutenção do modelo neoliberal de sociedade (Thompson, 2002; Moraes, 2013; Malerba, 2014).

Entretanto, seria um erro pensar que somos apenas receptáculos de conteúdo simbólico. O processo de recepção das formas simbólicas, ao mesmo tempo em que exerce um impacto inegável sobre a realidade social e no campo das relações individuais, também estabelece laços complexos com as nossas subjetividades, e isso não deve ser simplificado ou ignorado (Thompson, 2002).

Nesse sentido, torna-se fundamental recorrer a perspectivas que concebem a constituição humana como um processo ativo, histórico e mediado socialmente. Tanto Vygotski (1998) quanto Bakhtin (2010) oferecem elementos decisivos nesse debate, pois entendem que

o sujeito não é determinado de maneira passiva pela cultura, mas se constitui na interação com o outro, apropriando-se de signos, discursos e práticas sociais que reorganiza criativamente. Em Vygotski (1998), essa dinâmica é expressa na ideia de que a subjetividade emerge da atividade socialmente situada, e não de uma recepção unilateral de conteúdos simbólicos.

Esse deslocamento do externo para o interno se dá através de processos de internalização, nos quais os signos culturais, sobretudo a linguagem, transformam as atividades externas em operações psicológicas internas. Assim, a linguagem não é apenas um sistema de comunicação, mas o instrumento pelo qual o pensamento se organiza. O sujeito, então, emerge como um ente biológico e social ao mesmo tempo, construindo sua visão de mundo dentro de uma comunidade cultural mediada pelos artefatos simbólicos (Freitas et al., 2015).

De acordo com Neves, Oliveira e Bastos (2021), para Vygotski, o sujeito não nasce simplesmente humano: ele se torna humano na interação sócio-histórica. A linguagem, ao possibilitar que a percepção sensorial seja organizada por signos e ideias, leva o indivíduo a transcender o biológico para desenvolver representações complexas do mundo, colaborando para a constituição de uma subjetividade culturalmente orientada. Na mesma direção, em Bakhtin o sujeito é definido não como um agente autônomo, mas como um produto de relações dialógicas. Bakhtin (2010, p. 287) afirma que “eu não posso me tornar eu mesmo sem um outro; eu tenho de me encontrar num outro”, indicando que o sujeito se constitui na fronteira entre o próprio eu e a consciência alheia.

Esse encontro com o outro não é passivo, mas envolve uma responsividade ética: o sujeito assume responsabilidade tanto por seus atos quanto pelas relações em que participa, de modo que cada pensamento e ação são atos singulares com significado histórico-social. O diálogo, portanto, não é mero intercâmbio, mas estrutura constitutiva do eu: a consciência só se realiza quando é apresentada ao interlocutor a partir de uma forma de linguagem e resposta (Neves; Oliveira; Bastos, 2021).

Em síntese, os dois autores rejeitam a imagem do sujeito como entidade fechada e atemporal. Vygotski (1998) mostra que as funções psicológicas mais complexas emergem de interações sociais mediadas por signos, e Bakhtin (2010), que a subjetividade é essencialmente dialógica e responsiva ao outro. Essa convergência teórica fundamenta uma concepção de sujeito historicamente situado, linguisticamente mediado e relacional, que se humaniza por meio da interação com o outro e com a cultura.

Nesse sentido, compreender o sujeito como alguém constituído social e historicamente, mas também capaz de interpretar, tensionar e ressignificar as formas simbólicas, permite deslocá-lo de uma posição meramente reativa para aquela de agente implicado na produção de

sentidos. Se a subjetividade se forma na relação com o outro, nas práticas e nas mediações culturais, então também se forma na capacidade de responder ao mundo, selecionando, reelaborando e, por vezes, contrariando aquilo que lhe é ofertado. Essa perspectiva, presente em Bakhtin (1997, 2006, 2010) e ampliada por autores que reconhecem o caráter ativo da recepção, abre caminho para entender que a disputa simbólica não se realiza apenas nos grandes sistemas, mas se concretiza na ação cotidiana dos próprios sujeitos. É justamente a partir dessa compreensão ampliada do papel do sujeito que se torna possível avançar para a discussão sobre a mídia como um espaço de disputa, onde práticas comunicacionais – individuais e coletivas – podem tanto reforçar quanto subverter projetos hegemônicos.

Dessa maneira, abre-se, então, a possibilidade de se pensar na mídia enquanto um possível campo de disputa. Essa premissa que contrapõe o determinismo frankfurtiano de Adorno, é trabalhada por autores como Gramsci (2022), com o papel ativo do sujeito social no processo de construção e manutenção da hegemonia, Walter Benjamin (2021), que apresenta as potencialidades da mídia enquanto ferramenta para além da dominação, e Mikhail Bakhtin (2006), que traz a discussão da língua viva e dialógica, do interlocutor como sujeito ativo. Essas ideias são refletidas na obra de Martín-Barbero (2009), que se dedica às complexidades da recepção, afirmando que é possível subverter o hegemônico através do campo de disputa, seja da função dos meios técnicos ou/e da criticidade do espectador, afinal, a recepção por parte dos sujeitos pode acontecer de maneira crítica.

A hegemonia, no pensamento gramsciano, ultrapassa a noção restrita de dominação e é constituída como uma forma de direção intelectual e moral, na qual o grupo dominante possui o consentimento ativo dos demais grupos sociais. Gramsci (2022) afirma que a hegemonia se exerce quando uma classe consegue universalizar seus interesses particulares, fazendo-os parecer expressão do interesse geral da sociedade. Para isso, a sociedade civil, composta por instituições como a escola, a igreja, associações e meios de comunicação, atua como espaço privilegiado de produção e difusão desse consenso. Nesse sentido, a hegemonia não é estática, mas um processo permanente de negociação, conflito e acomodação, no qual valores dominantes se estabilizam apenas provisoriamente. Essa concepção implica reconhecer que o poder opera tanto pela coerção quanto pela constituição de sensibilidades, percepções e modos de interpretar o mundo, articulando cultura e política de maneira inseparável (Hall, 2003).

Ainda que Gramsci não empregue explicitamente o termo “contra-hegemonia”, seus escritos oferecem as bases para compreender processos de disputa cultural capazes de tensionar e transformar a ordem dominante. Ao tratar da “reforma intelectual e moral”, ele observa que grupos subalternos podem construir novas concepções de mundo que desafiam a direção

exercida pelos grupos hegemônicos (Gramsci, 2022). Raymond Williams (1979), ao expandir essa leitura, propõe que toda formação cultural contém elementos dominantes, residuais e emergentes, sendo estes últimos o terreno no qual se gestam forças contra-hegemônicas capazes de reorganizar o campo das práticas sociais e comunicacionais. Hall (2003) complementa ao afirmar que a cultura é um campo de luta contínua, no qual significados e identidades são disputados, apropriados e ressignificados. Desse modo, a contra-hegemonia pode ser compreendida como o conjunto de práticas discursivas, organizativas e culturais que buscam desestabilizar o consenso dominante e instaurar outras formas de ver, sentir e narrar o mundo, especialmente no terreno comunicacional.

Considerando a capacidades dos sujeitos e coletivos de (re) produzirem discursos e práticas hegemônicas e contra-hegemônicas, para Martín-Barbero (2009), o eixo do debate a respeito das mídias deve se deslocar dos meios para as mediações, focando nas articulações entre as práticas de comunicação e os contextos políticos, sociais e culturais. Sendo assim, para o autor, a análise não deve se reduzir ao suposto problema das tecnologias, mas sim, nas trocas de sentidos que e nos desejos dos sujeitos. Desejos estes, que são constituídos através de uma relação dialógica com os discursos hegemônicos produzidos e disseminados através das tecnologias midiáticas. A partir dos meios tecnológicos, então, é possível que se analise os processos mercadológicos, e a produção das mensagens hegemônicas. Porém, além desse aspecto, a análise das mediações precisa considerar questões conjunturais e culturais, as influências das instituições, assim como os elementos estruturais da organização social e da constituição individual de cada sujeito.

São constituídos, então, os laços complexos entre a produção de formas simbólicas e a constituição do sujeito. Através da produção do que se chama de “capital simbólico”, ou seja, a credibilidade e confiança atribuída a tais grupos transmissores de conteúdo simbólico pela população, vamos selecionando o que acreditamos ou não ser “informação confiável”, e esse material acaba atravessando a construção de nossas subjetividades. Estabelecida essa imagem de respeito, tem-se o aval para induzir a crenças e descrenças, modificar o curso dos acontecimentos, apontar respostas, deslegitimar movimentos populares, embasar ações econômicas, coercitivas e políticas, ou seja, alterar direções pessoais e sociais (Thompson, 2002).

Nessa direção, nossas subjetividades são atravessadas de modo complexo pela mediação midiática. O que se deve considerar, então, é que através dessa mediação, ainda que hoje supostamente mais interativa tecnologicamente, estabelece-se um direcionamento estratégico e valorativo do contato que teremos com as discussões sociais, além da natureza das pautas postas

em evidência. Isso exerce um impacto psicológico inegável, devendo ser pensados em relação com os efeitos políticos, coletivos, sociais e econômicos. Enquanto seres coletivos e capazes de resistir e contestar hegemonias, nos constituímos através das relações, e devemos, então, nos atentar ao poder constitutivo e aos elementos que constroem tais relações, inclusive a partir da mediação midiática (Coimbra, 2001; Guareschi, 2012; Martín-Barbero, 2009).

4. AS MEDIAÇÕES DO JORNALISMO EM SEGURANÇA PÚBLICA: ENTRE MEDOS, CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E LEGITIMAÇÃO DE VIOLÊNCIAS

Como discutimos anteriormente, a partir da construção das nossas subjetividades, atravessadas pelas práticas midiáticas e forjadas ideologicamente, elaboramos também nossas concepções e opiniões. Nesse sentido, as concepções populares sobre violência e pobreza, assim como as representações midiáticas sobre tais temáticas são pontos de análise que nos interessam, especialmente na realidade brasileira.

Nos interessa aqui o jornalismo, uma das práticas sociais mais disseminadas no meio midiático. De acordo com Diniz (2006), o jornalismo, em sua prática – atravessada por questões ideológicas, econômicas e políticas – não apenas informa, mas também gera impacto sobre a construção da realidade na medida em que media a relação entre os fatos e a sociedade, produzindo narrativas sobre determinados acontecimentos a partir da forma, estilo e das escolhas editoriais. Tais escolhas, que podem envolver preconceitos e estigmas, perpassam as produções de sentidos dos espectadores, influenciando sua percepção de mundo.

Destaca-se, nesse cenário, a cobertura jornalística em segurança pública, que constrói e reproduz uma série de representações sobre o crime e a segurança, apontando os supostos inimigos da população e legitimando medidas punitivistas por parte do Estado. A produção do medo desempenha um papel fundamental nessa construção de narrativas. A autora aponta que frequentemente, uma abordagem sensacionalista e reducionista é utilizada, tanto na seleção dos fatos, quanto na reprodução de discursos hegemônicos e simplificadores a respeito da violência (Diniz, 2006).

Um dos principais mecanismos envolvidos nessa prática é a predominância do uso de fontes oficiais, que prioriza os discursos de representantes institucionais, como policiais e outras figuras de autoridade. Segundo Diniz (2006), isso acaba produzindo narrativas parciais pautadas nas ideias de ordem e repressão, sem espaço para uma perspectiva mais crítica, aprofundada e complexa. As vozes das vítimas, dos familiares, de representantes da comunidade ou de movimentos sociais são frequentemente silenciadas nesse tipo de cobertura jornalística. Assim, ideologicamente, constrói-se a ideia de que as ações punitivistas e violentas parecem ser a única saída para a questão da segurança pública.

Ligar a televisão e assistir a um telejornal dessa natureza, (programação diária típica de emissoras brasileiras de sinal aberto) – conteúdo hoje ainda mais popularizado pelas redes sociais, disponíveis em plataformas como *Youtube* através da edição de “cortes” desses programas – significa, então, se deparar com a violência e com o medo. As cores intensas, as

vinhetas cheias de tensão, as entrevistas nas delegacias, e o conteúdo recheado de casos de assaltos, golpes, roubos criam um clima alarmista e assustador (Mendes, 2017). O dito criminoso, em maioria, aparece como a figura do “pobre desonesto que se rendeu ao crime e às drogas”, julgado pelo discurso inflamado e revoltado do apresentador.

Tornou-se corriqueiro o discurso meritocrático que ressalta a importância de se esforçar, estudar, batalhar e trabalhar para vencer na vida e superar a pobreza, não “cair no mundo das drogas”. Porém, quando se analisa a questão da pauperização a partir de um ponto de vista estrutural como Siqueira (2012) e Montañó (2012), torna-se clara a ideia de que essa não é uma condição individual a ser superada ou um mal passageiro, uma crise de um sistema econômico em desenvolvimento. Trata-se de um meio-consequência do modo de produção capitalista. Quanto maior a produção de riqueza e maior o desenvolvimento e modernização dos meios de produção, maior será a acumulação do capital, mas não sua distribuição. Assim, quanto mais capital acumulado, maior a desigualdade de renda e consequentemente maior a população pobre.

Segundo Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades de 2024, a desigualdade de renda no Brasil é alarmante: o 1% mais rico tem rendimento médio mensal per capita 31,2 vezes maior do que os 50% mais pobres. Além disso, houve aumento no déficit habitacional para 6,4 milhões de domicílios, entre 2019 e 2022 (CEBRAP, ABCD, 2024). De acordo com o Censo de 2022, o Brasil tem mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas, em que vivem 16,6 milhões de pessoas. Segundo a ONU-Habitat 2022, cerca de um bilhão de pessoas vivem atualmente em favelas e assentamentos informais em todo o mundo (IBGE, 2022; ONU-Habitat, 2023). A pobreza está presente no cenário brasileiro, e trata-se de um elemento constitutivo do equilíbrio de funcionamento da lógica neoliberal, ou seja, do modelo de sociedade em que estamos hoje inseridos. É necessário que existam pessoas trabalhando na produção de riqueza – e se apropriando de uma parte quase insignificante dessa produção – para que uma elite a acumule cada vez mais (Siqueira, 2012).

A partir da lógica da pobreza como “mal necessário”, vão sendo construídas as representações que dão origem a discursos como o da meritocracia e da pobreza como uma problemática individual. Conforme Yazbek (2012), a representação da pobreza, o lugar social do pobre não se expressa desigualmente apenas no campo econômico, mas também nos valores culturais. Sendo assim, tudo o que é associado à pobreza: crenças, expressões, valores, formas de se comportar são características, indesejáveis socialmente.

Tais representações, contam com a disseminação midiática através de suas produções, que colam a representação de pobreza à ideia de superação ou do fracasso e vilanização dos que

são envolvidos pela criminalidade. Afinal, como abordado anteriormente, a mídia hegemônica brasileira trata-se de um dispositivo que possui a especificidade de estar em mãos de uma elite “coronelista” do país, assim, sua produção é caracterizada pelo conteúdo de interesse político e econômico (Santos; Aires, 2017), colaborando na (re) produção massiva e muitas vezes mascarada de discursos e justificativas que naturalizam e criminalizam a pobreza: falta de planejamento, problemas de ordem educacional, moral e comportamental. São essas as explicações que mais circulam no senso comum ideológico (Montaño, 2012).

Além disso, quando pensamos sobre a realidade de pauperização, torna-se necessário discutir seus entrelaces com a violência. Nesse sentido, o tráfico de drogas como uma alternativa para se fazer dinheiro frente a contextos de pobreza, trata-se de um fator essencial para a escalada da violência nas comunidades. Ao longo do tempo, especialmente durante o século passado e nas últimas décadas, as favelas vêm crescendo no Brasil. Entre 2000 e 2010, as favelas cresceram doze vezes mais que o aumento de moradias no país. Nesse mesmo período, o número de moradores das favelas – em maioria, negros – aumentaram de 6,5 milhões para 14 milhões. Destes, 65% não possuem trabalho regular, sem renda para arcar com gastos básicos como contas de aluguel, energia e água (Sawaya, 2018).

As favelas no Brasil são áreas urbanas marcadas por moradias precárias, sem registros formais de propriedade. Nos últimos 15 anos, grupos criminosos organizados como o Primeiro Comando da Capital (PCC) têm expandido seu território de domínio; e mais recentemente, a partir das penitenciárias onde alguns de seus integrantes cumprem pena, comandam os crimes. O PCC que nasce em São Paulo concentra atualmente poder no mercado de distribuição de drogas e está ampliando sua estrutura organizacional para o norte e nordeste do país e para outros países. O grande desenvolvimento do PCC e outros grupos representa um sintoma claro da falta de intervenção do Estado, assim como da ineficiência das políticas públicas e da má qualidade da educação (Sawaya, 2018, p.243).

Ainda de acordo com Sawaya (2018), mais de um terço da população brasileira já sofreu algum tipo de violência. O país ocupa o primeiro lugar no ranking mundial no número de anos de vida perdidos por conta da violência – condição diretamente relacionada ao tráfico de drogas. No cotidiano dos moradores, essa violência gera uma série de impactos, tais como a circulação no território, dificultando, inclusive, a presença de profissionais como agentes comunitários de saúde.

Também nesse escopo, legitimada pelas representações jornalísticas de criminalidade e violência, destaca-se a violência policial. Não simplesmente como uma sucessão de abusos isolados, mas como componente estrutural do aparelho punitivo estatal voltado à gestão de populações racializadas e empobrecidas. O Estado responde à crescente precarização das

condições de trabalho e à desproteção social não por meio de políticas de bem-estar, mas pelo fortalecimento do controle penal e policial. Em vez de oferecer mecanismos de inclusão ou assistência, o Estado neoliberal passa a gerir a pobreza através da repressão e da vigilância, instaurando modelos em que o encarceramento e a coerção substituem a proteção social, disciplinando as classes subalternas e regulando os efeitos da desigualdade (Wacquant, 2009).

Especialmente no Brasil, a letalidade policial perdura como legado autoritário das políticas do Estado. Segundo dados oficiais do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, mais de 6.200 pessoas foram mortas por policiais em 2024, representando cerca de 14% das mortes violentas intencionais no país. A Bahia liderou o ranking com 1.556 vítimas, seguida por São Paulo, que registrou aumento de mais de 60% na letalidade policial (BRASIL, 2025). A análise do perfil das vítimas revela prevalência entre homens jovens, negros e moradores de regiões vulneráveis, que têm risco três vezes superior de serem mortos pelas forças repressivas do Estado (Oliveira et al., 2024). Esse fenômeno, portanto, revela a incapacidade do modelo punitivo de promover justiça ou prevenir crimes, reforçando a discriminação estrutural e os limites da atuação policial pautada pelo uso excessivo da força (Dias; Amaral, 2019).

Muitas vezes representada pelo jornalismo como a solução heroica para o dilema da segurança pública, a violência policial dá origem a situações como a chacina ocorrida no Rio de Janeiro em outubro de 2025. Segundo notícias dos portais Terra (2025) e Agência Brasil (2025), a “Operação Contenção” nos complexos do Complexo do Alemão e Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, deixou ao menos 119 pessoas mortas, entre civis e quatro policiais. A estimativa da defensoria pública estadual é de até 132 vítimas fatais¹. Moradores descreveram mais de 50 corpos retirados por eles mesmos de uma área de mata da favela. A operação, direcionada à suposta facção Comando Vermelho, mobilizou cerca de 2.500 agentes e blindados em uma comunidade predominantemente negra e de baixa renda.

Este episódio reforça o argumento de que as práticas repressivas são estratégias de gestão da pobreza e da racialização. Além das perdas humanas, a violência estatal impacta profundamente a vida cotidiana dos moradores desses territórios, restringindo sua circulação, dificultando o acesso a oportunidades de trabalho e educação, e gerando constante medo e insegurança (Wacquant, 2009).

¹ TERRA. “Veja o local onde dezenas de corpos foram encontrados após a megaoperação da polícia no RJ”: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/videos/veja-o-local-onde-dezenas-de-corpos-foram-encontrados-apos-a-megaoperacao-da-policia-no-rj>; AGÊNCIA BRASIL. “Governo do Rio contabiliza 119 mortes e nega que operação foi chacina”: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-10/governo-do-rio-contabiliza-119-mortes-e-nega-que-operacao-foi-chacina>.

Outras implicações, estereótipos e representações vão sendo moldadas e incorporadas aos sujeitos que existem nesses espaços. A partir desse cenário midiático que individualiza e criminaliza a pobreza, a fundindo de modo simplista à noção de violência, criando um imaginário de medo, faz-se presente a afirmação de Barbero (2015, p.18): “los medios viven de los miedos”, ou seja, “os meios vivem dos medos”. O autor apresenta a ideia de que a construção de um cenário de medo, de aumento constante da criminalidade e de violência nas cidades é um ponto chave nas atuais práticas midiáticas. Afinal, uma população amedrontada tende a ir menos às ruas, tem menos contato com a cidade e com a realidade fora das telas. Dessa forma, os meios de comunicação mediam cada vez mais nossas opiniões e construções sobre a vida, a cidade e as mazelas sociais.

Ao mesmo tempo em que as ruas são apresentadas como um ambiente perigoso, em que os pobres são os vilões e responsáveis pela violência, nenhuma discussão a respeito das desigualdades e da produção da pobreza é apresentada. Assim, reforça-se o estigma que associa pobreza e a vida nas periferias à violência. Não nos surpreende, então, que como fruto de tais representações midiáticas hegemônicas e ideológicas, a pobreza e as desigualdades sejam concebidas popularmente como “fenômenos” naturais, e não como efeitos de uma organização social dominante e historicamente situada (Zaffaroni, 2012; Moraes, 2013). Da mesma forma, a ideia de crime, geralmente associada à pobreza, costuma ser vista como um “fenômeno” de base ontológica “que teria aparecido na natureza como os peixes, os abacates e as esmeraldas” (Batista, 2011, p. 21).

A vida das comunidades subalternizadas e pobres está minimizada ou esvaziada de pertinência, e geralmente só aparece em telejornais quando relacionada à violência, criminalidade, catástrofes e tragédias. É como se o cotidiano da escassez e da exclusão não tivesse relevância para ser abordado e discutido. Desigualdades alarmantes parecem representar um dado inerente à existência (Moraes, 2013).

Dessa maneira, as práticas midiáticas hegemônicas, através de suas representações contribuem para que sejam criados, no imaginário popular, os “bons” e os “maus”. De acordo com essa concepção ideológica, que Zaffaroni (2012) chama de “criminologia midiática”, através da construção do “nós contra “eles“, os maus” ou “eles” são os pobres, favelados e criminosos, dos quais “nós”, os “bons”, devemos nos proteger a qualquer custo. Tais estereótipos são reforçados virtualmente, em uma lógica em que o comportamento nas redes é altamente influenciado por algoritmos que nos direcionam a conteúdo que aborda a mesma temática a partir de abordagens similares. Assim, se vejo conteúdo sobre crimes com

abordagem policiaisca, conteúdo similar será sempre sugerido, atravessando as subjetividades e opiniões, gerando medo e certo pânico moral.

Aprofundando esses atravessamentos, Kahn et al. (2023), através de uma revisão sistemática de literatura, analisa os possíveis impactos relacionados à violência midiática, especialmente no que diz respeito ao jornalismo televisivo, impresso e online. Um dos aspectos que o estudo ressalta enquanto um importante impacto trata-se da influência sobre as percepções sociais. O reforço de preconceitos e estereótipos estimula os sujeitos a produzirem percepções hostis e desumanizadas sobre o mundo e as pessoas, normalizando a violência no debate público. Os impactos coletivos são, então, construídos e acumulados, gerando pânico moral, a busca por justiça e segurança individual e seletiva (através da compra de armas de fogo, por exemplo), além de ações políticas punitivistas que podem intensificar episódios de violência, impactando a vida das comunidades e das pessoas.

Outros possíveis impactos documentados tratam de complicações na saúde dos telespectadores. Existem relatos de piora no sono e na alimentação, assim como aumento de ansiedade, quadros depressivos, estresse e até mesmo ideação suicida frente a uma percepção de mundo permeado por violência e insegurança. Desde a infância, existem registros de aumento da violência interpessoal e comportamento agressivo, percebidos através de *bullying*, *cyberbullying* e agressões físicas. Até mesmo efeitos neurocognitivos foram documentados, relacionando exposição a conteúdo violento com alterações relativas ao autocontrole, dessensibilização emocional e déficit de atenção e memória (Kahn et al., 2023).

A respeito dos grupos mais afetados pelo conteúdo violento disseminado midiaticamente, Kahn et al. (2023) destaca as crianças e jovens, que num momento de formação e opiniões e conceitos, podem se apropriar com mais facilidade do conteúdo ideológico relacionado à violência e criminalidade. O autor evidencia especialmente o impacto sobre negros, sujeitos pauperizados e mulheres, que costumeiramente são retratados de forma negativa, simplificada e estereotipada. Imigrantes, pessoas com transtornos mentais e outros grupos minoritários, não raramente, também são estereotipados pela cobertura jornalística. Por fim, o impacto sobre jornalistas e profissionais de saúde é inegável, visto que os primeiros lidam diretamente com a produção e disseminação do conteúdo violento, e os últimos, lidam diretamente com os efeitos da exposição a esse tipo de conteúdo.

Para a compreensão das origens desse tipo de cobertura jornalística, é necessário voltar o olhar às origens do que se chamava de “jornalismo policial” no Brasil. Conhecido como um fazer jornalístico de “segunda categoria” por conta do sensacionalismo que marca essa prática, o jornalismo policial, de acordo com Diniz (2006) surge relacionado a um contexto histórico

marcado por disputas sociais, interesses de classe e mecanismos de repressão. Embora a bibliografia sobre o tema seja escassa, alguns registros permitem compreender os padrões de cobertura que se consolidaram ao longo do século XX. No início do século passado, destacava-se a atuação de Aureliano Leal, chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro e figura central na conferência judiciário-policial de 1917, que discutia a questão da segurança pública em meio ao crescimento da pobreza urbana e ao temor das elites diante de greves e mobilizações populares.

A imprensa da época, representada sobretudo pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Jornal do Commercio*, reproduzia quase integralmente a versão oficial das autoridades policiais, assumindo uma postura de alinhamento com os interesses dominantes. Essa simbiose entre polícia e imprensa contribuiu para consolidar um modelo de cobertura marcado pelo sensacionalismo e pela dramaturgia narrativa, responsável pela associação histórica do jornalismo policial a uma prática de segunda ordem no campo jornalístico (Diniz, 2006).

Esse vínculo estreito entre a imprensa e as instituições policiais atravessou diferentes fases ao longo do século XX. Durante o Estado Novo (1937-1945), a censura política e a restrição às notícias gerais abriram espaço para a expansão do noticiário policial e esportivo, com forte viés alienante. Nas décadas seguintes, a influência do jornalismo norte-americano intensificou o apelo a temas ligados a sexo, violência e criminalidade, reforçando o caráter espetacular da cobertura. Sob a ditadura civil-militar (1964-1985), a ideologia da Segurança Nacional e a censura prévia submeteram o jornalismo policial a um papel ainda mais instrumentalizado, no qual predominavam versões oficiais emitidas pelos órgãos repressivos, frequentemente publicadas sem contestação. Nesse período, casos emblemáticos, como o do militante Joaquim Alencar de Seixas, evidenciam como a imprensa podia antecipar narrativas estatais de violência antes mesmo da consumação dos fatos. Assim, a história do jornalismo policial brasileiro revela não apenas um campo marcado pelo sensacionalismo, mas também um espaço de disputa entre hegemonia oficial e resistência, onde a imprensa alternativa desempenhou papel central na denúncia das violações do regime (Diniz, 2006).

O próprio termo “jornalismo em segurança pública” trata-se de uma tentativa de se distanciar das práticas do “jornalismo policial”:

Durante muito tempo a cobertura jornalística da violência cotidiana nos centros urbanos foi considerada uma área marginal nos veículos de comunicação de massa. Primeiro porque o termo “jornalismo policial”, muito usado no passado, remete a um tipo de reportagem de dramatização, que sugere a incitação e banalização da violência, focando somente no crime e não no problema social. Segundo porque, devido aos inúmeros golpes políticos e longos períodos de repressão pelo o qual o País passou no século passado, a imprensa brasileira esteve, durante muito tempo, comprometida com as instituições públicas, principalmente no período da ditadura militar – entre as décadas de 60 e 80 – fazendo com que os veículos de comunicação perdessem credibilidade diante da sociedade.

Somente com o estabelecimento da democracia, no início dos anos 90, é que o jornalismo policial deixa de ser meramente um jornalismo de espetáculo e a imprensa passa a discutir a importância de se fazer cobertura jornalística em Segurança Pública, termo que foi adotado recentemente no meio jornalístico, em uma tentativa de se livrar do preconceito em relação ao termo jornalismo policial e do estereótipo de que toda reportagem sobre criminalidade e violência é sensacionalista (Diniz, 2006, p.18).

Em um guia para orientar a cobertura de casos criminais, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD, em parceria com o Instituto Brasileiro De Ciências Criminais – IBCCRIM (2013) propõe o respeito a alguns pontos balizadores de uma prática jornalística mais ética. Entre esses pontos, que são frequentemente desrespeitados estão o cuidado com o uso de termos que induzam a uma interpretação de culpabilização judicial e moral do investigado antes da condenação (“bandido”, “traficante”, “ladrão”, “meliante”, “criminoso”, “assassino”). Além disso, a imagem dos envolvidos não deve ser explorada nem juridicamente (uso sem autorização, por exemplo) e nem emocionalmente (através do sensacionalismo e da espetacularização da dor). O impacto da cobertura criminal sobre a vida das pessoas deve ser compreendido pelos profissionais do jornalismo, afinal, uma prática irresponsável pode produzir e reproduzir estigmas e preconceitos que impactarão os sujeitos e as direções sociais.

Para isso, é importante que os jornalistas tenham conhecimento sobre conceitos jurídicos e penais, evitando violações e erros técnicos que prejudiquem a qualidade da informação. O profissional deve promover um material crítico, contextualizando os fatos, assumindo uma postura analítica e não apenas reprodutiva das versões hegemônicas (IDDD, IBCCRIM, 2013).

Considerando esse cenário de preconceitos e reducionismos na cobertura jornalística em segurança pública, repleto de racismo e classismo, Diniz (2006) argumenta sobre a necessidade de se construir uma outra maneira de se fazer esse tipo de jornalismo. A autora destaca a necessidade de uma abordagem ética e mais plural, que vá além das fontes oficiais e institucionais, dando espaço a outras vozes e fontes, – por exemplo, das pessoas afetadas pela violência e pelas desigualdades e dos movimentos sociais e líderes comunitários - de modo a evitar uma prática acrítica e reprodutora de discursos hegemônicos.

De acordo com Karam (2004), para além do respeito a questões relacionadas à ética do jornalismo, tais como sigilo da fonte, verificação de fatos e promoção de espaços e meios para que a formação ética dos profissionais seja fortalecida, outros aspectos são essenciais na construção de um jornalismo responsável e ético. Na mesma direção de Diniz (2006), o autor ressalta a importância dos espaços de crítica e reflexão, na busca da análise do debate público e na construção da melhor conduta jornalística: informar com transparência, respeitar e amplificar as vozes de diferentes setores da sociedade, respeitar os direitos humanos, separar fato e opinião, rejeitar a superficialidade, fortalecer instituições de regulação, entre outros aspectos que direcionem a uma prática voltada para a defesa da democracia e do interesse público, tentando superar os limites mercadológicos, econômicos e políticos. Para além do campo do jornalismo – prática profissional específica da comunicação, que tem por objetivo a difusão de informações de interesse público, cabe o questionamento de como se produzir uma comunicação mais responsável, ética e plural, considerando este como um campo mais amplo que o do jornalismo, englobando processos sociais, culturais, simbólicos e tecnológicos que estruturam a produção e a circulação de sentidos na sociedade (Traquina, 2005; Wolf, 1994).

Nesse sentido, em contrapartida à narrativa hegemônica, à violência midiática e a produção de seus estigmas que contribuem na construção de “valores sociais” pautados na individualização, naturalização das desigualdades e da violência, vale voltarmos o olhar a outras tentativas de se fazer comunicação, de maneira contra hegemônica: nascendo, em maior parte, nas favelas e por iniciativa de grupos estigmatizados (“eles, os “maus”), a comunicação contra hegemônica cria uma tensão, uma disputa de poder na tentativa de nos informar e contar histórias de uma outra maneira, na contramão (Malerba, 2014).

5. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CONTRA-HEGEMONIA: OUTRAS VOZES, OUTRAS POSSIBILIDADES DE EXISTIR E RESISTIR

Ao compreender o cotidiano como espaço de práticas inventivas, Michel de Certeau (2014) propõe a noção de tática como forma de ação dos sujeitos que não detêm o poder institucional, mas que, ainda assim, desenvolvem modos de resistência a partir das brechas e oportunidades do presente. Diferentemente das estratégias, vinculadas a instituições, grupos dominantes e posições estáveis de poder, as táticas operam sem um “lugar próprio”, agindo de maneira móvel, oportunista e provisória, apropriando-se criativamente dos dispositivos e narrativas dominantes (Certeau, 2014). Para o autor, essas práticas cotidianas configuram modos de “fazer com”, por meio dos quais sujeitos comuns desviam, subvertem ou ressignificam imposições hegemônicas, introduzindo nelas usos inesperados. Trata-se, portanto, da construção de uma resistência que não se dá necessariamente por enfrentamentos explícitos, mas pela capacidade de reorientar sentidos, deslocar funções e reinventar usos dentro das estruturas existentes, ou seja, uma “arte de fazer” que evidencia o protagonismo daqueles que, mesmo situados em posições subalternizadas, produzem contracondutas e alternativas simbólicas no interior da ordem social.

Nesse sentido, enquanto a hegemonia configura-se a partir de “uma intrincada, refinada e realimentada rede de ideias, forças e posições estabelecidas de poder que a legitimam e sustentam” (Malerba, 2014, p. 11), as propostas alternativas e críticas aos moldes atuais podem mobilizar o consenso no sentido contra-hegemônico. Seja através de canais em redes sociais, blogs, ou das rádios comunitárias, na contramão da hegemonia midiática, a comunicação, a partir de outras perspectivas, outros contextos e interlocutores, aparece enquanto possibilidade de fortalecimento de coletividades e de resistência pelas brechas. Compreendidas como ferramenta de mobilização e articulação social, as mídias ditas populares, alternativas ou comunitárias, que geralmente partem da iniciativa de grupos marginalizados, procuram articular e ampliar o alcance das demandas de tais grupos (Malerba, 2014).

Walter Benjamin, em suas experiências radiofônicas na República de Weimar, experimenta a tentativa da utilização técnica do rádio para mediações alternativas, por exemplo, a educação do público jovem. Através de sua análise, Benjamin reconheceu as potencialidades estéticas, sociais e políticas dos meios técnicos de reprodução, que em sua visão, poderiam ser subvertidos, servindo ao esclarecimento das massas, e não sendo apenas “engolidos” pela lógica capitalista de mercado (Carone, 2019).

Historicamente, as mídias alternativas aparecem como ferramenta das classes populares, sendo compostas e conduzidas diretamente no sentido de contrapor o tradicional discurso concentrado e elitizado transmitido massivamente. Por este motivo, a perseguição oficial e não oficial é elemento constante quando se trata desse tipo de construção midiática (Haubrich, 2015). Porém, autoras como Peruzzo (2006) e Paiva (2008) ressaltam que nem toda comunicação alternativa faz-se de fato oposição ideológica, ou seja, nem sempre se trata de comunicação contra-hegemônica. Por vezes, o “alternativo” e “popular” diz respeito apenas à forma popularesca com que se produz e dissemina o mesmo conteúdo hegemônico.

A radicalidade do que pode se configurar como contra-hegemonia talvez resida no fato de não se desejar nunca o lugar de sujeito hegemônico, no fato de a contra-hegemonia se orientar por uma razão fundamental que se configure de modo contrário e oposto à hegemonia. É uma contraposição que vai vir acompanhada de ações e atuações no cotidiano, que pode e deve vir acompanhada de uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que, necessariamente, vem harmonizada com o desejo de recusa da situação dominante (Paiva, 2008, p. 165).

Considerando tais contradições, tratamos aqui, de coletivos que se propõem a atuar de maneira contra-hegemônica. É importante, entretanto, destacar que essas iniciativas também não estão livres de contradições, afinal, se a hegemonia é produzida a partir de um complexo e permanente jogo de forças, ideias que atuam e impactam sobre tudo e todos, seria ingenuidade desconsiderar que frações e concepções de mundo ideológicas estarão presentes até mesmo nas práticas midiáticas contra-hegemônicas. Portanto, é necessário diferenciar iniciativas popularescas que reproduzem consensos hegemônicos e ideológicos, de iniciativas contra-hegemônicas motivadas por um dever-ser, que atuam, porém, numa realidade hegemônica, e não estão imunes às suas contradições (Malerba, 2014).

Nesse sentido, em uma tentativa de conceitualizar e sintetizar criticamente as mídias alternativas, alguns elementos principais que constituem essa forma de comunicação podem ser destacados. O primeiro ponto seria uma organização participativa e pautada em bases de interesses de determinada comunidade ou população oprimida; o segundo ponto estaria na diferenciação da mídia hegemônica: organização horizontalizada e não verticalizada, conscientização como elemento central – não o lucro, e enfoque em conteúdos e pautas ocultadas pela mídia dominante. Como terceiro ponto estaria a independência do Estado e das grandes organizações e figuras do setor privado; já o quarto ponto diz respeito à veiculação de conteúdo crítico, emancipador e transformador, rompendo com naturalizações e contribuindo com a emancipação dos grupos subalternos. O último ponto trata de fornecer alternativas à população em relação ao sistema social vigente, “tendo como norte sua emancipação através da

transformação social, e como caminho a esse destino a informação, a formação, a integração e a expressão populares através da própria mídia alternativa” (Haubrich, 2015, p. 12).

Santos e Aguiar (2017), realizando um apanhado dos estudos sobre comunicação não convencional na América Latina, apontam que usualmente as pesquisas sobre o tema tratam de experiências locais em contextos que partem de recortes específicos. Os autores apontam também três tendências teóricas principais que norteiam as reflexões e trabalhos a respeito do assunto: a) aquela que visa influenciar os fluxos de informação, a agenda do debate público e os discursos dominantes por meio de práticas jornalísticas “alternativas” às da mídia hegemônica, como a “imprensa nanica” ou alternativa dos anos 1970/80 e as chamadas mídia livre e mídia independente de agora; b) aquela que visa dar voz a populações e/ou grupos sociais articulados por identidades locais, que configuram a chamada “comunicação comunitária” ou “comunicação alternativa para a cidadania”; c) e aquela que visa amplificar as vozes dos trabalhadores de diferentes setores produtivos, urbanos ou rurais, que nos países de cultura hispânica é genericamente chamada de “comunicação popular”, mas que no Brasil pode configurar-se como “comunicação sindical” ou como “comunicação rural”, a depender da sua geografia e inserção institucional (Santos; Aguiar, 2017, p. 5).

Um marco importante quando falamos em comunicação alternativa contra-hegemônica no contexto brasileiro, trata-se da “Mídia Ninja”, que foi criada em 2013 no contexto das manifestações de junho e consolidou-se como uma rede de comunicação independente que articula jornalismo, ativismo e experimentação estética em ambientes digitais. O coletivo se organiza de forma horizontal e colaborativa, reunindo comunicadores, artistas e militantes que compartilham práticas de cobertura ao vivo, produção audiovisual e curadoria de conteúdos voltados à denúncia de injustiças sociais e à valorização de perspectivas subalternizadas. Segundo Teixeira (2020), sua atuação se estrutura a partir de tecnologias digitais acessíveis – especialmente plataformas como Facebook, Instagram e transmissões em streaming –, configurando um modelo de comunicação em rede e de baixo custo, sustentado pela lógica da autogestão e da economia solidária. Para Andrade e Nunes (2021), a “Mídia Ninja” constitui uma forma contemporânea de mídia contra-hegemônica, que não apenas contesta os enquadramentos discursivos da grande imprensa, mas também propõe novos modos de fazer jornalismo, nos quais a transparência, a horizontalidade e a participação coletiva se afirmam como princípios ético-políticos de produção de sentido. Assim, a Mídia Ninja se popularizou, e ampliou as fronteiras da comunicação alternativa no contexto das mídias digitais brasileiras.

No presente trabalho, o foco está situado no que os autores nomeiam “comunicação comunitária”, ou seja, construídas e articuladas por grupos em comunidades marcadas por

violências e opressões. Segundo Kucinski (1991), no Brasil, esse tipo de mídia alternativa ascende no período da ditadura, num contexto de acirramento da violência e da perseguição política pelo protagonismo de jornais independentes de alcance amplo como “O Pasquim”, sempre posicionados criticamente e à esquerda. Frente a esse cenário de dificuldades, surge a necessidade de redirecionamento estratégico da esquerda para o fortalecimento dos movimentos populares de base e das comunidades. A partir daí a comunicação comunitária começa a se fortalecer no cenário das mídias alternativas. Antes disso, entre os séculos XIX e XX, a mídia alternativa brasileira esteve diretamente conectada às questões operárias e trabalhistas, sendo a necessidade de comunicação e conscientização para a organização política dos trabalhadores, a base do surgimento e do processo de consolidação dos aparatos de comunicação independente.

As mídias comunitárias seguiram avançando no período pós-ditadura, se tornando na década de 90, as maiores representantes das mídias alternativas com as “rádios piratas” que se espalharam pelo país. Essas podem ser caracterizadas como rádios comunitárias não regulamentadas, marcadas pela dificuldade jurídica de obtenção de concessões governamentais para seu funcionamento. Apesar de diversos aparatos oficiais que garantem a liberdade individual de recebimento e difusão de informações a partir de alguns limites de alcance de transmissão, tais como o “Pacto de San Jose da Costa Rica” da Convenção Americana de Direitos Humanos em 1969, o artigo 220 da Constituição brasileira, muitas dessas rádios foram e seguem sendo fechadas por conta da perseguição dos donos das rádios convencionais e da atitude governamental de dificultar ao máximo o processo de autorização de funcionamento através das concessões (Fernandes; Scaloppe, 2017).

Entre os anos de 2003 e 2010, no governo Lula, inicia-se uma tentativa de inserir a discussão das mídias comunitárias através das políticas públicas, principalmente através do Programa Cultura Viva, e dos Pontos de Cultura no Brasil, em que a ideia era a de que o Estado provocasse a população a se articular no sentido de atuar na implementação de políticas de cultura (Santini, 2021).

Tais políticas expressam suas próprias contradições através da realidade. Como exemplo, podemos citar o caso da “Rádio Amnésia”, iniciativa de Mãe Beth de Oxum, comunicadora comunitária, cantora e compositora, na comunidade de Guadalupe, em Olinda (PE). Mãe Beth de Oxum, por suas iniciativas culturais na comunidade, foi premiada, em 2009, pelo Governo através do prêmio “Ponto de Mídia Livre”, ganhando recurso em dinheiro. Com o financiamento do prêmio, foi instalada a antena radiofônica de amplo alcance que iniciou a “Rádio Amnésia”, que transmitia músicas, entrevistas e eventos. A rádio chamou a atenção da

Anatel, que acionou a Polícia Federal para apreender o equipamento. O Estado que premiou a iniciativa, também a interditou e apreendeu. Diante a esse impasse, a rádio segue transmitindo, e o processo foi arquivado. Porém, o episódio ilustra que tal “incentivo” do Estado tem seus limites jurídico-ideológicos (Santini, 2021).

Nos dias de hoje, com a popularização da internet e dos novos dispositivos e recursos midiáticos, em que se pode ser criador de conteúdo, e não apenas receptor, a comunicação comunitária segue se modificando e se reinventando na tentativa de permanecer em atividade, atingir mais pessoas e contrapor os discursos disseminados pela mídia hegemônica. Assim, recorrendo às contribuições acerca do sujeito em Bakhtin (2010) e Vygotski (1998), as redes sociais digitais podem ser compreendidas como novos espaços de enunciação nos quais os sujeitos comunitários produzem e negociam sentidos sobre si e seus territórios. Afinal, o sujeito é constituído na relação dialógica com o outro, sendo a linguagem o lugar onde se travam as disputas de sentido. Disputas essas que podem se dar através das mediações, de caráter social e histórico. Nesse sentido, as redes sociais configuram-se como ferramentas mediadoras que ampliam as possibilidades de ação comunicativa contra-hegemônica, permitindo que coletivos periféricos e movimentos comunitários construam narrativas próprias e contestem os discursos dominantes.

Porém, torna-se necessário pensar a comunicação comunitária nas redes sociais sem perder de vista seu atravessamento pela lógica dos algoritmos e da venda de dados através das grandes plataformas, como discutido anteriormente. Aqui, nos deparamos com outra contradição, afinal, trata-se de uma cadeia de exploração virtual, em que os produtores independentes de conteúdo – mesmo os que se dedicam a uma abordagem alternativa e crítica –, de certa maneira, ao produzirem material midiático necessitando do “palco” das redes sociais para alcançar alguma visibilidade, alimentam dados altamente rentáveis e hegemonicamente atravessados (Dantas, 2022; Raulino, 2022).

Considerando tanto as potencialidades, quanto as contradições, algumas experiências encontradas na literatura ilustram o potencial de amplificação das vozes, de organização política e de resistências psicossociais que a comunicação comunitária pode proporcionar. Sousa, Lima e Berti (2017), realizaram um estudo sobre iniciativas de organização popular da juventude em três municípios do norte de Piauí: Piripiri (programa de rádio alternativo “Sintonia Jovem”), Pedro II (programa de rádio alternativo “Rede Jovem”) e Lagoa de São Francisco (“AAMC” - Associação Ambientalista Morro do Coã, um grupo que sustenta um jornal impresso e páginas online com conteúdo de contestações comunitárias e ambientais).

Em todos os casos, identificou-se um potencial contestador nos jovens das comunidades, que se incomodavam com os problemas do local e buscavam caminhos coletivos de ação. A atuação de projetos de extensão universitária que levaram conteúdo sobre comunicação popular e movimentos populares naquele contexto impulsionaram a criação das mídias em questão, que tinham como conteúdo as demandas da juventude da comunidade, assim como outras pautas comunitárias não projetadas pelas mídias hegemônicas.

Constatou-se que, mesmo sem um conhecimento teórico, os jovens se organizam ouvindo a comunidade, pesquisando, tratando com os representantes do poder público local, promovendo discussões e buscando parcerias. Tudo isso, para superar as deficiências nas políticas públicas e ao acesso a grandes veículos de comunicação, apresentando-se de forma criativa e alternativa, produzindo programas, buscando apoio de um jornal popular e utilizando as redes sociais virtuais (Sousa; Lima, Berti, 2017, p. 14).

Castro e Oliveira (2019) apresentam a experiência do coletivo “Tela Firme”, composto por jovens do bairro Terra Firme de Belém do Pará. Trata-se de um coletivo de comunicação de denúncia que atua abordando as demandas sociais do bairro e suas potencialidades, muitas vezes silenciadas pela mídia hegemônica. O bairro em questão é amplamente conhecido na região como um local perigoso, e é justamente no sentido de contrapor esse estigma que reflete nas construções subjetivas de cada um dos moradores, que a juventude local se mobiliza buscando tecer uma nova identidade para si e para o território através da comunicação comunitária.

Martins e Paiva (2023), através de uma pesquisa participante, entrevistaram diversos comunicadores da “Favela da Maré”, no Rio de Janeiro, analisando a atuação dos veículos de comunicação comunitária ao longo dos anos naquela localidade. Segundo as autoras, as produções dedicam-se, principalmente a denúncia, compartilhamento de sofrimentos, dificuldades e dores dos moradores, e à busca de soluções diante à urgência das demandas negligenciadas pelo Estado. Dessa forma, os veículos comunitários representam, naquela realidade, a possibilidade de partilha e luta coletiva.

Através das experiências aqui apresentadas, é possível ter pistas de como os sujeitos, mesmo inseridos em realidades marcadas por violências de diferentes naturezas, tem a capacidade de criar maneiras de resistir, de se organizar, e de inventar seus cotidianos. Afinal, é nesse cotidiano que a vida é tecida, é no que não se mostra na mídia hegemônica, que nascem as possibilidades de resistência (Bourdieu, 1997a; Certeau, 2014). Assim, a comunicação comunitária, em suas práticas, ainda pouco estudadas pelo campo da Psicologia, pode oferecer esses espaços de resistência e busca de transformação da realidade, através da construção de

subjetividades e identidades pautadas em ideias e perspectivas que vão na contramão da hegemonia:

A perspectiva é que através da comunicação – como principal instância reguladora do real na contemporaneidade – se possa construir uma nova proposta ético-política que efetivamente inclua as classes sociais política e socialmente desfavorecidas. Se é por meio das grandes corporações midiáticas que se dissemina e naturaliza uma determinada visão de mundo pautada no consumo, na individualidade e na competição, então devemos apostar numa *contracomunicação* para propor conjuntamente uma nova normativa em que prevaleçam valores como a cooperação, a solidariedade e a justiça social (Malerba, 2014, p. 11).

Sendo assim, considerando as nuances de violência exercidas pelas práticas da mídia hegemônica e suas consequências políticas e psicossociais, assim como a existência das mídias alternativas apontando para possíveis caminhos de construção de resistências, justifica-se a importância de analisar experiências de diferentes mídias comunitárias no sentido de buscar compreender as estratégias que norteiam e sustentam suas práticas e suas contradições. Nesse sentido, uma análise norteada pelo campo da Psicologia social comunitária torna-se essencial frente à escassez de produções sobre a temática na área.

Portanto, o objetivo geral desta tese é analisar como narrativas sobre as periferias são produzidas em coletivos de comunicação comunitária inseridos em contextos de violência e pauperização. Os objetivos específicos são: explorar, quais são as narrativas produzidas e disputadas em três coletivos de comunicação comunitária; examinar como coletivos de comunicação comunitária denunciam e enfrentam diferentes formas de violência presentes em territórios periféricos; investigar de que modo os processos de pauperização urbana constroem as práticas e os sentidos produzidos pelos coletivos pesquisados; analisar quais estratégias de resistência são construídas pelos coletivos, e como elas contribuem para processos de articulação política, formação crítica e fortalecimento de alianças em seus territórios.

6. PERCURSO METODOLÓGICO

6.1. Direções e contornos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa norteadada pela abordagem qualitativa, em que os métodos se adequam ao objeto investigado, partindo de questões que não são passíveis de mensuração. Dessa forma, os caminhos metodológicos podem sofrer ajustes e aprimoramentos a partir da aproximação com a realidade estudada, os participantes e as questões que emergem do contexto da pesquisa (Flick, 2009). Ancorada na compreensão e interpretação de determinados grupos e realidades (Minayo, 2009a), essa modalidade de pesquisa se mostra concatenada aos objetivos do presente estudo. Considerando sua finalidade, esta é uma pesquisa de caráter descritivo-exploratório, uma vez que, por um lado, procura descrever características, formas de organização, práticas comunicacionais e modos de vida de grupos e coletivos em territórios periféricos, e, por outro, busca aprofundar e refinar categorias analíticas sobre resistência, contra-hegemonia e comunicação comunitária, permitindo reformulações ao longo do percurso investigativo (Gil, 2008; Cervo; Bervian; Silva, 2007).

Esta pesquisa adota o delineamento de estudo de casos múltiplos (Yin, 2015), que investiga fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, como as práticas de comunicação comunitária em periferias marcadas por violências e pauperização. Serão estudados os casos de três coletivos de diferentes estados brasileiros: “Papo do morro” (RJ), “Favela presente” (PA) e “Perifa na rede Bahia” (BA). Foram combinadas entrevistas semiestruturadas, análise documental de conteúdos nas redes sociais e diários de campo. A partir de múltiplas fontes de construção de dados, é possível triangular as informações e analisar os sentidos a partir de uma perspectiva mais ampla.

O estudo está ancorado nas bases da Psicologia Comunitária, partindo da perspectiva que considera os processos comunitários como bases concretas de elaboração de sofrimentos sociais, conscientização, organização e atuação político-contestatória. É através das relações comunitárias, em suas potencialidades e contradições, que também se constrói o horizonte e o sentido das práticas coletivas que miram a emancipação social (Svartman; Massola, 2023). Este trabalho também é norteadado a partir da valorização do saber popular, em uma pesquisa que, em certa medida, se constrói durante seu próprio fazer na relação participante/pesquisador. Rompe-se, então, com o ideal positivista de neutralidade, compreendendo a ciência como ferramenta que pode, na medida do possível, contribuir com as questões da população. Trata-se de uma

pesquisadora que deseja aprender, ouvir e descobrir, reconhecendo os participantes como indivíduos ativos e pensantes (Fals Borda, 1978, 1981, 2009).

Essa perspectiva vai ao encontro das ideias de Bakhtin, que também tem norteado o processo de pesquisa. A pesquisadora, a partir do momento em que assume a si e ao outro como sujeitos ativos, passa a transitar em um terreno de produção de sentidos que ocorre no encontro entre ele e o outro, em que se dá a profundidade da construção do conhecimento dialógico (Souza; Albuquerque, 2012).

Bakhtin, em seus conceitos de linguagem, dialogismo e polifonia, traz contribuições importantes para se pensar a produção da pesquisa, na medida em que os discursos mobilizam uma coletividade de vozes e um debate mais amplo, que não se restringe à temporalidade presente de sua enunciação. Na linguagem, o sujeito se constitui e é constituído, produzindo sentidos sobre si e o mundo; a língua é viva, está sempre em relação, e os significados só podem ser compreendidos concretamente se pensados em relação com as particularidades envolvidas na produção e na compreensão dos discursos pelos interlocutores (Bakhtin, 1997, 2006, 2010).

O diálogo, em sentido estrito, é uma das formas mais importantes da interação verbal, mas pode também ser compreendido em um sentido mais amplo, como toda comunicação verbal, de qualquer tipo. Assim, o diálogo com as pessoas, com os documentos e com os meios de comunicação torna-se uma fonte preciosa de construção de conhecimento, uma vez que se constrói dialogicamente, em relação com uma série de outros discursos – políticos, ideológicos e sociais – que dão sentido ao que é dito e ao que é compreendido. A polifonia está, então, nas diversas vozes que se cruzam, expressando ideias e pensamentos, inclusive contraditórios, de modo que os discursos são constituídos por uma série de outros textos sociais (Bakhtin, 2010).

Além dessas referências, o percurso metodológico dialoga com a concepção gramsciana de hegemonia, entendida como um processo em que uma classe consegue fazer com que seus valores, visões de mundo e interesses particulares sejam aceitos como se fossem “naturais” ou de interesse de todos, organizando a cultura, a política e o cotidiano por meio de instituições, mídias, escola e igreja, por exemplo. Nessa perspectiva, o poder não se sustenta só pela força, mas pela construção de um consenso ativo na sociedade civil, em que as pessoas passam a ver o mundo a partir das categorias desse grupo dominante. (Gramsci, 1999, 2000). A partir dessa chave, a pesquisa volta-se a apreender como mídias hegemônicas e instituições produzem sentidos sobre as periferias urbanas, naturalizando hierarquias sociais, estigmas territoriais e determinadas formas de viver, sentir e explicar o sofrimento social.

Em contrapartida, a noção de contra-hegemonia trata do conjunto de práticas, organizações, discursos e formas de vida por meio das quais grupos subalternos tentam

questionar, disputar e transformar essa hegemonia estabelecida. Envolve produzir outras narrativas, outros sentidos sobre o mundo, o trabalho, o território, os sujeitos e o Estado, e criar espaços de organização e de cultura que alimentem um projeto político diferente daquele dominante. Determinadas práticas e narrativas de coletivos de comunicação comunitária podem aparecer como esforços de construção de uma nova cultura política e de novos imaginários sobre si e sobre o território, tensionando a ordem vigente e abrindo brechas para projetos emancipatórios, muitas vezes impulsionados por intelectuais orgânicos, ou seja, sujeitos que, vinculados a uma determinada classe social, atuam na organização, formulação e difusão de uma visão de mundo que dá unidade e consciência a esse grupo. São sujeitos que participam ativamente da vida prática, ajudando a produzir e sustentar projetos políticos e culturais. Trata-se de um conceito que rompe com a ideia restrita de intelectual como apenas o acadêmico ou o “erudito”, reconhecendo que lideranças comunitárias, educadores populares, comunicadores de periferia, artistas e militantes podem exercer essa função ao articular saberes, organizar coletivos e favorecer processos de conscientização (Gramsci, 1999; Coutinho, 2011).

Nesse sentido, o diálogo com Gramsci oferece um horizonte analítico para acompanhar as formas pelas quais sujeitos e coletividades disputam sentidos no cotidiano, produzindo táticas de resistência simbólica e organizativa frente às formas hegemônicas de representação e controle. Ao aproximar-se das práticas comunicacionais, dos espaços comunitários e dos textos midiáticos, a pesquisa busca evidenciar os movimentos de construção de consensos e dissensos, bem como as dinâmicas de organização de contra-hegemonias que emergem das periferias, conectando-se à perspectiva da Psicologia Comunitária, ao reconhecer nesses sujeitos não apenas “objetos” de estudo, mas protagonistas de projetos políticos e culturais em disputa.

Este percurso metodológico é construído, portanto, buscando compreender os diálogos entre sujeitos, condições de vida, textos midiáticos e pesquisadora. Interessa compreender como, em suas coletividades, estes sujeitos resistem através de táticas que compõem o seu fazer (Certeau, 2014) midiático, que não é representado pelas mídias hegemônicas. Na tentativa de analisar estes modos de resistência, a pesquisadora deve ser reconhecida como um sujeito ativo nas construções dialógicas com os participantes e com o material analisado.

6.2. Instrumentos e estratégias de ação

A pesquisa de campo foi realizada e organizada em três etapas. A primeira etapa, de natureza exploratória e documental, caracterizou-se pela busca online dos coletivos e pela análise prévia do material disponível produzido através das mídias em questão, assim como o

convite de seus representantes para a participação da pesquisa. Na primeira etapa, quatro representantes de veículos comunitários inseridos em periferias urbanas aceitaram o convite para a participação da pesquisa: “Papo do morro” (RJ), “Favela presente” (PA), “Agência de Notícias das Favelas Rio de Janeiro” (RJ) e “Agência de Notícias das Favelas Bahia” (BA).

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com cada um dos quatro participantes por videochamada através da plataforma “*Google Meet*” entre 12/10/2022 e 28/10/2022. Através das conversas, o objetivo foi compreender que tipo de conteúdo e iniciativas comunitárias são produzidas; a motivação da criação da iniciativa de mídia comunitária, e como essa se sustenta em contexto de pobreza e violência (caso esses elementos fossem identificados na fala dos líderes); e que outras temáticas e assuntos são abordados a partir do conteúdo produzido. As entrevistas foram gravadas, e diários de campo foram produzidos nesta etapa.

A partir da análise prévia do material já produzido até esta etapa, optou-se pela eliminação do coletivo “Perifa na rede” do Rio de Janeiro da análise final. O critério para essa decisão foi embasado pela observação de que o coletivo em questão não se caracterizava por uma atuação comunitária, e sim como um veículo de mídia alternativa que concentra notícias das periferias do Rio de Janeiro, diferente da “Perifa na rede Bahia” que, coordenada por Jorge, atua sobre o contexto da comunidade local. Então, a partir desse momento, a pesquisa seguiu sendo conduzida em diálogo com três coletivos de comunicação comunitária: “Papo do morro”, representada por Marcelo (RJ), “Favela presente”, representada por Edson (PA), e “Perifa na rede Bahia”, representada por Jorge (BA).

Quadro 1 – Dados sobre os líderes e seus coletivos

Participantes	Coletivos de comunicação comunitária	Estados	Bairros
Marcelo	“Papo do morro”	Rio de Janeiro	Morro Bonito
Edson	“Favela presente”	Pará	Bairro do Tucupi
Jorge	“Perifa na rede Bahia”	Bahia	Bairro da Luz

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Em uma próxima fase da segunda etapa, foi realizada uma análise documental através do material publicado entre julho e dezembro de 2024 nas páginas de *Instagram*, e no caso da

“Perifa na rede Bahia”, no grupo do *Facebook*. Foram escolhidas as redes sociais em que os coletivos estavam mais ativos. Por fim, na terceira etapa, foi produzida a análise final, concatenando o material produzido nas entrevistas, com a análise documental do conteúdo das páginas das redes sociais de cada um destes coletivos.

6.2.1. Entrevistas

Durante a segunda etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais online com um representante de cada um dos coletivos selecionados. Os líderes em questão, são homens entre 30 a 45 anos de idade que buscam conciliar suas trajetórias de formação acadêmica e trabalho com a atuação em comunicação comunitária. Através da entrevista, que em todos os casos, teve entre 50 e 70 minutos de duração, pretendeu-se obter informações, investigar a história e o papel que o grupo exerce no contexto comunitário, e se estes locais são marcados por violência e pauperização, assim como explorar o conteúdo e as ações produzidas a partir da mídia em questão.

Considerando as dificuldades de deslocamento às regiões em questão, a conversa inicial e as entrevistas foram realizadas através do recurso de vídeochamada, utilizando a plataforma “*Google Meet*”. De acordo com Fraser e Gondim (2004), entrevistas conduzidas de modo a respeitar a dar abertura à fala do outro permitem o compartilhamento de significados atribuídos às experiências e ao mundo, se caracterizando como um instrumento valioso em pesquisas dessa natureza.

Nas entrevistas semiestruturadas, o diálogo estabelecido entre pesquisador e pesquisado é orientado por um roteiro de temas ou perguntas gerais a serem abordadas, porém, mantém-se uma postura aberta ao entrevistado e suas experiências no processo de interação, permitindo aprofundamento. Dessa forma, o processo de entrevista não fica restrito a essas perguntas ou temas, sendo sua função apenas de orientação (Fraser; Gondim, 2004). As perguntas norteadoras foram: “Como você descreve seu coletivo?”; “Que ações são realizadas pelo coletivo?”; “Há uma disputa com as representações midiáticas hegemônicas sobre a periferia?” e “Me conte a sua história como líder comunitário?”. As entrevistas foram registradas através do recurso de gravação de tela, que permite a sua reprodução em vídeo e áudio, e foram transcritas. Foram confeccionados também, diários de campo (DC) que serão apresentados na íntegra no decorrer do trabalho.

6.2.2. *Análise documental*

É possível definir a análise documental como um procedimento que busca a compreensão e análise de documentos de diferentes tipos. Assim, pode ser construída a partir de várias fontes e tipos de documentos – materiais que não sofreram tratamento analítico prévio – que vão além dos textos escritos. Podem ser analisados, por exemplo, documentos como leis, fotos, vídeos, jornais, entre outros (Sá-Silva; Almeida; Guindani; 2009).

Neste trabalho, os documentos analisados serão as postagens das redes sociais dos coletivos aqui estudados. Assim, a análise será construída com base no conteúdo das fotos, textos e vídeos publicados nas plataformas *Instagram*, nos casos do “Papo do morro” e “Favela presente”, e *Facebook*, no caso da “Perifa na rede Bahia”, já que estas são redes em que os coletivos se mantêm ativos. O recorte temporal a ser analisado será de seis meses, entre julho e dezembro de 2024. A escolha do intervalo temporal se deu a partir da consideração do período em que foram realizadas as entrevistas, buscando uma perspectiva longitudinal destas com o material produzido online.

Através da análise documental, foi possível ter contato com as temáticas que compõem a ação dos coletivos, e das pessoas que o consomem, compreendendo, em conjunto ao material coletados através das entrevistas, que produções, discursos e resistências são produzidos frente à realidade de pauperização e violências (inclusive a violência midiática), que se fez presente, tanto nas entrevistas, quando no material produzido a partir da análise documental.

6.3. *Análise de dados*

Na terceira etapa, foi realizada uma análise que coloca em diálogo as entrevistas e o material documental produzido pelos coletivos, orientada pela análise dialógica do discurso, construída a partir da perspectiva dialógica da linguagem, dialogando com contribuições da psicologia histórico-cultural, especialmente Zanella (2005). Essa perspectiva compreende a linguagem como prática social situada, na qual os enunciados são produzidos em relação a outros discursos, atravessados por condições históricas, ideológicas e materiais. Assim, a análise não se volta apenas para o conteúdo manifesto, mas para os modos de enunciação, as vozes em disputa e os posicionamentos assumidos pelos sujeitos em suas produções discursivas. Em consonância com o pensamento de Mikhail Bakhtin (2006) e Antonio Gramsci (2000), buscou-se compreender como os discursos produzidos pelos sujeitos das mídias comunitárias se constituem em relação a discursos hegemônicos, participando de disputas pela produção de

sentidos e pela organização do consenso. Nesse movimento, interessou particularmente analisar como se configuram práticas discursivas de resistência e a produção de sentidos contra-hegemônicos no cotidiano.

Inicialmente, procedeu-se a um movimento de aproximação com o material empírico, por meio de leituras sucessivas e atentas das entrevistas, documentos e registros de campo, com vistas à apreensão do conjunto dos dados e à identificação de enunciados significativos, recorrências, tensões e deslocamentos discursivos. Em seguida, desenvolveu-se a análise propriamente dita, focalizando os modos de dizer, os interlocutores pressupostos, as vozes mobilizadas e os embates de linguagem presentes nos materiais. Esse processo permitiu a construção de eixos analíticos que não se configuram como categorias fixas, mas como núcleos de sentidos em constante relação, articulando o material empírico às condições sociais e históricas de sua produção. Por fim, realizou-se a interpretação, compreendida como um movimento analítico que articula os enunciados às formações ideológicas mais amplas, evidenciando os processos psicossociais implicados nas práticas discursivas dos participantes (Zanella, 2005).

Para a construção das categorias de análise, alguns conceitos como linguagem, dialogismo e polifonia de Bakhtin (2006) balizaram a discussão. Para o autor, os discursos carregam uma coletividade de vozes que não se restringem ao presente, onde são expressados. São históricos, políticos, polifônicos – constituídos a partir de uma série de outros textos sociais e não se constituem isoladamente.

Na perspectiva gramsciana, a análise também se orienta pelas disputas entre hegemonia e contra-hegemonia, bem como pelo papel dos intelectuais orgânicos nesse processo. A hegemonia diz respeito ao modo como grupos dominantes constroem e mantêm direção intelectual e moral sobre a sociedade, fazendo com que seus valores, interesses e visões de mundo sejam naturalizados como universais, em grande medida por meio de instituições, rotinas e discursos cotidianos (Gramsci, 2000). Já a contra-hegemonia envolve práticas, organizações e narrativas produzidas por grupos subalternos que buscam tensionar essa ordem, elaborar criticamente os sofrimentos sociais e afirmar outros modos de existir, interpretar o mundo e organizar a vida coletiva. Nesse contexto, os intelectuais orgânicos são aqueles sujeitos enraizados em determinadas classes e territórios que contribuem para formular, sistematizar e difundir essas leituras críticas, articulando experiências concretas e projetos políticos em disputa (Coutinho, 2011).

Assim, ao acompanhar as produções das mídias comunitárias, interessa observar como esses sujeitos operam na fronteira entre hegemonia e contra-hegemonia, disputando sentidos,

construindo consciência e inventando táticas de resistência. O conteúdo produzido e reproduzido pelos veículos midiáticos carrega certos valores ideológicos presentes no contexto histórico e sociopolítico em que estão situados, e para que se compreenda essa produção de sentidos, é preciso lançar o olhar sobre condições políticas, ideológicas e sociais em que os discursos são produzidos.

As etapas do processo de análise são construídas no fazer na pesquisa. Sendo assim, a análise acontece desde a ideia do tema, perpassando todas etapas da pesquisa: o olhar sobre o campo, o contato com os entrevistados, a transcrição do material coletado, a construção do banco de dados, até o tecer das categorias de análise.

6.4. Aspectos éticos

O presente trabalho foi submetido à Plataforma Brasil para apreciação ética, e encontra-se avaliado e aprovado pelo comitê responsável (CAEE nº: 68719023.9.0000.5147). Todos os termos de consentimento necessários à realização do estudo foram elaborados, compartilhados e assinados pelos participantes. A pesquisa também respeitou os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Foram garantidos o consentimento livre e esclarecido dos participantes, o respeito à autonomia, a confidencialidade das informações e o anonimato, quando solicitado, bem como o uso responsável dos dados produzidos no campo.

Em consonância com os princípios éticos que orientam a pesquisa, optou-se pela utilização de nomes fictícios para os participantes, bem como para os bairros, coletivos de comunicação comunitária e algumas iniciativas e projetos mencionados ao longo do trabalho. Também foi adotada a estratégia de preservar os rostos dos sujeitos que aparecem nas imagens do material da análise documental. Essas decisões fundamentam-se na necessidade de preservar o anonimato, a segurança e a integridade dos sujeitos e dos territórios envolvidos. A adoção dessa estratégia ética busca resguardar os participantes de possíveis exposições e riscos decorrentes da exposição pública de suas falas e práticas, sem comprometer a consistência analítica nem a fidelidade às experiências narradas, mantendo o compromisso da pesquisa com a produção de conhecimento socialmente situado e eticamente responsável.

Compreendendo que a dimensão ética e consensual de uma pesquisa não pode ser resumida à assinatura de termos e burocracias, envolvendo questões muito mais complexas do compromisso entre pesquisador e participantes, é importante ressaltar que o processo de

consentimento acontecerá ao longo de toda a pesquisa. O processo de intervenção, de análise e escrita ocorrerão respeitando os limites e as trajetórias dos participantes na medida em os procedimentos forem consentidos, aceitos e fizerem sentido a eles, buscando sempre o compromisso com o discurso dos entrevistados (Souza, Carvalho; 2016).

Além disso, é necessário pontuar a necessidade de se buscar conhecer os impactos sociais, políticos e econômicos da pesquisa a ser realizada. Tendo ciência de tais impactos é possível delinear com mais clareza estratégias e atividades que tornem o trabalho de pesquisa coerente com nosso compromisso social, ético e político. Em contraposição ao paradigma positivista de pesquisa, busca-se uma investigação que seja situada e envolvida pela práxis – ação com direções teóricas e desdobramentos políticos que buscam compreender e atuar na realidade, mirando em sua transformação. Apenas conhecer a realidade através da ciência não é o suficiente, é necessário trabalhar para a sua modificação (Fals Borda, 1978; Bonilla et al., 1999).

Assim, tratando-se de uma pesquisa ancorada no contato com o saber comunitário, durante o processo, é necessário que o pesquisador saiba dosar reflexão e ação, ou seja, consiga abarcar o saber popular, o envolvimento e a interferência desejada dos participantes, porém sem perder de vista o embasamento teórico. Além disso, se deve prezar pela quebra das relações assimétricas, assumindo uma postura de quem deseja aprender, ouvir e descobrir, incluindo os participantes como indivíduos ativos e pensantes no processo de pesquisa (Fals Borda, 1999).

Souza e Albuquerque (2012), em seu texto que traz uma leitura bakhtiniana sobre a pesquisa em ciências humanas, apontam que o pesquisador, a partir do momento em que assume a si e ao outro como sujeito ativo, e que se constitui em meio as relações sociais e políticas, passa a transitar em um terreno de produção de sentidos que ocorre no encontro entre ele e o outro. A profundidade da construção do conhecimento se dá exatamente nessa relação dialógica. Sendo assim, o cuidado com o discurso do outro e com o espaço de troca, assim como a valorização do saber popular são cuidados éticos necessários neste processo de pesquisa.

6.5. Tecendo o campo da pesquisa: entre diálogos e alianças virtuais

O processo de construção do campo da pesquisa teve início a partir do meu desejo de realizar um estudo em que eu pudesse conhecer o trabalho dos sujeitos inseridos em coletivos de comunicação comunitária e diferentes estados do país. Um primeiro passo foi a busca do contato com um conhecido líder comunitário de uma cidade da Zona da Mata de Minas Gerais para buscar indicações de coletivos de comunicação comunitária. Nos encontramos

presencialmente, e essa interlocução foi fundamental para abrir caminhos de contato com outras pessoas e organizações.

A partir das indicações, mergulho em meu campo virtual, buscando os coletivos por meio das redes sociais, que me direcionavam a páginas similares de outros coletivos. Quando eu me deparava com coletivos de comunicação comunitária ativos virtualmente, enviava uma mensagem privada, convidando para uma conversa a partir de uma breve explicação a respeito da pesquisa. O contato aconteceu, principalmente pela plataforma do Instagram, já que era nessa rede a maior atividade dos coletivos. Essa estratégia resultou resposta dos líderes da “Papo do Morro”, do Rio de Janeiro, e do “Perifa na rede”, também do Rio de Janeiro (o coletivo também atua na Bahia através da liderança de Jorge, que foi contatado posteriormente).

Paralelamente, houve contato com Edson, do coletivo “Favela presente”, no Pará, através da indicação de uma conhecida, que trabalha como jornalista e reside nesse estado. As primeiras conversas aconteceram através do aplicativo de mensagens Whatsapp. A partir do contato com esses três líderes: Marcelo, do “Papo do morro”, o representante do “Perifa na rede” Rio de Janeiro e Edson do “Favela presente”, e uma análise prévia das redes sociais dos coletivos, agendei entrevistas que aconteceram por chamada de vídeo, pela plataforma “Google Meet”.

No decorrer das entrevistas, especialmente por meio do contato com o responsável pelo “Perifa na rede” no Rio de Janeiro, foi indicada a interlocução com Jorge, líder do “Perifa na rede” na Bahia, que também foi entrevistado em outro momento. Através da análise dos primeiros contatos, das entrevistas, do material das redes sociais pude perceber que a atuação do “Perifa na rede” do Rio de Janeiro, se caracteriza por centralizar notícias de várias periferias do estado, se configurando mais como coletivo de comunicação alternativa, e não necessariamente como coletivo de comunicação comunitária. Já a atuação da “Perifa na rede Bahia” se configura de forma mais comunitária e participativa, ligada a um bairro específico. Considerando que meu interesse, nesse estudo, se volta a atuações comunitárias, decidi manter para análise final o material produzido por Marcelo do “Papo do morro”, do Rio de Janeiro; Edson do “Favela presente”, do Pará; e Jorge da “Perifa na rede Bahia”, na Bahia.

Após uma análise prévia das entrevistas, dei início à análise documental, coletando o material postado nas redes sociais dos coletivos entre julho e dezembro de 2024. Uma impressão importante identificada a partir das entrevistas e da análise documental, foi a convergência de um tema central na narrativa dos coletivos: a questão da violência, especialmente a violência midiática. Todos os entrevistados manifestaram o desejo de contrapor a representação hegemônica negativa dos seus territórios, marcada predominantemente pela

violência policial e pela pauperização. Outro ponto comum foi a denúncia das condições precárias de saneamento básico e infraestrutura. Ademais, a pesquisa identificou a divulgação constante do cotidiano, conquistas e iniciativas da comunidade, como aprovações acadêmicas, prêmios e eventos.

O percurso metodológico também revelou contradições internas, refletindo tensões entre a defesa de projetos institucionais e as demandas populares. O financiamento das mídias comunitárias se mostra como um desafio constante para a sustentabilidade dos coletivos. A dependência de parcerias com empresas evidencia as dificuldades enfrentadas para manter as iniciativas em funcionamento.

Por fim, o material coletado revelou uma preocupação compartilhada com o futuro das lideranças comunitárias e a continuidade dos trabalhos, evidenciando iniciativas voltadas à educação e formação desses agentes sociais, que sustentam as práticas de comunicação comunitária. Esse percurso metodológico, pautado na construção de diálogos, análise de redes sociais e reflexão sobre práticas de comunicação, contribuiu para compreender a complexidade e diversidade da atuação dos coletivos, suas estratégias frente à violência simbólica e estrutural, e os desafios para a sustentabilidade e fortalecimento da comunicação comunitária em contextos distintos.

7. O QUE COMPÕE O CAMPO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO DOS COLETIVOS PARTICIPANTES

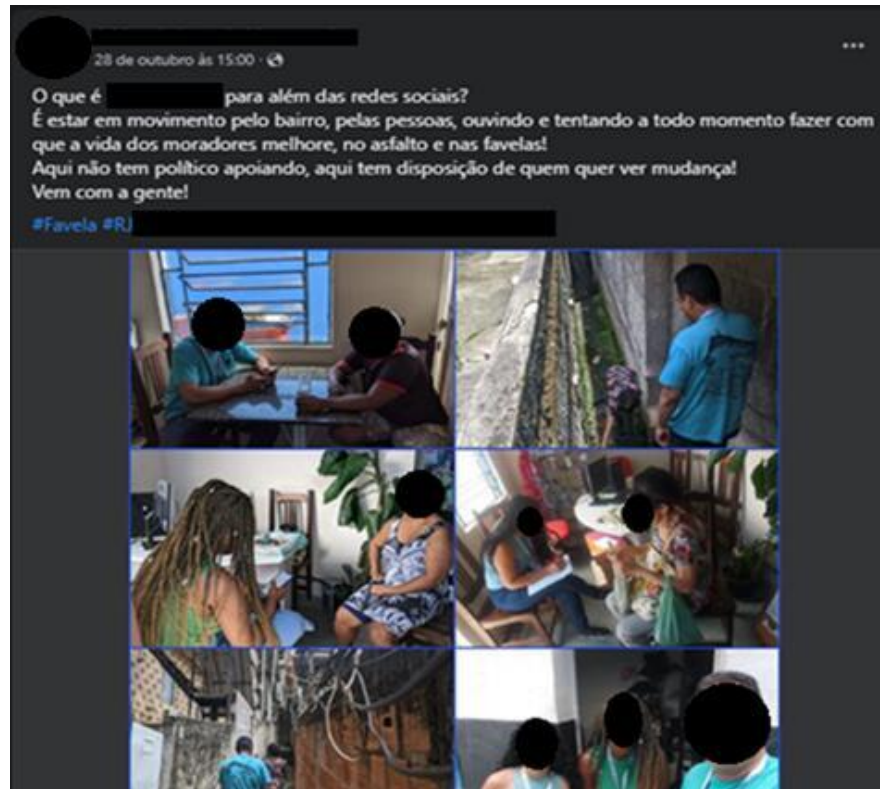
Neste tópico, as mídias comunitárias participantes serão apresentadas através de uma breve exposição sobre o trabalho que realizam, assim como o conteúdo que produzem. Para isso, foi realizada uma análise a partir do material disponibilizado em *websites*, páginas de redes sociais como *Instagram*, *YouTube*, *X* e *Facebook*.

7.1. “Papo do morro” – Morro Bonito, RJ

Trata-se de uma mídia comunitária criada e conduzida por Marcelo, ex morador do bairro, com páginas ativas em várias redes sociais, mas de modo mais intenso no *Instagram*. Nesta, a página é apresentada da seguinte maneira: “Centro de Inteligência Comunitária; Comunicação Independente; Amor ao Morro Bonito! - Parcerias? Chama no Zap”.

O conteúdo divulgado pelas páginas é o mesmo. É possível encontrar postagens com denúncias sobre acidentes e irregularidades de infraestrutura no bairro, assim como anúncios de oportunidade de emprego e serviços, e curiosidades sobre a localidade. Existem também postagens sobre operações policiais no bairro, alertando os moradores e denunciando injustiças e violência. Além disso, existem também postagens temáticas que abrangem principalmente a missão da página, assuntos relacionados a futebol, e homenagens. Em uma dessas publicações, fala-se sobre a missão do “Papo do morro” para além das redes sociais:

Imagem 1 – Postagem de descrição do trabalho de “Papo do morro”



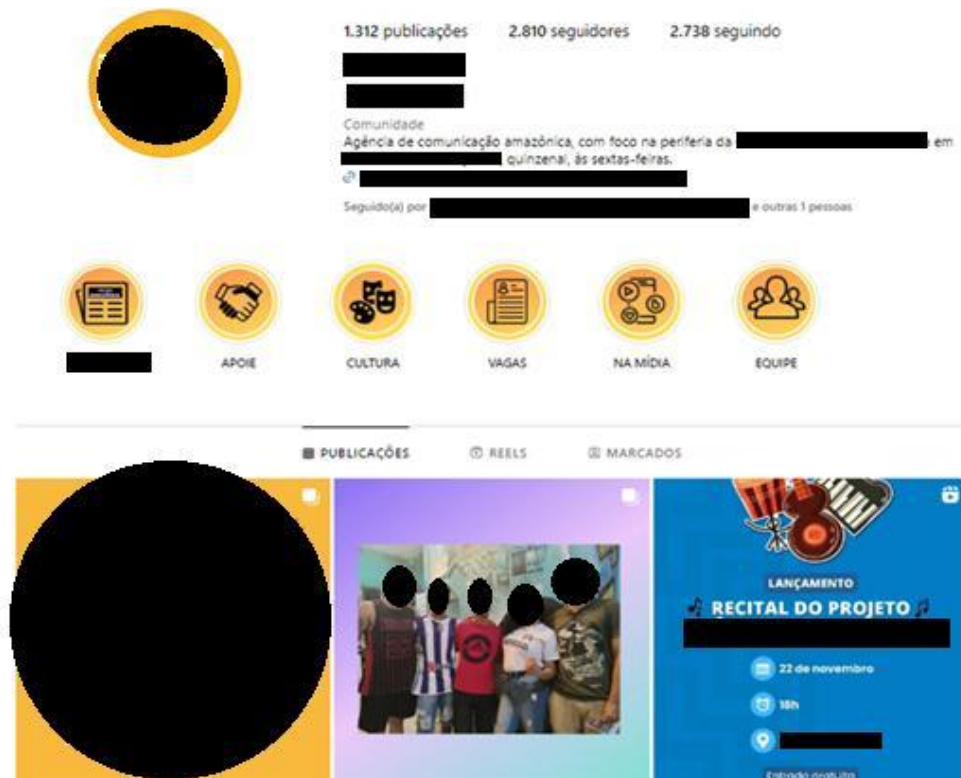
Fonte: *Facebook* (2024)

7.2. “Favela presente” – Bairro do Tucupi, PA

“Favela presente” é uma mídia comunitária de Belém, no Estado do Pará. Trata-se de uma criação de Edson, morador do bairro Tucupi – uma região de periferia em Belém. Até hoje, Edson coordena o projeto, e se apresenta como “O Comunicador da Amazônia”, jornalista, mestrando em comunicação, e colunista.

A iniciativa possui página no *Instagram*, *X*, *Facebook* e *YouTube*. Além disso, o “Favela presente” já assinou uma coluna do jornal “*Estadão*”. Atualmente, assinam uma coluna quinzenal em um jornal, e a página com mais atividade de postagens é o *Instagram*.

Imagem 2 – Página da rede social de “Favela presente”



Fonte: *Instagram* (2024)

No *Instagram*, é possível encontrar posts sobre atividades culturais, cursos e eventos, assim como conteúdo que discute políticas relacionadas, principalmente, à floresta, ao meio ambiente e aos povos indígenas. É possível encontrar também conteúdo relacionado a lendas e curiosidades da Amazônia. Na descrição da página do *Instagram*, o projeto é apresentado como “Agência de comunicação amazônica, com foco na periferia [...]. Coluna “Favela presente” no jornal, quinzenal, às sextas-feiras”.

7.3. “Perifa na rede Bahia” – Bairro da Luz, BA

A “Perifa na rede” trata-se de uma iniciativa que nasceu no Rio de Janeiro. Entre as mídias comunitárias analisadas, é de maior alcance, possuindo uma editora, sede física, *website* próprio, o jornal físico “Palavra da perifa”, canal no *YouTube*, *podcast* no *Spotify*, e páginas no

Facebook, Instagram e X. Pelo selo da editora, já foram publicados livros sobre comunicação comunitária, e sobre a história da criação da “Perifa na rede”.

No *website*, é possível encontrar links de acesso às redes sociais, notícias sobre políticas sociais relacionadas à pobreza, temas que dizem respeito à vida nas favelas debatidos em espaços políticos e por figuras políticas, assim como reportagens sobre eventos e pessoas que são consideradas “potências” das favelas. As categorias de notícias listadas são: “geral”, “cultura”, “política”, “segurança pública”, “mobilidade urbana”, “tecnologia”, “esportes” e “oportunidades”. No *website*, observa-se uma diversidade de distribuição entre as temáticas citadas. Já no jornal físico “Palavra da perifa”, o tema predominante é a política.

Imagem 3 – *Website* de “Perifa na rede”



Fonte: *Website* “Perifa na rede” (2024)

O conteúdo divulgado através do *Instagram e Facebook*, trata-se da reprodução do que é produzido no *website*. Já no *X*, são postados alguns resumos das notícias e informações, de maneira mais rápida e simplificada. No Youtube, são divulgadas entrevistas, vídeos de eventos, e vídeos de apresentação da página.

Ainda no *website*, na aba “Editorial”, a perspectiva das práticas do “Perifa na rede” define sua atuação a partir da crença de que a comunicação comunitária pode contribuir para a redução das desigualdades sociais, sobretudo ao ampliar as vozes historicamente silenciadas

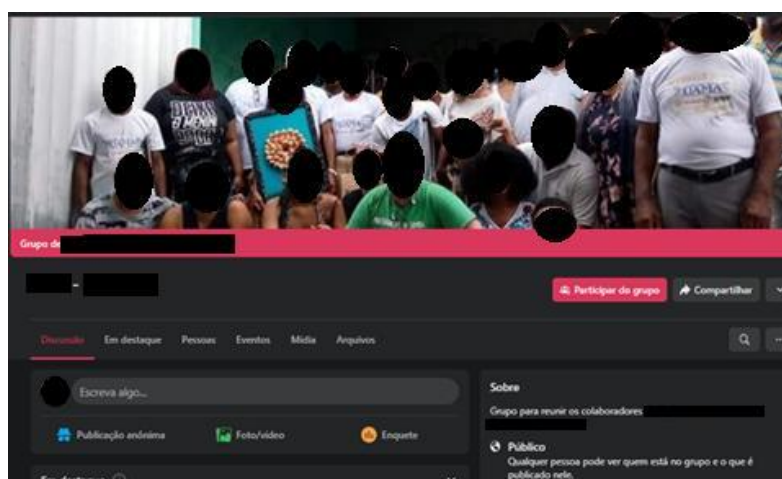
pela imprensa hegemônica. Criada em 2001, a organização tem como missão democratizar a informação sobre as favelas a partir do protagonismo de seus próprios moradores, reunindo uma ampla rede de colaboradores de diferentes áreas, como jornalismo, ativismo social, educação, cultura, política, religião e trabalho comunitário.

Com sedes no Rio de Janeiro e em Salvador, o “Perifa na rede” atua de forma descentralizada em todo o país, por meio da produção cotidiana de conteúdos que circulam em seus canais digitais, definindo-se como a primeira agência de notícias de favelas do mundo. Ao estimular a circulação de informações entre favelas e diversos setores da sociedade, a agência busca enfrentar o que denomina “pobreza de informações comprometidas”, entendendo a comunicação como uma estratégia fundamental para a melhoria da qualidade de vida e para a construção de um projeto de sociedade mais justa

Portanto, quando falamos do “Perifa na rede Bahia”, estamos falando do mesmo “Perifa na rede” criada no Rio de Janeiro, porém, através do trabalho de Jorge, que coordena a sede da Bahia, no Bairro da Luz, uma grande periferia do estado da Bahia. Jorge apresenta-se como “Jornalista/ Mestre em Gestão da Educação/ Editor Docente Mídias Comunitárias e Comunicação e Diversidade”.

As redes sociais da “Perifa na rede” são unificadas, ou seja, existe conteúdo produzido no Rio de Janeiro e na Bahia sendo postado no *website* e nas redes sociais. O jornal físico “Palavra da perifa” também circula na Bahia, assim como no Rio de Janeiro. Apenas no *Facebook* há um grupo específico do “Perifa na rede Bahia”, em que Jorge divulga o conteúdo produzido na sede baiana. A temática predominante das postagens é a divulgação cultural e de eventos.

Imagem 4 – Página do grupo da rede social de “Perifa na rede Bahia”



Fonte: *Facebook* (2004)

Apesar da ausência de informações sobre a “Perifa na rede Bahia” nas redes sociais, a partir da entrevista, foi possível notar que há uma forma de atuação que se distingue do “Perifa na rede” no Rio de Janeiro, que funciona como um portal de notícias sobre as favelas brasileiras. No “Perifa na rede Bahia” existe um trabalho muito marcante de comunicação comunitária voltado especificamente ao Bairro da Luz através de Luiz, que tem uma trajetória voltada à liderança comunitária naquele local.

8. O QUE EMERGE DO CAMPO: ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste tópico, são apresentadas as análises preliminares das entrevistas realizadas, e do material documental que compõe o corpus da pesquisa. A partir do diálogo entre os dados empíricos e o referencial teórico mobilizado ao longo do trabalho, foram construídos eixos analíticos que orientam a discussão dos resultados. Esses eixos não foram definidos a priori, mas emergiram do próprio processo de pesquisa, especialmente das recorrências, tensões e contradições observadas nos relatos e práticas dos coletivos investigados.

8.1. Entre falas, práticas e registros: escutas do campo

Neste subtópico estão as primeiras análises, confeccionadas através de uma síntese que une as observações do diário de campo a um resumo informal das entrevistas. A partir deste material, foram realizados alguns diálogos preliminares com o referencial teórico. Através do registro das observações nas anotações do diário de campo, é possível revisitar e analisar acontecimentos e impressões que foram se desenrolando ao longo do processo discursivo. Trata-se de um instrumento indispensável, que proporciona a ampliação da visão do pesquisador e o adensamento da sua capacidade de análise e reflexão sobre possíveis elementos que necessitam de aprofundamentos ou revisão (Vieira, 2002). Juntamente com o material documental, a união dos diários de campo ao resumo do material das entrevistas, seguida das análises preliminares, permitiram que os eixos e categorias de análise fossem elaborados.

8.1.1. Marcelo – “Papo do morro” (Morro Bonito, RJ)

Após contato via Instagram com o responsável pelo coletivo “Papo do morro”, do Rio de Janeiro, me apresentando brevemente e demonstrando interesse em uma conversa para conhecer melhor as ações desenvolvidas, combinamos uma reunião online. Marcelo, líder do coletivo, mostrou-se bastante receptivo e solícito. Durante a conversa, Marcelo relatou que o coletivo - definido nas redes como “Centro de Inteligência Comunitária” e “Comunicação Independente” - teve início a partir de sua revolta diante da implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro Bonito.

Marcelo conta que passou a acompanhar as ocupações policiais com o objetivo de preservar a integridade física e os direitos dos moradores da região, frente à violência exercida pelo Estado. Esse relato evidencia a atuação do coletivo como resposta direta a práticas estatais de controle e repressão em territórios periféricos, aproximando-se do que Wacquant (2009) define como gestão punitiva da pobreza, bem como das análises de Zaffaroni (2012) acerca da legitimação da violência institucional em contextos de criminalização da pobreza.

A partir desse momento, segundo Marcelo, a proposta do coletivo amplia-se para também “mostrar as coisas boas” da favela e compartilhar informações de interesse da comunidade. Uma breve observação das redes sociais do “Papo do morro” permite identificar a circulação de anúncios de emprego, bem como vídeos nos quais o próprio Marcelo aborda temas relacionados à consciência política. Essas práticas comunicacionais podem ser compreendidas como disputas de sentidos no campo simbólico, nas quais se busca tensionar narrativas hegemônicas que reduzem a favela à violência, afirmando outros modos de existir e narrar o território (Hall, 2003; Williams, 1979). Tratam-se de enunciados produzidos em um contexto de conflito discursivo, que respondem a discursos anteriores - especialmente aqueles veiculados pela mídia tradicional - e se constituem de forma dialógica. A palavra, nesse sentido, não apenas representa a realidade, mas intervém nela, produzindo sentidos a partir da experiência concreta do território (Bakhtin, 2006).

Durante a pandemia de Covid-19, Marcelo relata que a comunidade enfrentou um período intenso de fome e desemprego, contexto em que o coletivo passou a atuar como ferramenta de arrecadação de alimentos, de cobrança por iniciativas da prefeitura e de articulação entre moradores em busca de emprego e renda. Essas ações revelam a comunicação comunitária como prática concreta de organização coletiva e solidariedade, conforme discutido no campo da comunicação comunitária (Paiva, 2008). Ainda que Martín-Barbero (2009) não trate diretamente desse tipo de iniciativa, suas reflexões sobre mediações culturais contribuem para compreender como essas práticas se constroem a partir do cotidiano, do território e das experiências vividas pelos sujeitos.

Segundo Marcelo, sua principal inspiração é Renê Silva, criador do “Voz das Comunidades”, um dos primeiros coletivos de mídia comunitária a alcançar grande visibilidade nacional. Apesar das parcerias estabelecidas, Marcelo afirma que seu trabalho no “Papo do morro” é, em grande medida, solitário, destacando a necessidade de formar novas lideranças. Ele menciona, nesse sentido, um projeto de formação de jovens líderes comunitários em parceria com uma faculdade de comunicação. Ao criticar o caráter predominantemente religioso e assistencialista de outros projetos locais, Marcelo enfatiza a importância da formação política

e da mobilização coletiva para a reivindicação de políticas públicas e do direito à cidade, aspecto central nas disputas contra-hegemônicas descritas por Gramsci (2022).

Marcelo observa ainda que o cotidiano exaustivo e as obrigações impostas aos moradores acabam relegando as questões políticas e comunitárias a um segundo plano, o que aponta para os limites estruturais da participação política em contextos de precarização da vida. Tal dinâmica evidencia como as condições materiais de existência atravessam as possibilidades de engajamento coletivo, aspecto amplamente discutido por autores que analisam a articulação entre hegemonia, consentimento e desigualdade social (Gramsci, 2022; Thompson, 2002).

Ao tratar da história do bairro, Marcelo relata que, durante a ditadura militar, o Morro Bonito foi espaço de organização de partidos comunistas, que contribuíram para a formação política dos moradores e para a consolidação das associações de moradores. No entanto, segundo ele, a partir da década de 1980 observa-se um processo de desmobilização política, marcado pelo afastamento da esquerda desses territórios. Esse relato dialoga com a compreensão de hegemonia como um processo histórico e instável, no qual avanços organizativos podem ser seguidos por períodos de retração e reconfiguração das forças políticas (Gramsci, 2022; Hall, 2003).

Durante a conversa, Marcelo menciona episódios de embate direto com narrativas produzidas pela mídia tradicional, especialmente aquelas que reforçam a imagem da favela como espaço inerentemente “perigoso”. Um exemplo citado foi a manifestação pela morte de uma jovem grávida assassinada durante uma operação policial no bairro, quando a Rede Record noticiou que o protesto organizado pelo “Papo do morro” estaria sendo articulado por traficantes da comunidade. Esse episódio ilustra de forma concreta o funcionamento da criminologia midiática, na qual a mídia contribui para a deslegitimação de mobilizações populares e para a associação sistemática entre favela, criminalidade e violência (Zaffaroni, 2012; Batista, 2011). A partir de Bakhtin (2006), é possível compreender esse embate como uma disputa entre enunciados que ocupam posições desiguais no espaço público. Enquanto o discurso midiático busca fixar sentidos sobre o território, a comunicação comunitária atua como resposta ativa, produzindo contra-narrativas que recusam a naturalização da violência e reivindicam o direito à palavra.

Marcelo ressalta, ao longo de toda a conversa, a centralidade das redes sociais e das tecnologias digitais como ferramentas de comunicação e organização comunitária. Segundo ele, diferentes plataformas permitem alcançar públicos distintos, sendo necessário articular ações presenciais para dialogar com moradores mais velhos. Esse aspecto evidencia as contradições do uso das redes sociais como espaços de visibilidade e disputa de sentidos. Embora Martín-

Barbero (2009) não aborde especificamente a comunicação comunitária, sua noção de mediações permite compreender como essas práticas se reconfiguram ao operar em plataformas atravessadas por lógicas mercadológicas e algorítmicas (Zuboff, 2021).

Ao final da conversa, recebi diversas indicações de contatos e permaneci com a impressão de que Marcelo oferece múltiplas pistas sobre o cotidiano da comunidade: a colaboração entre os sujeitos na construção de condições materiais mínimas de sobrevivência, como o acesso ao trabalho, e o constante embate com o discurso do “perigo” e da violência propagado pela mídia hegemônica. Ainda que a realidade seja marcada por precarizações e dificuldades, esses elementos não esgotam a definição da comunidade. Ao contrário, a vida no território parece se afirmar justamente no fazer cotidiano, nas práticas de solidariedade e produção de sentidos. Essas práticas comunicacionais desafiam narrativas estigmatizantes por meio da produção de outras vozes e sentidos (Bakhtin, 2006). Nesse sentido, a reflexão de Martín-Barbero (2009) sobre cultura e mediações ajuda a compreender como essas disputas simbólicas se dão no interior das relações sociais.

8.1.2. Edson – “Favela Presente” (Bairro do Tucupi, PA)

Após contato via WhatsApp com o responsável pela página “Favela presente”, do Pará, me apresentando brevemente e demonstrando interesse em uma conversa para conhecer melhor as ações desenvolvidas, combinamos uma reunião online. Edson, coordenador do coletivo, mostrou-se bastante receptivo e solícito. A conversa ocorreu por videochamada, foi conduzida por mim e gravada integralmente.

Iniciei questionando Edson sobre a criação do “Favela presente”. Ele se apresenta como “fruto de projeto social” e relata sua trajetória formativa, destacando que se graduou em jornalismo há três anos e que também é técnico em comunicação em rádio e televisão. Conta que, antes da comunicação, atuava com música. Edson é morador do bairro do Tucupi - território periférico marcado por um histórico de ocupação - e afirma que sua vivência em projetos sociais “moldou seu caráter”. Progressivamente, foi abandonando a música em função do desejo de contribuir para um bairro melhor e de mostrar as coisas positivas ali produzidas.

Durante a graduação, ao perceber que seus colegas produziam conteúdos distanciados das pautas sociais, Edson relata ter sentido a necessidade de produzir comunicação voltada para seu território. Demonstra incômodo com o fato do Tucupi aparecer cotidianamente nos noticiários apenas associada à violência, afirmando que, ao ler os jornais, “se espremesse, saía sangue”. Esse relato explicita a naturalização de narrativas midiáticas que associam periferia,

crime e morte, dinâmica amplamente discutida nos estudos sobre criminologia midiática e produção de estigmas territoriais (Zaffaroni, 2012; Batista, 2011). Esse incômodo de Edson também pode ser compreendido à luz de Bakhtin (2010), para quem o discurso constitui uma arena de disputas simbólicas, na qual diferentes vozes sociais entram em confronto. As narrativas midiáticas que associam reiteradamente periferia, crime e morte operam como enunciados relativamente estabilizados, que passam a circular como verdades naturalizadas sobre esses territórios. A reação de Edson expressa, assim, uma posição responsiva frente a esses discursos hegemônicos, evidenciando a dimensão dialógica da produção de sentidos sobre a periferia.

Há cerca de seis anos, a partir de uma página criada inicialmente por um ex-aluno de música - que, segundo Edson, se alinhava politicamente “mais à direita” - passaram a ser mostradas, ainda de forma tímida, as “coisas do bairro”. Posteriormente, esse ex-aluno abandona a página, que passa a ser conduzida integralmente por Edson. Ele define o “Favela presente” como uma “contra-narrativa à mídia tradicional”, cujo objetivo é afirmar que a periferia não se resume à violência, destacando trajetórias como a sua própria e a de outros moradores que não se envolveram com o crime. Essa definição aproxima-se da noção de práticas contra-hegemônicas, nas quais sujeitos subalternizados produzem sentidos alternativos às narrativas dominantes (Gramsci, 2022; Hall, 2003). Essa iniciativa pode ser compreendida como um enunciado que se constrói em relação direta com outros enunciados previamente existentes, especialmente aqueles produzidos pela mídia hegemônica. Para Bakhtin (2010), todo discurso é atravessado por vozes anteriores e se constitui como resposta a elas, o que permite compreender o “Favela Presente” não como uma fala inaugural, mas como uma prática discursiva responsiva que busca deslocar sentidos cristalizados sobre a periferia e afirmar outras possibilidades de significação.

Embora reconheça as problemáticas do bairro - como a falta de saneamento e a ausência do poder público - Edson afirma sentir-se profundamente incomodado com o termo “comunidade carente”, frequentemente utilizado pela mídia. Segundo ele, a expressão constrói a imagem da periferia como um “depósito de pobres distante do centro”. Essa crítica evidencia a dimensão simbólica da desigualdade, na qual categorias linguísticas operam como mecanismos de desqualificação social e territorial (Hall, 2003). As palavras carregam valores e posições sociais, não sendo neutras em sua circulação. Conforme Bakhtin (2010), os sentidos das palavras são historicamente construídos e disputados no interior das relações sociais, de modo que determinadas categorias linguísticas podem operar como mecanismos de fixação simbólica de identidades e territórios, contribuindo para a reprodução de estigmas.

Edson destaca que a chamada “carência” decorre, na realidade, da ausência do Estado, o que favoreceria o aliciamento de jovens pelo crime organizado. Ao mesmo tempo em que afirma não compactuar com o crime e recusa dar visibilidade a essas práticas, enfatiza a necessidade de mostrar a “potência da periferia”. Nesse ponto, observo que o esforço de se descolar da imagem da violência pode indicar uma busca por legitimidade simbólica, ainda que, por vezes, surja um tom de responsabilização individual dos jovens envolvidos com o crime, aspecto que tensiona leituras estruturais da violência urbana e da desigualdade social (Wacquant, 2009).

Entre as iniciativas desenvolvidas, Edson apresenta o projeto “Esquinas sonoras”, que leva apresentações culturais para diferentes pontos do bairro. Ele relata situações em que apresentações ocorreram em locais marcados por precariedade ou episódios recentes de violência. Um caso emblemático foi a realização de um evento em um espaço com graves problemas de infraestrutura, quando convidou veículos da mídia tradicional para cobrir a ação. O objetivo, segundo ele, era evidenciar que, mesmo diante das adversidades, havia jovens produzindo cultura, sonhando com um futuro melhor e utilizando a arte como forma de expressão e resistência. Essas práticas podem ser compreendidas como formas de mediação cultural que reconfiguram os usos do espaço urbano e produzem sentidos alternativos sobre o território (Martín-Barbero, 2009; Williams, 1979).

Edson relata ainda sua participação, em um encontro nacional de comunicadores das periferias, quando comunicadores de diferentes estados permaneceram por três dias em uma favela do Rio de Janeiro. Segundo ele, essa experiência foi fundamental para perceber que não estava isolado e para a construção de uma rede nacional de comunicadores periféricos. No ano seguinte, participou do Encontro Latino-Americano de Comunicadores Periféricos, ocasião em que foi lançada a revista *Periferias*, na qual publicou, em parceria com José Silva (um acadêmico parceiro), um artigo sobre democracia e o bairro do Tucupi. Esses relatos evidenciam a constituição de redes de comunicação comunitária que extrapolam o território local e produzem articulações políticas mais amplas (Paiva, 2008; Martín-Barbero, 2009).

Edson também comenta sua atuação em um projeto em que o “Favela presente” é polo no estado do Pará. O projeto envolve lives, podcasts e videocasts voltados ao combate à desinformação e ao fortalecimento da democracia, especialmente em períodos eleitorais. Ao afirmar tratar-se de uma iniciativa “pró-eleição do Lula”, Edson explicita o caráter político do projeto, reafirmando a comunicação comunitária como prática engajada e não neutra, posicionamento amplamente discutido nos estudos críticos da comunicação (Hall, 2003; Gramsci, 2022).

Em sua fala, destaca ainda a importância de “ir para fora”, argumentando que a periferia só é valorizada quando reconhecida externamente. Nesse contexto, relata sua participação em projetos com veículos de mídia tradicional, como a parceria com o “Estadão” e com uma famosa empresa de transporte urbano. Edson afirma utilizar esses espaços para inserir pautas da periferia em veículos hegemônicos, o que revela disputas por visibilidade no interior da mídia tradicional. Ainda que Thompson (2002) não discuta comunicação comunitária, suas reflexões sobre poder simbólico e visibilidade ajudam a compreender como essas iniciativas buscam tensionar hierarquias comunicacionais já estabelecidas.

Retoma-se, assim, a recorrente questão do diálogo com a grande mídia. Edson afirma não acreditar na possibilidade de uma “mídia comunitária” produzida por veículos tradicionais, defendendo a necessidade de ocupá-los sem se tornar produtor a serviço desses interesses. Ao reconhecer a assimetria de poder entre iniciativas de comunicação comunitária e os grandes conglomerados midiáticos, evidencia-se o caráter contraditório dessas estratégias de visibilidade, tensionadas entre a busca por autonomia e os riscos de cooptação. Ainda que Martín-Barbero (2009) não trate diretamente da comunicação comunitária, suas reflexões sobre mediações culturais contribuem para compreender como essas disputas por visibilidade se constroem em contextos atravessados por relações desiguais de poder simbólico.

Ao final de sua fala introdutória, Edson relata que o Favela presente surgiu como um coletivo, mas hoje se apresenta como uma TV, especialmente em função do canal no *YouTube*, em um movimento de reposicionamento simbólico. Afirma também desenvolver uma reflexão autoetnográfica sobre o próprio projeto, com interesse em aprofundar essa análise no mestrado, o que aponta para a importância atribuída à ocupação do espaço acadêmico como forma de legitimação e produção de conhecimento sobre a periferia.

Por fim, Edson aborda parcerias com iniciativas públicas, como o programa “Zonas de harmonia” e o projeto “Usinas da harmonia”, desenvolvidos em cooperação com grandes empresas. Ele se posiciona favoravelmente às ações de ocupação policial, argumentando que estas teriam reduzido os índices de criminalidade e modificado a imagem da periferia. Ao mesmo tempo, reconhece que tais iniciativas podem produzir “corpos dóceis”. Essa ambiguidade evidencia as tensões presentes nas políticas de pacificação, amplamente debatidas na literatura crítica sobre controle social, militarização dos territórios e gestão da pobreza (Wacquant, 2009).

Ao questionar seu posicionamento, menciono relatos de outros comunicadores que adotam um tom mais denunciativo em relação à presença violenta do Estado. Edson afirma haver diferenças significativas entre o Pará e o Rio de Janeiro, alegando menor violação de

direitos humanos no contexto paraense. Essa fala me instigou, especialmente diante do próprio reconhecimento, por parte de Edson, da existência de milícias e de violações pontuais por agentes do Estado.

Ao final da conversa, Edson afirma perceber maior mobilização da população em relação às problemáticas do bairro, destacando que moradores recorrem ao “Favela presente” para realizar denúncias e fiscalizar obras públicas. Relata situações de tensão, como a cobertura de denúncias envolvendo um projeto do qual era parceiro institucional, o que revela os dilemas éticos e políticos enfrentados por iniciativas de comunicação comunitária que transitam entre autonomia, financiamento e compromisso com a população (Paiva, 2008; Thompson, 2002).

Termino a conversa com a percepção de múltiplas contradições na fala de Edson, especialmente no que diz respeito à relação entre financiamento público, parcerias institucionais e mudanças no tom editorial do conteúdo produzido. Levanto a hipótese de que possa haver estratégias governamentais de aproximação com iniciativas de comunicação comunitária consideradas potencialmente mobilizadoras, no sentido de neutralizar conflitos por meio de recursos financeiros, hipótese que merece investigação posterior e dialoga com análises críticas sobre hegemonia, consentimento e cooptação (Gramsci, 2022).

Por fim, destaco a centralidade da dimensão cultural na constituição do “Favela presente”. A música, a arte e a produção cultural aparecem como elementos estruturantes do projeto, evidenciando como práticas culturais cotidianas podem operar como formas de resistência aos discursos hegemônicos sobre as periferias, produzindo sentidos contra-hegemônicos, mesmo em contextos marcados pela precarização da vida (Williams, 1979; Martín-Barbero, 2009). À luz de Gramsci (2022), então, tais práticas podem ser compreendidas como parte das disputas pela hegemonia no campo cultural, nas quais se confrontam diferentes projetos de sociedade e de produção de consenso. Em diálogo com Bakhtin (2006), essas expressões culturais configuram-se ainda como enunciados situados, produzidos a partir da experiência do território e atravessados por múltiplas vozes, que afirmam modos próprios de narrar, sentir e existir na favela.

8.1.3. Jorge – “Perifa na rede Bahia” (Bairro da Luz, BA)

Através da ponte feita pelo líder do “Perifa na rede” Rio de Janeiro, com quem conversei em outro momento, pude fazer contato com Jorge, responsável pela “Perifa na rede Bahia”. Após contato via WhatsApp, no qual me apresentei brevemente e manifestei interesse em conhecer melhor as ações desenvolvidas, combinamos uma reunião online. Jorge tem 41 anos,

é pernambucano, mora na Bahia há mais de 30 anos, é jornalista e mestre em Comunicação Comunitária. Assim como os demais interlocutores, mostrou-se muito receptivo e solícito. A conversa ocorreu por videochamada, foi conduzida por mim e gravada na íntegra.

Após minha apresentação e uma breve explicação sobre os objetivos da pesquisa, Jorge passa a relatar que, durante a pandemia de Covid-19, o “Perifa na rede Bahia” buscou intensificar a produção de conteúdos na internet e nas redes sociais, uma vez que o jornal impresso deixou de circular por falta de patrocínio - situação que ele atribui ao contexto político do governo bolsonarista. Segundo Jorge, a atuação comunicacional naquele período esteve voltada ao enfrentamento das narrativas antivacina e anticiência disseminadas por instâncias governamentais e amplificadas por determinados setores da mídia. Esse relato evidencia a comunicação comunitária como prática de enfrentamento discursivo e político, especialmente em contextos de crise sanitária e desinformação, articulando comunicação, cuidado e defesa da vida (Peruzzo, 2008; Paiva, 2008).

À luz de Bakhtin (2006), esse enfrentamento pode ser compreendido como uma resposta ativa a discursos institucionais e midiáticos que negavam a gravidade da pandemia, configurando a palavra como espaço de disputa ética e política. A comunicação comunitária, nesse sentido, não apenas informa, mas se posiciona, assumindo responsabilidade frente às consequências concretas dos discursos que circulam socialmente. Em diálogo com as contribuições de Gramsci (2022), podemos ainda dizer que há uma disputa pela hegemonia no campo da comunicação, na qual se confrontam projetos distintos de sociedade e de produção de consenso. A atuação do “Perifa na rede Bahia” tensiona discursos dominantes ao disputar a legitimidade das interpretações sobre ciência, saúde e responsabilidade coletiva.

Morador do Bairro da Luz, uma grande periferia da Bahia, Jorge afirma que o Nordeste sofreu de forma intensa durante a pandemia, em função da legitimação dessas narrativas, o que ele descreve como uma verdadeira “guerra midiática”. A atuação em rede com escolas, profissionais da saúde, grupos culturais, associações, instituições religiosas e mobilizadores sociais fez com que a comunicação comunitária se tornasse um instrumento fundamental tanto para o combate às *fake news* quanto para a construção de estratégias concretas de cuidado, como o atendimento psicológico gratuito a pessoas fragilizadas emocionalmente. Essas práticas reforçam a compreensão da comunicação comunitária como ação territorial, relacional e comprometida com as necessidades imediatas da população (Paiva, 2008). Em termos gramscianos, trata-se de uma atuação que articula organização, cultura e política no cotidiano, contribuindo para a formação de vínculos coletivos e para a construção de uma consciência crítica situada. A comunicação comunitária aparece, assim, como parte de um processo mais

amplo de resistência às formas de dominação que operam tanto no plano material quanto simbólico (Gramsci, 2022).

Jorge relata que a sede “Perifa na rede Bahia” passou a ser constantemente procurada por moradores para a averiguação de informações e notícias, o que revela uma relação de confiança construída ao longo de quase uma década de atuação no território. Essa dimensão de credibilidade local evidencia o papel da comunicação comunitária como referência simbólica e política, capaz de disputar sentidos e produzir critérios próprios de validação da informação, em contraste com a desconfiança crescente em relação à mídia hegemônica (Peruzzo, 2008; Hall, 2003). A partir de Bakhtin (2006), essa relação pode ser compreendida como um processo dialógico sustentado pela circulação de enunciados ancorados na experiência compartilhada do território. A confiança construída não decorre apenas da informação em si, mas do reconhecimento mútuo entre quem fala e quem escuta, elemento central na constituição do sentido e da autoridade discursiva.

Ao afirmar que a comunicação comunitária é uma “escola” e que ele próprio é “fruto de projeto social”, Jorge destaca o caráter formativo dessa prática. Para ele, trata-se de uma modalidade comunicacional capaz de produzir contra-narrativas que impactam diretamente a autoestima coletiva, tensionando estereótipos que associam moradores de periferias à criminalidade e à marginalidade. Essa dimensão simbólica da comunicação comunitária, voltada à reconfiguração das identidades sociais e territoriais, é amplamente discutida no campo como elemento central das disputas contra-hegemônicas (Paiva, 2008; Hall, 2003). Além disso, ao afirmar que a comunicação comunitária é uma “escola” e que ele próprio é “fruto de projeto social”, Jorge destaca o caráter formativo dessa prática. Essa compreensão dialoga diretamente com a noção gramsciana de formação de intelectuais orgânicos, na medida em que a comunicação comunitária possibilita a emergência de sujeitos capazes de interpretar criticamente sua realidade e atuar politicamente a partir do território (Gramsci, 2022).

O Bairro da Luz, segundo Jorge, possui um histórico de ocupação e é constantemente alvo da especulação imobiliária, o que gera um estado permanente de tensão entre os moradores. Essa experiência vivida reforça, em sua avaliação, a necessidade de democratizar a comunicação como forma de construir pontes, fortalecer redes e garantir direitos. As reflexões de Martín-Barbero (2009) sobre mediações culturais contribuem para compreender como essas práticas se constroem a partir da experiência cotidiana e das disputas em torno do território.

Jorge destaca também a carência de estudos acadêmicos sobre comunicação comunitária, inclusive no campo do jornalismo, onde essa temática raramente aparece como disciplina obrigatória. Ao reivindicar a ampliação das pesquisas e o diálogo interdisciplinar, sua

fala explicita uma crítica recorrente à distância entre academia e práticas sociais, sobretudo quando estas são tratadas apenas como objeto de observação, sem devolutivas ou compromissos éticos com os territórios pesquisados.

Ao narrar sua trajetória, Jorge relata que o contato inicial com a comunicação comunitária se deu por meio da Rádio Comunitária Avançar, primeiro veículo midiático do Bairro da Luz, criado em articulação com o conselho de moradores. A rádio, “feita pelos moradores e para os moradores”, foi descrita como instrumento de formação política, mobilização e resistência frente às violações de direitos. Essa experiência permitiu a Jorge compreender as diferenças entre a comunicação empresarial e a comunicação comunitária, especialmente no que diz respeito à visibilização dos sujeitos que sustentam a economia local, mas não usufruem de seus benefícios, aspecto central nas análises críticas sobre desigualdade e produção simbólica (Peruzzo, 2008).

Sua inserção no ambiente acadêmico, tanto na graduação quanto no mestrado, aparece como um movimento de ocupação de um espaço historicamente distante das periferias. Jorge relata incômodos com os olhares e posturas da academia, que, segundo ele, frequentemente trata os territórios populares como “laboratórios”, sem compromisso com ações concretas. Ao afirmar que “não é simpatizante da causa, mas a própria causa”, Jorge explicita uma postura militante que atravessa sua atuação comunicacional, política e acadêmica, evidenciando a indissociabilidade entre prática, pesquisa e engajamento. Tal postura pode ser compreendida, a partir de Gramsci (2022), como a recusa da separação entre teoria e prática, elemento central de sua crítica aos intelectuais tradicionais e à neutralidade aparente do conhecimento.

Atualmente, a Rádio Comunitária Avançar encontra-se desativada por dificuldades financeiras, embora seus integrantes sigam atuando em diferentes frentes de comunicação de base, especialmente no ambiente digital. Jorge manifesta expectativa de que, com o novo governo, haja maior investimento e reconhecimento da comunicação comunitária. Relata ainda a realização de cursos de combate à desinformação voltados a estudantes do ensino médio, especialmente em períodos eleitorais, indicando a centralidade da formação política e midiática das juventudes como estratégia de fortalecimento democrático (Paiva, 2008).

A preocupação com a formação de novas lideranças aparece de forma recorrente em sua fala. Jorge destaca os desafios de mobilizar jovens em um contexto marcado por disputas simbólicas e tentativas de desmobilização, enfatizando a necessidade de estratégias formativas contínuas, que acompanhem os desdobramentos da atuação desses sujeitos. Além da dimensão política, menciona-se a tentativa de associar a comunicação comunitária à geração de renda, reconhecendo os limites materiais que atravessam essas iniciativas.

Questionado sobre a captação de recursos, Jorge afirma não receber verbas públicas de forma direta, dependendo principalmente de editais, voluntariado, financiamento coletivo e iniciativas próprias para a manutenção da sede física. Essa fala explicita as condições precárias de sustentabilidade enfrentadas por projetos de comunicação comunitária, bem como as tensões entre autonomia política e necessidade de financiamento, tema recorrente no campo (Paiva, 2008).

Encerro a conversa com a percepção de um fazer comunicacional profundamente enraizado no território e marcado por um tom mais militante do que em outros relatos, possivelmente em função de Jorge ser morador do bairro em que atua. Essa condição parece tensionar as fronteiras entre comunicação, militância e produção de conhecimento, evidenciando uma prática comunicacional que não se limita à mediação informativa, mas se constitui como ação política direta. Tal configuração dialoga com a compreensão da comunicação comunitária como prática comprometida com a transformação social e com a disputa contra-hegemônica de sentidos, especialmente quando realizada por sujeitos que vivenciam cotidianamente as violações que denunciam (Paiva, 2008; Peruzzo, 2008).

A impressão de que o teor de denúncia funciona como elemento agregador, operando como uma espécie de “cola” que une sujeitos em torno de experiências compartilhadas de dor e violação de direitos, revela uma dimensão central das práticas de comunicação comunitária analisadas. A articulação entre sofrimento social, produção de narrativas e ação coletiva indica que essas iniciativas não apenas comunicam, mas produzem vínculos, reconhecimento e pertencimento, transformando experiências individuais em demandas coletivas. Essa dinâmica pode ser compreendida como um processo de construção de sentidos contra-hegemônicos, no qual a palavra e a denúncia assumem papel fundamental na politização da vida cotidiana e na mobilização dos sujeitos subalternizados (Gramsci, 2022; Hall, 2003; Bakhtin, 2006).

8.2. O que circula nas redes: leituras iniciais

Durante a análise do material documental, foram criadas cinco categorias de classificação de acordo com a temática abordada em cada postagem. As categorias de análise foram definidas a partir das temáticas mais frequentes e que se repetiam na análise preliminar das postagens dos três coletivos. A descrição das categorias é apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Descrição das categorias de análise

Categoria de análise	Descrição
Pauperização	Questões de saneamento e infraestrutura e discussões sobre pauperização.
Violência	Denúncias e notícias sobre violências, especialmente policial e midiática.
Cultura, arte e educação	Divulgação de eventos culturais, prêmios, artigos científicos e eventos acadêmicos.
Mobilização política	Debates sobre questões políticas ou postagens sobre participação política.
Variedades cotidianas	Comunicados cotidianos, curiosidades, notícias da região.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Dessa forma, foram elaboradas as categorias “pauperização”, “violência”, “cultura, arte e educação”, “mobilização política” e “variedades cotidianas” para classificar as postagens coletadas. Na sequência, serão apresentados os quadros 3, 4 e 5, que contabilizam as postagens dos três coletivos sobre cada categoria durante os meses analisados.

Quadro 3 – Categorização das postagens de “Papo do morro”

Mês/2024	Pauperização	Violência	Cultura/arte/educação	Mobilização política	Variedades coidianas	Total do mês
Julho	1	2	1	1	0	5
Agosto	3	3	5	3	1	15
Setembro	4	4	4	1	1	14
Outubro	6	8	5	4	3	26
Novembro	5	3	7	5	2	22
Dezembro	9	9	4	4	6	32
Total da categoria	28	29	26	18	13	<u>114</u>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No quadro 3, que categoriza as postagens de “Papo do morro”, é possível perceber a predominância consecutiva das categorias “violência”, “pauperização”, e “cultura, arte e educação”. Com menos postagens, também aparecem as categorias “mobilização política e variedades cotidianas”.

Quadro 4 – Categorização das postagens de “Favela presente”

Mês 2024	Pauperização	Violência	Cultura/arte/educação	Mobilização política	Variedades cotidianas	Total do mês
Julho	0	0	7	0	0	7
Agosto	0	0	7	1	0	8
Setembro	1	0	7	2	0	10
Outubro	0	0	3	5	0	8
Novembro	1	0	7	0	0	8
Dezembro	0	0	9	0	1	10
Total da categoria	2	0	40	8	1	<u>51</u>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No quadro 4, que categoriza as postagens de “Favela presente”, há uma clara predominância da temática “cultura, arte e educação” em detrimento das demais categorias de classificação. Um ponto de destaque, é a ausência de postagens sobre “violência”, e as escassas postagens sobre “pauperização” e “mobilização política”.

Quadro 5 – Categorização das postagens de “Perifa na rede Bahia”

Mês 2024	Pauperização	Violência	Cultura/arte/educação	Mobilização política	Variedades cotidianas	Total mês
Julho	1	0	6	2	1	10
Agosto	0	0	4	4	1	9
Setembro	0	1	2	1	0	4
Outubro	1	0	3	2	0	6
Novembro	2	0	0	0	0	2
Dezembro	0	1	1	3	1	6
Total categoria	4	2	16	12	3	<u>37</u>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

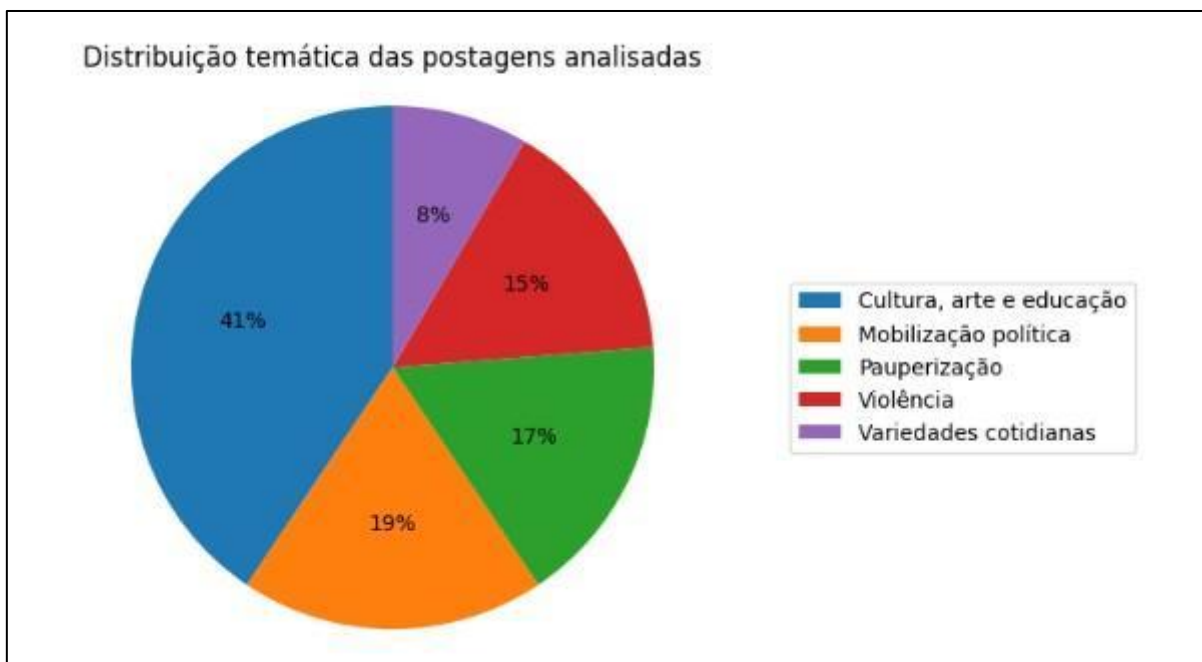
Observando o quadro 5, que categoriza as postagens de “Perifa na rede Bahia”, é possível notar o menor volume de postagens em relação aos demais coletivos analisados. Aqui, predominam as temáticas de “cultura, arte e educação” assim como “mobilização política”. Poucas postagens são dedicadas às outras temáticas.

A partir do material coletado, portanto, é possível perceber que o coletivo “Papo do morro” tem seu enfoque em postagens que digam sobre pauperização, violência e cultura, arte e educação. No “Favela presente”, há uma nítida predominância em postagens sobre cultura, arte e educação. Já em “Perifa na rede Bahia”, a mobilização política se destaca junto à arte, cultura e educação.

No total, foram duzentas e duas (202) postagens coletadas e categorizadas. Destas, a temática de cultura, arte e educação predomina com 82 postagens (41%), seguida por mobilização política (38 postagens, 19%) e pauperização (34 postagens, 17%). Violência registra 31 postagens (15%), enquanto as variedades cotidianas somam 17 postagens (8%). Assim, o maior segmento destaca o foco em expressões culturais e educacionais nas periferias, refletindo potencial contra-hegemônico nas narrativas comunitárias. Pauperização e violência

aparecem como preocupações estruturais recorrentes. O gráfico 1, abaixo, ilustra as porcentagens finais.

Gráfico 1 – Distribuição de postagens por categoria



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Considerando o grande volume de material coletado, classificado e pré-analisado, assim como a repetição de temáticas, foram selecionadas pela pesquisadora postagens representativas de cada categoria para a análise dos dados, que foi realizada em diálogo com as entrevistas. Essa escolha seguiu critérios de relevância analítica, priorizando a profundidade interpretativa sobre a quantidade de dados. Nesse enfoque, o corpus não se define pelo volume, mas pelo potencial de oferecer um campo denso e representativo sobre as narrativas contra-hegemônicas sobre a periferia produzidas pelos coletivos em contextos de violências e pauperização (Patton, 2014). Dessa forma, os documentos escolhidos apresentam expressões centrais das dinâmicas aqui analisadas.

8.3. Eixos de análise: vozes comunitárias e o tecer de suas narrativas

A partir do material construído através das entrevistas e dos documentos coletados, apresentamos algumas possíveis direções de análise através de aspectos que evidenciam os diálogos hegemônicos e contra-hegemônicos (Gramsci, 2022) que permeiam o fazer da comunicação comunitária. O primeiro eixo concentra-se nas discussões sobre o enfrentamento da violência e construção de alianças nos territórios periféricos, analisando como os coletivos de comunicação comunitária atuam em contextos marcados pela presença da violência estatal e midiática, articulando redes de apoio, e mobilização política.

O segundo eixo aborda os processos de pauperização que atravessam a vida cotidiana nas periferias, buscando compreender de que modo a comunicação comunitária se insere nas estratégias de enfrentamento da precarização da vida, da fome, do desemprego e da ausência e má qualidade de políticas públicas urbanas. O terceiro eixo volta-se à dimensão cultural e formativa dessas experiências, examinando o papel da cultura, da arte, da educação e da formação política na produção de sentidos, no fortalecimento de identidades coletivas e na construção de práticas contra-hegemônicas. Em conjunto, os eixos permitem apreender a comunicação comunitária como prática situada, atravessada por disputas discursivas e lutas por hegemonia, nas quais a palavra, a cultura e a organização coletiva assumem centralidade (Bakhtin, 2006; Gramsci, 2022).

8.3.1. Violência e comunicação comunitária: entre denúncias, resistências e alianças

Este eixo analítico discute as relações entre violência, comunicação comunitária e construção de alianças a partir da compreensão da comunicação como campo de disputa hegemônica. À luz de Gramsci (2022), Bakhtin (1997, 2006, 2010), Martín-Barbero (2009) e outros autores, analisa-se como práticas comunicacionais periféricas operam simultaneamente como estratégias de denúncia, resistência simbólica e negociação política, revelando tanto movimentos contra-hegemônicos quanto contradições próprias da disputa pelo consenso. O eixo está organizado em dois subtópicos: o primeiro aborda a denúncia da violência policial e midiática como prática contra-hegemônica; o segundo discute as ambiguidades das alianças institucionais e seus efeitos sobre a autonomia da comunicação comunitária.

8.3.1.1. “Se você espremesse, saía sangue do jornal”

Este subtópico analisa a denúncia da violência policial e midiática como prática comunicacional contra-hegemônica, compreendendo-a como disputa de sentidos em torno da representação das periferias e de seus sujeitos. Parte-se da compreensão de que a mídia atua como espaço central de produção de consensos e de legitimação do poder punitivo (Zaffaroni, 2010, 2012), sendo a comunicação comunitária um lugar privilegiado de contestação dessas narrativas hegemônicas (Gramsci, 2022; Martín-Barbero, 2009).

A partir das entrevistas realizadas com os três líderes de coletivos de comunicação comunitária, uma convergência em torno da denúncia da violência midiática e policial aparece como eixo estruturante desses projetos comunicacionais. Em todos os relatos, a criação dos coletivos acontece como uma reação às condições de violação de direitos e distorção de representação historicamente impostas a seus territórios e grupos sociais. No relato de Marcelo, por exemplo, é evidenciada a necessidade de denúncia da violência policial e das narrativas midiáticas hegemônicas, a partir da percepção sobre uma atuação que, para o participante, revela aspectos racistas.

Criei o “Papo do morro” em 2012 num momento de pré-implantação da UPP do Morro Bonito...e eu entendi que isso era necessário fazer no Morro Bonito porque a gente estava sofrendo com a mesma narrativa genocida de guerra contra os pobres e os negros. [...] Quando tem operação, é aquele *modus operandi*...eles mandam a polícia, né? De busca, né? Pra fazer o enfrentamento que não é o enfrentamento que ocorre no cotidiano...deveria ser feito com inteligência...gera o confronto, gera a morte, muitas vezes morte de inocente...fecham as escolas, as creches, os trabalhadores não conseguem ir pro trabalho porque tem que ficar com o filho...enfim...toda aquela confusão (Marcelo, 2022).

A fala do participante sobre operações policiais que “geram confronto, geram a morte... muitas vezes morte de inocente”, bem como o fechamento de escolas e a interrupção das rotinas de trabalho, evidencia a materialização do poder punitivo seletivo do Estado sobre os territórios populares. Como afirma Zaffaroni (2010, 2012), o sistema penal atua como um instrumento de gestão das desigualdades, operando seletivamente sobre corpos e espaços socialmente marcados pela pobreza e pela racialização. O que o entrevistado descreve não são excessos pontuais, mas expressões regulares de um modelo de controle social que, conforme analisa Batista (2003), transforma a política de segurança em uma política de guerra contra os pobres. Nessas práticas, a violência policial cumpre a função de reafirmar fronteiras simbólicas e materiais entre os “cidadãos” e os “inimigos internos”, naturalizando a morte de jovens negros

e a suspensão da vida comunitária como efeitos legítimos da ordem. Assim, o que se observa é a operacionalização de uma racionalidade penal que, sob o discurso da segurança, legitima a eliminação de determinados grupos sociais, produzindo, além de tragédias, a privação de meios de reprodução da vida cotidiana (escolas, creches, acesso ao trabalho, etc.).

A partir de uma articulação entre consenso e coerção, quando os mecanismos hegemônicos de naturalização das desigualdades e da ordem social falham em produzir consentimento, o Estado recorre com maior nitidez ao aparato repressivo para assegurar a reprodução da hegemonia (Gramsci, 2022). Esse aparato repressivo pode também ser compreendido a partir da expansão do Estado penal e suas interseções com o racismo e o neoliberalismo. Afinal, a punição em massa, a militarização de territórios periféricos e a logística de encarceramento funcionam como ferramentas gestão social que racializam espaços e populações, convertendo desigualdade social em problema de segurança pública (Wacquant, 2009; Gilmore, 2007).

A fala de Marcelo expõe também a experiência enunciativa dos sujeitos afetados: ao registrar o impacto cotidiano das operações nas vidas e cotidianos dos sujeitos, o entrevistado constrói um contra-relato que denuncia a materialização do poder punitivo seletivo do Estado sobre os territórios populares (Zaffaroni, 2010, 2012) e desnaturaliza o consenso da “legitimação” pública da violência policial, abrindo espaço para estratégias discursivas contra-hegemônicas a partir da comunicação comunitária. O material documental coletado a partir de sua página de *Instagram* evidencia que o elemento de denúncia não aparece apenas como motivador da criação da página, mas como elemento presente no fazer do “Papo do morro”. Nesse sentido, a comunicação comunitária pode ser caracterizada, nesses e em outros casos encontrados na literatura (Castro; Oliveira, 2019; Martins; Paiva, 2023) como uma prática contra-hegemônica de enfrentamento simbólico e político, na medida em que rompe com o silêncio produzido pelas mídias tradicionais e apresenta outras narrativas sobre a violência e sobre os sujeitos que dela são vítimas. Nas imagens 5 e 6, postagens que exemplificam essa lógica são apresentadas.

Imagem 5 – Postagem de “Papo do morro” sobre troca de tiros



Fonte: *Instagram* (2024)

Imagem 6 – Postagem de “Papo do morro” sobre operação policial



Fonte: *Instagram* (2024)

Além disso, Marcelo, através do relato sobre uma manifestação que foi organizada pelo coletivo para denunciar a violência nas operações policiais, evidencia as tensões enfrentadas com os veículos de mídia tradicionais, que recorrentemente, através de sua abordagem jornalística sobre violência e crime, tentam deslegitimar denúncias e manifestações que surgem a partir das vozes dos sujeitos que vivem nas favelas. Nesse caso, os participantes e apoiadores do coletivo são descritos pelo programa jornalístico de uma grande emissora como “traficantes”.

Na sexta feira, no final da tarde, aí também tem uma que...existe um programa chamado Cidade Alerta, na Record...Cidade Alerta abriu um link ao vivo com um comandante do CPP, Comando de Polícia Pacificadora falando que os “traficantes” do Morro Bonito estavam convocando manifestação contra a polícia. E aí eu pensei: cara, eles tão querendo esvaziar a manifestação, estão querendo desmotivar as pessoas de gritarem pelas ruas, suas dores, né? Por todas as questões que as pessoas estão sofrendo, tá tendo invasão de casa, de igreja, arrombamento de um monte de coisa...e aí eu falei, vou manter, vamo manter a manifestação, vamo manter...e aí gente fez uma mobilização tranquila, descendo pelas ruas do bairro, não teve nenhum tipo de intercorrência, mas a gente colocou a equipe da Record pra correr...eles apareceram pra cobrir e...não...mete o pé, cês tão falando que a gente é traficante pô, tão fazendo o que aqui? Né? Isso foi algo, eu acho assim, talvez tenha sido a mais grave em relação à represália. Você via que era um negócio plantado, eles queriam desmobilizar utilizando...eles utilizam isso diariamente, né? Utilizando uma mídia hegemônica, né? Que é a televisão...E a Record tem esse discurso bolsonarista de morte, né? Eles adoram explorar isso...Incentivam isso, incentivam as operações, incentivam as mortes...E aí foi muito nessa linha assim. E eu falei: não, vamo manter, vamo manter. Quem teve disposição apareceu lá, a gente fez uma camisa bonita, tinha faixa, e foi isso...a Voz das Comunidades cobriu (Marcelo, 2022).

O trecho denuncia a estratégia de criminalização midiática ao desmobilizar uma manifestação legítima por meio de um enquadramento discursivo que associava moradores a “traficantes”, é um exemplo do que Zaffaroni (2010, 2012) denomina “criminologia midiática”. Assim, a mídia tradicional hegemônica produz sentidos sociais de medo e inimigo, legitimando práticas punitivistas e violentas em nome da “segurança pública”. A cobertura televisiva, ao transformar a manifestação popular em uma ameaça criminal, atua como braço ideológico do poder punitivo, naturalizando a morte e a repressão nas periferias urbanas. Barbero (2009) descreve essa lógica como o deslocamento das mediações comunicativas: a mídia, em vez de funcionar como espaço de diálogo e representação plural, torna-se mediadora de um imaginário de controle, que reforça a distância simbólica entre o “centro” e a “periferia”. Ao incorporar o discurso policial como verdade incontestável, programas como *Cidade Alerta*, citado por Marcelo, reproduzem o que Barbero chama de matrizes culturais da dominação, articulando o sensacionalismo da violência com a racionalidade midiática do medo.

Nesse contexto, a ação de Marcelo ao manter a manifestação, e impedir a cobertura pela mídia tradicional pode ser interpretada como uma expressão de resistência contra-hegemônica, numa disputa pelo consenso. Além disso, a decisão de escolher a cobertura através de um veículo de comunicação alternativa revela a prática de uma guerra de posição, na qual os subalternos contestam o monopólio narrativo das classes dominantes e tentam reconstruir o espaço público a partir de suas próprias mediações comunicativas. Assim, se reivindica o direito de narrar-se e de ser ouvido como sujeito político legítimo (Gramsci, 2022). Sob a perspectiva dialógica de Bakhtin (1997, 2006, 2010), a fala de Marcelo é um enunciado polifônico,

atravessado por múltiplas vozes sociais em constante tensão: a do Estado, da mídia, do coletivo e da comunidade. O discurso da mídia hegemônica representa o discurso monológico da autoridade, que busca fixar sentidos (traficante, ameaça, perigo), enquanto o enunciado de Marcelo encarna a voz do outro subalternizado, que resiste à clausura de sentido e reintroduz o diálogo como forma de existência política.

Na mesma direção, o seguinte post, presente no material na página de rede social do coletivo, evidencia a tensão entre essas vozes, e a constante disputa de sentidos travada com as representações jornalísticas das mídias tradicionais, que muitas vezes se baseia em preconceitos e estereótipos, criminalizando os sujeitos que residem nesses territórios (Diniz, 2006; Zaffaroni, 2010, 2012). Como pode ser observado na imagem 7, a moradora utiliza o espaço do coletivo, através do post, para denunciar uma reportagem que exhibe sua casa como local utilizado por “olheiros do tráfico”:

Imagem 7 – Postagem de “Papo do morro” sobre denúncia de moradora



Fonte: *Instagram* (2024)

Além do reforço dado ao elemento da criminalização presente nas práticas jornalísticas hegemônicas, é possível perceber, através dos posts nas redes sociais, assim como em seus comentários, que a página do coletivo acaba por se desenhar como um espaço mais horizontal

de troca de informações e ideias entre os moradores, produzindo um ambiente virtual de proteção, organização e expressão de sentimentos como medo, raiva, injustiça, indignação e desespero. Desespero esse, muitas vezes expressado através de pedidos de oração e proteção divina. A expressão desses sentimentos dialoga com o estudo de Kahn et al. (2023) que evidencia como a cobertura jornalística estereotipada promove consequências políticas, ideológicas e também psicossociais.

Assim, através dos posts e práticas narradas por Marcelo, nas brechas do silenciamento, emergem práticas comunicacionais insurgentes que reconstroem a esfera pública a partir das margens, desafiando o monopólio do sentido e afirmando novas epistemologias populares da comunicação. A disputa entre a mídia hegemônica e a comunicação comunitária, portanto, não é apenas informativa, mas ontológica: trata-se de decidir quais vidas e quais vozes são dignas de ser escutadas (Gramsci 2022; Bakhtin, 1997, 2006, 2010; Martín-Barbero, 2009; Couldry, 2010).

No caso de Edson com o “Favela presente”, na tentativa de construir novos sentidos a respeito do seu território, é possível perceber que além do elemento de denúncia da violência midiática, existe também o objetivo de disputar as narrativas sobre o bairro em questão, mostrando o que existe para além do que é exibido hegemonicamente.

[...] E aí eu moro no bairro popular, um bairro de periferia, que eu via todo santo dia o meu bairro na TV e, sobretudo, no jornal impresso, que se você espremesse, saía sangue do jornal. E aí eu comecei a me indagar, será que o Tucupi só tem morte? Só tem crime? Só tem mazelas sociais? (Edson, 2022)

À luz do pensamento de Gramsci (2022), é possível compreender essa dinâmica como parte de uma disputa pela hegemonia, em que grupos subalternos buscam construir novas formas de consenso e de representação social a partir de suas próprias experiências e territorialidades. Assim, a denúncia das violências locais se configura não apenas como tema recorrente, mas como estratégia de disputa ideológica e de afirmação de vozes historicamente marginalizadas no campo da comunicação.

Em diálogo com Bakhtin (1997, 2006, 2010), é possível interpretar essas práticas como expressões da natureza dialógica e polifônica do discurso, em que múltiplas vozes se confrontam na arena social, tensionando os sentidos cristalizados sobre violência e periferia. Assim, a denúncia das violências locais se configura não apenas como tema recorrente, mas como estratégia discursiva e ideológica de disputa de sentidos, por meio da qual os coletivos afirmam o direito à palavra de sujeitos historicamente marginalizados.

Uma das marcas da comunicação alternativa, nessa disputa de sentidos, trata-se da divulgação de pautas que são ocultadas pela mídia hegemônica. A abordagem jornalística hegemônica, muitas vezes estereotipada, costuma retratar as periferias como território de violência e pauperização, ocultando suas potencialidades e demais nuances (Haubrich, 2015; Bourdieu, 1997b, 2002; Zaffaroni, 2010, 2012). A fala de Marcelo exemplifica essas outras nuances presentes em seu bairro:

Esse lugar é um lugar [...] que 99% do tempo é um lugar tranquilo. É um lugar de paz, felicidade, você vê pessoas pela rua, brincando, as pessoas tomando sua cerveja, fazendo seu churrasco, e tal. Mas tem aquele 1%, que é quando tem as operações [...] (Marcelo, 2022).

Ainda nesse sentindo, Edson afirma que o seu papel enquanto comunicador, é de mostrar as potencialidades da periferia:

E aí a gente não nega a existência de todas as problemáticas que existem na periferia de Belém. Eu costumo dizer que o problema é que ele mora ao lado, ao nosso lado, inclusive eu estou num lugar que ao lado existe uma boca de fumo, existe o crime organizado, mas a gente não compactua com isso e nem dá visibilidade a isso. Pelo contrário, a gente vai na contramão de tudo isso mesmo, mostrando a potência da periferia. E aí a gente vem, já fez seis anos agora em agosto, com o trabalho do “Favela presente”, ele se intensificou, eu comecei a entender de fato qual era o nosso papel enquanto uma mídia popular, de mostrar esse outro lado da periferia (Edson, 2022).

Ao mesmo tempo em que busca evidenciar o que chama de “outro lado da periferia”, Edson, em sua fala, evidencia uma tensão entre a hegemonia midiática e o discurso contra-hegemônico produzido pelos coletivos de comunicação comunitária. Ao afirmar que “não nega a existência das problemáticas da periferia”, o entrevistado reconhece a realidade de violência representada pela mídia hegemônica, mas, simultaneamente, se distancia da narrativa dominante que associa periferia a criminalidade e violência. Esse movimento discursivo de negação e reposicionamento manifesta certa ambiguidade. Ao dizer que não compactua com o crime, o participante revela se apropriar de uma espécie de “credencial” de “boa índole” para se afastar do estereótipo de “bandido” e ter credibilidade no que comunica. Credencial esta, que a mídia hegemônica fornece em suas representações do que seriam os “criminosos” e os “cidadãos de bem”, propagando uma divisão dicotômica onde se “desenha um mundo de *nós*, os *bons* e *eles*, os *maus*” (Zaffaroni, 2012, p. 309).

Ainda que contraditória e embebida do discurso midiático hegemônico, a fala de Edson representa uma estratégia contra-hegemônica de disputa, na medida em que desloca o olhar

estigmatizante e propõe outra representação do território, centrada na “potência da periferia”. À luz de Gramsci (2022), essa fala pode ser interpretada como parte da disputa pela hegemonia simbólica, em que os sujeitos subalternos buscam reconfigurar o consenso social sobre si mesmos, tensionando as representações cristalizadas pela mídia dominante. Em diálogo com Bakhtin (2010), é possível compreender essa enunciação como ato dialógico, no qual o discurso do comunicador responde e contesta o discurso social da mídia e do estado, que historicamente produziram a periferia como lugar da falta, da violência e da marginalidade. Assim, a fala de Edson revela um processo de reapropriação dos sentidos da periferia, em que o dizer se torna instrumento de resistência e de reconstrução simbólica, configurando-se como prática discursiva contra-hegemônica e emancipatória.

Um outro movimento contra-hegemônico com algumas contradições e apropriações hegemônicas é percebido na fala de Marcelo:

É muito mais estrutural...É, demanda enfrentamento muito mais estrutural. E aí veio a questão das operações, e da pré-implantação da UPP que envolveu várias operações onde morriam várias pessoas diariamente, né? Eu vivi no Morro Bonito até 2018/19...e aí, isso também me incomodava. "Pô, a gente tem que gritar". Se via que as lideranças comunitárias não eram instrumentalizadas para se colocar pra fora. A forma de se comunicar é dificultada, né? Porque as pessoas têm um jeito de falar, enfim...não sei se vocês já subiram uma favela aqui no Rio, mas dependendo da favela as pessoas tem um dialeto. E aí, é difícil pra essa galera que só vive ali dentro, as vezes nunca saiu dali se colocar pra fora, né? Falar a língua das pessoas que estão fora daquele espaço. E eu conseguia fazer essa transição, essa tradução de forma que as pessoas que não morassem na favela pudessem sentir um pouco o que é morar lá, das dificuldades que tinham lá. E aí eu falei: preciso me comunicar (Marcelo, 2022).

Quando o entrevistado afirma que “as lideranças comunitárias não eram instrumentalizadas para se colocar para fora” e que “a forma de se comunicar é dificultada”, podemos identificar uma assimetria de poder discursivo que, nos termos de Gramsci (1999), estrutura a hegemonia cultural: o domínio simbólico de uma classe sobre outra por meio da linguagem e da produção de sentido. A hegemonia se reproduz, aqui, não apenas pela imposição de um padrão linguístico e comunicativo dominante. Este padrão da norma culta e dos códigos urbanos legitimados, nesse contexto, acaba por deslegitimar o modo de falar dos moradores daquele território. Nesse ponto, nos cabe a reflexão de Lélia Gonzalez (2020) sobre o “*pretoquês*”: a autora interpreta o falar popular afro-brasileiro como forma de resistência e reapropriação simbólica frente ao racismo estrutural e linguístico. Assim, o “dialeto” mencionado pelo entrevistado à luz da hegemonia acaba sendo interpretado como déficit

comunicativo. Porém, trata-se da expressão de uma identidade cultural e política marginalizada, que desafia a lógica de homogeneização linguística imposta hegemonicamente.

É importante ressaltar, porém, a complexidade do sujeito comunicador comunitário frente a essas contradições presentes no fazer da comunicação comunitária. Para Bakhtin (2010), o sujeito é sempre um ser dialógico, constituído na e pela linguagem, em uma relação de alteridade que o insere em um horizonte ideológico determinado; nesse sentido, os discursos hegemônicos atravessam as vozes dos comunicadores populares, mas nunca as determinam por completo, pois toda enunciação é também possibilidade de deslocamento e ressignificação. Esses sujeitos atuam no terreno da cultura como intelectuais orgânicos das classes subalternas, produzindo contra-hegemonia a partir de dentro das próprias estruturas do poder simbólico que buscam transformar. Assim, a comunicação comunitária se configura como espaço de disputa e de formação de sujeitos contraditórios, que, ao mesmo tempo em que são atravessados pelas lógicas da dominação, produzem fissuras no consenso hegemônico e reinventam o comum a partir de suas práticas discursivas e políticas (Gramsci, 2022).

Para Gramsci (2022), intelectual orgânico, é aquele que nasce de dentro das classes populares e atua junto delas, ajudando a organizar, pensar e expressar suas experiências, necessidades e lutas. É alguém que pensa e age politicamente produzindo e compartilhando conhecimento que fortalece a sua comunidade, questionando as práticas e discursos de dominação, estando ligado organicamente à vida e às contradições do seu grupo. Dessa forma, os comunicadores comunitários como Marcelo, Edson e Jorge atuam como intelectuais orgânicos, traduzindo as vozes, dores e saberes das suas comunidades em linguagem que possa ser compreendida pelos que não estão inseridos naquele contexto. Assim, é possível construir alianças na tentativa de fortalecer a disputa pelo consenso. Ao mesmo tempo, dentro daquela comunidade, a comunicação é usada por esses sujeitos como ferramenta de emancipação na disputa de sentidos, buscando construir um projeto contra-hegemônico de sociedade.

Quando Marcelo se identifica como alguém capaz de “fazer essa transição, essa tradução”, percebe-se que ele ali ocupa a posição de intelectual orgânico. Em diálogo, trata-se do que Bakhtin (2010) chamaria de mediação dialógica entre esferas discursivas, da favela à cidade formal, em que a linguagem funciona como ponte e campo de luta por reconhecimento. Esse movimento de tradução discursiva constitui um ato político: ao tornar inteligível o discurso periférico para interlocutores “de fora”, o participante tensiona o espaço da representação e disputa a hegemonia simbólica, reinscrevendo os sujeitos da favela como produtores de saber.

Nesse sentido, fica clara a necessidade que os participantes relatam sobre se organizar e buscar alianças, para não só denunciar, mas também disputar espaços e construir uma outra

forma de se comunicar. Na entrevista com Jorge, da “Perifa na rede Bahia”, fica evidente que a atuação do coletivo, também analisada a partir do material de divulgação presente no grupo do *Facebook*, hoje, é mais voltada à divulgação de notícias sobre potencialidades, eventos e divulgação de estudos, mostrando o “outro lado” das periferias. Porém, em sua trajetória com a comunicação comunitária, que é iniciada com participação em uma rádio comunitária, Jorge menciona a necessidade de organização da comunidade na produção de resistências às violências sofridas.

A Rádio Comunitária foi essa ferramenta de fazer com que a população entendesse o que estava acontecendo e trazer para junto, para criar justamente esse núcleo pensante de estratégias mesmo de resistência, porque houve violência, de violência policial, pessoas que morreram, prisões, derrubadas de casas, ordens de despejo. Então, com essa comunicação comunitária feita pelos moradores e para os moradores, foi onde meu horizonte abriu, pensando que. Era algo que eu queria também participar disso ativamente (Jorge, 2022).

No sentido da necessidade de organização política, Marcelo evidencia em seu relato, a importância da criação de alianças institucionais e políticas no fazer da comunicação comunitária, assim como a utilização das redes sociais como ferramenta de mobilização dos moradores do bairro, buscando a proteção desses sujeitos:

Essa foi a ideia original. E também de juntar coletivos, juntar ONG's, juntar alianças comunitárias, juntar pessoas do bairro que quisessem fazer algum movimento para melhoria do bairro, né? Pra proteger as pessoas...Então, desde aquela época a gente começou com trabalho de comunicação...eu não sou formado em comunicação, né? Então eu fui muito de curioso, experimentando as ferramentas, experimentando outro twitcasting...quando houve a ocupação no Morro Bonito eu fiz uma transmissão ao vivo descendo do alto do morro até o asfalto, né? E fiz as publicações também, nas redes sociais e tal, e passei a dialogar com algumas organizações de direitos humanos...Comissão de DH da OAB, Anistia, Aliança Global...e a gente fez um grupo de trabalho pra acompanhar essa implantação naquele início, né? Então a gente ficou 1 ano aí, 2 anos fazendo esse acompanhamento, atendendo as pessoas que tinha algum tipo de direito desrespeitado pelas forças de segurança. E esse foi o caráter inicial que avançou por um bom tempo (Marcelo, 2022).

A narrativa evidencia a constituição de um campo de comunicação comunitária contra-hegemônica, em que a articulação entre sujeitos locais, coletivos e organizações de direitos humanos opera como estratégia de legitimação simbólica e política das práticas de resistência. Quando o entrevistado relata que buscou “juntar coletivos, ONG’s, alianças comunitárias, pessoas do bairro” e que passou a “dialogar com organizações de direitos humanos”, podemos mencionar o que Gramsci (2022) denomina de formação de alianças orgânicas dentro de um

bloco contra-hegemônico: a construção de um novo consenso se dá a partir de novas práticas culturais e comunicacionais que confrontam a hegemonia midiática dominante.

Nesse processo, a comunicação deixa de ser apenas instrumento informativo e se torna prática política de mediação social. No mesmo sentido, Martín-Barbero (2009) compreende as mediações como o espaço simbólico onde os sujeitos reinterpretam e reapropriam o poder comunicativo. Ainda nessa direção, o engajamento com outras instituições como a OAB e a Anistia Internacional revela a necessidade da construção e do fortalecimento de um capital simbólico de legitimidade (Bourdieu, 1997a), no sentido de possibilitar organização política, ou seja, possibilitando que essas narrativas periféricas possam circular em esferas públicas e políticas amplas, e disputar sentidos com o discurso hegemônico da segurança pública.

Além disso, o uso experimental das ferramentas tecnológicas – “transmissão ao vivo”, “publicações nas redes sociais”, “*twitcasting*” – configura um gesto de reapropriação tecnológica, na tentativa de romper com o monopólio dos meios tradicionais criando canais alternativos de comunicação, amplificando o alcance das vozes dos sujeitos daquela comunidade (Malerba, 2014). Trata-se do que Couldry (2010) chama de “voz como prática social”: a utilização de novas tecnologias de modo insurgente e articulado em rede. Assim, os novos meios são utilizados como ferramentas do fortalecimento político, possibilitando um alcance, que, mesmo perpassado por estruturas hegemônicas (Raulino, 2022), reivindica a necessidade de os sujeitos serem ouvidos, na tentativa de redefinir o espaço público. Assim, a fala de Marcelo revela como o uso político das tecnologias digitais e a formação de alianças com atores sociais diversos configuram práticas comunicacionais que tensionam a hegemonia e reposicionam a favela enquanto espaço político e narrativo.

8.3.1.2. *“Eu não faço parte do governo, tá, pessoal?”*

Este subtópico analisa as contradições presentes nas alianças estabelecidas entre coletivos de comunicação comunitária, Estado e mídia hegemônica, compreendendo essas relações como parte constitutiva da disputa pela hegemonia. À luz de Gramsci (2022), tais alianças são interpretadas não como desvios individuais ou incoerências políticas, mas como movimentos ambíguos e tensionados, próprios da guerra de posição, nos quais resistência e acomodação coexistem. Em diálogo com Bakhtin (2010), considera-se que essas contradições expressam a natureza dialógica do discurso e a interpenetração de vozes sociais distintas no campo da comunicação comunitária.

Os dados construídos pela pesquisa, especialmente através das entrevistas, reforçam a ideia de que no processo de construção de alianças, podem existir contradições a serem analisadas. Essas alianças podem, em determinados contextos, subordinar as pautas críticas a interesses dominantes, diluindo o elemento de transformação social, presente como norteador das práticas em comunicação comunitária (Coutinho, 2011; Moraes, 2010). A possibilidade de vinculação a projetos institucionais, corporações ou programas de financiamento pode abrir margem para riscos de captura das práticas comunicativas, impondo uma lógica de dependência e conformismo às demandas hegemônicas do mercado e do Estado (Paiva, 2008; Malerba, 2014). Edson, por exemplo, relata a experiência de apoiar, através do “Favela presente”, a iniciativa de um projeto governamental de combate à violência e ao tráfico no Pará:

E hoje o governo do Estado desenvolve aqui no Pará um projeto chamado, não sei se já chegou a ouvir de vocês, chamado “Zonas de harmonia”, ter paz. Não sei se vocês já ouviram falar. [...] Claro que a gente só se espelha em algo que dá certo, mas é um embrião de algo que deu errado. Que é no Rio, que é as UPPs, Unidade de Polícia Pacificadora. [...] O que é o “Zonas de harmonia”? A polícia chega na frente nessas comunidades que têm um alto índice de criminalidade, faz enfrentamento. E aí, pelo incrível que pareça, o Tucupí estava no topo dessa lista. [...] E aí ele cria esse projeto, que é nada mais nada menos, que a polícia chega para derrubar barricadas, ocupar o território mesmo. E depois chega todo o time de secretaria. Eu não faço parte do governo, tá, pessoal? Que fique claro. As pessoas sempre me falam, parece que você faz parte. Não, eu não faço parte do governo. Só que é um projeto que tem dado certo. E eu, como morador... tem dado certo, a gente tem que noticiar. A gente tem que falar. [...] Realmente, os índices de criminalidade no Pará, eles diminuíram drasticamente, pessoal. Eu falo muito pelo Tucupí, se matava de manhã. De tarde, de noite, e já tinha três encomendados para o dia seguinte. Hoje, dificilmente a gente vê uma morte dentro do bairro. E aí vinha todo tipo de secretaria, secretaria de saúde, de habitação, de cultura, de esporte. [...] É um projeto de pacificação. Eu não gosto dessa palavra. Mas ele é isso. É um projeto para pacificar mesmo. Dos corpos dóceis. A ideia é essa mesmo. Pacificar aquele território. Não tem outra palavra. Apesar que quando eu propago isso, eu não uso esse termo. Não concordo. Mas é isso. [...] Sim, existem as violações, mas são bem menos. A polícia, por conta de estar atuando nesses territórios, ela também é um pouco controlada. Meio contra a vontade dela, você entende? (Edson, 2022)

Ao apoiar uma iniciativa policial que descreve como produtora de violações, Edson evidencia a complexidade discursiva que emerge quando sujeitos da comunicação comunitária se posicionam diante de políticas estatais de segurança pública, revelando o terreno ambíguo em que se constroem as alianças e distanciamentos entre comunidade e Estado. Afinal, trata-se do tipo de prática policial que muitas vezes é denunciada por grupos de comunicação comunitária, como discutido ainda na presente categoria. É possível observar movimentos de aproximação e resistência: o entrevistado reafirma sua condição de morador e não de representante do governo, ao mesmo tempo em que legitima parcialmente a narrativa oficial de

pacificação e redução da criminalidade. Identifica-se, então, um campo de forças ideológicas, no qual diferentes vozes sociais – a voz comunitária, a voz estatal e a voz policial – se entrecruzam (Bakhtin, 2010). Os discursos hegemônicos – neste caso, o discurso da segurança e da pacificação – se entrelaçam com discursos comunitários, produzindo sentidos contraditórios. O sujeito enunciador, ao afirmar não pertencer ao governo, mas reconhecer a efetividade do projeto “Zonas de harmonia”, expressa um movimento contraditório entre resistência e legitimação.

Na perspectiva da criminologia crítica, a lógica da pacificação opera como mecanismo de controle social punitivo, mascarado sob o discurso do bem comum, deslocando a atenção das estruturas de desigualdade e criminalizando territórios e sujeitos racializados (Zaffaroni, 2010, 2012; Baratta, 2011). Ainda que o entrevistado reconheça o caráter disciplinador do projeto (“dos corpos dóceis”), sua fala demonstra o que Malerba (2014) identifica como as contradições das alianças pragmáticas com o Estado: para tentar garantir melhorias locais, a comunicação comunitária muitas vezes precisa dialogar com instituições que reproduzem as mesmas formas de dominação que historicamente denunciam. Nesse sentido, o discurso de Edson revela uma negociação tensa entre crítica e conformidade, um jogo de mediações que expressa as disputas pela hegemonia em torno da produção do sentido de segurança, cidadania e pertencimento nesses territórios populares. Assim, ao mesmo tempo em que busca afirmar a autonomia e a legitimidade da comunicação comunitária, também é interpelado pelas promessas de reconhecimento e ordem produzidas pelo Estado policial.

Do mesmo modo que se tornam ferramentas de denúncia e proteção frente à violência policial, as alianças comunicação comunitária podem também fortalecer a lógica de produção de violências. Inclusive, nesse processo, alianças com veículos de mídia hegemônica podem ser promovidas. Edson, no trecho a seguir, reforça a importância de utilizar os canais hegemônicos para a amplificação das vozes das periferias.

[...] A gente quer aproveitar esses espaços que a gente ocupa de amplificar essas vozes. E aí, por conta de toda essa movimentação que o “Favela presente” vem fazendo a nível nacional, já faz um ano que a gente faz parte de outro projeto nacional, dentro do jornal Estadão, que é o Estado de São Paulo. É a 99, que é a empresa de mobilidade e tecnologia [...]. Ela fez uma parceria com o jornal Estadão, e aí eles criaram um projeto chamado Expresso na Perifa [...]. Eles escolheram determinados locais do Brasil. Minas é um desses, se não me engano. Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Amazonas. Mapearam coletivos que estavam fazendo trabalho de comunicação popular e aí chegaram até o “Favela presente”. E aí há um ano a gente escreve para o Estadão, nada diferente do que a gente faz. É pautando as pautas da periferia, mas tendo agora um espaço muito maior nacional, numa mídia hegemônica e bem tradicional que é o Estadão. O que eu digo que se não fosse esse projeto da 99, a gente não teria oportunidade de escrever ali, que é um jornal bem assim, enfim (Edson, 2022).

O relato do comunicador evidencia as contradições que atravessam os coletivos de comunicação comunitária ao ingressarem em parcerias com empresas e veículos da mídia tradicional, como no projeto “Expresso na Perifa”, promovido pelo “Estadão” e pela empresa “99”. A fala revela um movimento entre a autonomia e dependência, no qual a inserção em espaços hegemônicos é vista simultaneamente como conquista e como limitação. Como observa Malerba (2014), a comunicação comunitária frequentemente se vê compelida a estabelecer alianças com o Estado e com o mercado para garantir sua sustentabilidade financeira e material, o que implica um risco constante de cooptação simbólica e deslocamento político. Ou seja, existe o risco de que se incorpore elementos simbólicos do Estado ou do mercado, ao ponto da identidade e propósito original da iniciativa serem modificados, assim como há risco de mudança do posicionamento ou da atuação política do grupo em função das alianças estabelecidas. Assim, na tentativa de garantir recursos ou apoio material, é possível que se perca o caráter de autonomia da iniciativa de comunicação comunitária quando a identidade representativa do grupo e suas prioridades frente aos interesses externos são modificadas.

No entanto, Edson, ao afirmar que o conteúdo produzido “nada diferente do que a gente faz”, tenta reivindicar sua autonomia discursiva e ética, reafirmando que a mediação com estruturas hegemônicas não elimina o compromisso com as lutas populares. Sob a ótica de Gramsci (2022), esse movimento configura, novamente, como um exercício concreto de disputa pela hegemonia cultural, em que o comunicador atua como intelectual orgânico que, a partir de dentro das estruturas de poder, busca reverter as dinâmicas de silenciamento impostas às periferias. Tais práticas e alianças, portanto, não são neutras: inserem-se em uma correlação de forças em que a amplificação das vozes dos sujeitos dos territórios populares é, ao mesmo tempo, forma de resistência e de controle. O discurso revela, então, um sujeito tensionado entre o ideal político da comunicação popular e as exigências práticas de sobrevivência num campo

marcado pela desigualdade de recursos e pela captura das narrativas subalternas (Baratta, 2011; Zaffaroni, 2010, 2012).

O comunicador se percebe, também, em meio à contradição da necessidade de amplificar o alcance das suas pautas através de veículos hegemônicos com alcance amplo, e o seu desejo de seguir representando os interesses da sua comunidade, e da coerência com os objetivos do “Favela presente”. A captura de iniciativas de comunicação comunitária pelo Estado e pela iniciativa privada representa um processo recorrente no campo da comunicação social, em especial, por parte dos líderes, na busca por sustentabilidade material e financeira desses coletivos. Por parte dos financiadores, por vezes, na tentativa de se apropriar e editar, à sua maneira, as pautas da comunicação comunitária (Malerba, 2014).

Algumas experiências em comunicação comunitária têm buscado alternativas de financiamento que promovam autonomia. Nesse sentido, a economia solidária, o crowdfunding e parcerias com organizações da sociedade civil e movimentos sociais têm aparecido como estratégias (Moscoso Teixeira; Jorge, 2021). Nesse sentido, Jorge, ao falar sobre o financiamento do “Perifa na rede Bahia”, reforça a dificuldade em relação à manutenção financeira, e apresenta uma estratégia que o grupo utiliza como forma de gerar sustentabilidade e mais autonomia ao coletivo: a criação de uma editora e de uma produtora próprias. Além disso, o grupo conta com a ajuda dos moradores, através de negociações e voluntariado, assim como a participação de editais públicos.

Como eu falei, a gente está hoje aqui, principalmente na Bahia, há dois anos sem esse suporte, né? Que a gente precisaria ter, porque a nossa sede, por exemplo, é uma sede alugada, então a gente tem uma despesa. Fixa aí que todos os recursos que a gente tenta captar, ao invés, é para pagar aluguel, energia, água, internet e essas iniciativas de atendimento jurídico. Serviços de ações são feitos com essas parcerias com esses profissionais, com essa rede. [...] Assim, a gente tem a consciência hoje que nós somos um dos pontos de referência na comunicação comunitária aqui na Bahia e dentro do Bairro da Luz, por si só, por estar dentro de um cenário de alta vulnerabilidade social. E, inclusive, o espaço que a gente está ocupando é o espaço, vamos dizer, cedido por um dos moradores que tem essa iniciativa, mas por também ser uma fonte de renda, a gente precisa dar esse retorno financeiro. Então, é um aluguel, vamos dizer, um aluguel social que a gente já ficou três meses sem conseguir pagar. A negociação, aquelas coisas que a gente já consegue fazer nos arranjos sociais que a gente vai construindo uma relação, mas a gente também sabe que há uma necessidade de diversas maneiras para a gente manter isso. Então, juridicamente, a gente tem todas as documentações possíveis para poder firmar parceria com a gestão municipal e estadual. Por conta justamente dessas ações que a gente vem fazendo ao longo desses anos para tentar respaldar justamente a nossa iniciativa. E tudo o que a gente tenta fazer, a gente joga na rede. A gente utiliza como pauta para, de alguma forma, isso ser uma prestação de contas também, né? Então, a gente tem um grupo de voluntários também, que são colaboradores, mas que não são produtores de conteúdo como eu, mas que são voluntários, né? Que vêm oferecer o serviço, que cuidam do espaço. É um espaço que a gente tem, algumas pessoas que cuidam disso, né? Então,

eu tenho uma função, mas eu preciso desse suporte até para que eu consiga aí fazer uma captação. De recursos para minhas defesas pessoais também e ao mesmo tempo tentar captar recursos para a gente se manter aqui. Então, a gente tenta vender livro também. A gente tem a produtora, né? O “Perifa na rede produções” (Jorge, 2022).

A fala do entrevistado evidencia o caráter precarizado das iniciativas de comunicação comunitária, e os constantes dilemas para garantir sua sustentabilidade financeira e institucional. A dependência de recursos para arcar com despesas cotidianas, como aluguel social, energia, água e internet, revela uma dinâmica de sobrevivência que limita o potencial emancipatório dessas práticas, as obrigando a direcionar parte significativa de suas energias para negociações informais e arranjos sociais que permitam a manutenção do espaço físico de atuação (Malerba, 2014). Essa situação é agravada pela insuficiência de suporte público e pela necessidade de responder às exigências legais para firmar parcerias institucionais, o que imprime uma lógica burocratizante na atuação das organizações de base, muitas vezes em detrimento da liberdade de ação e da autonomia editorial (Malerba, 2014).

No discurso, nota-se também a mobilização de uma rede voluntária que se apresenta como solução paliativa diante do déficit de apoio institucional, expressando tanto a força dos vínculos comunitários quanto a precarização das relações de trabalho. Ao adotar estratégias de prestação de contas públicas e a produção colaborativa, os coletivos de comunicação buscam legitimar suas ações e captar recursos junto à sociedade civil, ao mesmo tempo em que negociam com agentes públicos e privados para assegurar sua existência. Essa condição de permanente negociação revela um modelo de alianças pragmáticas que, embora necessário, coloca as organizações comunitárias diante ao dilema de conciliar sua missão original com as demandas externas impostas pelas fontes de financiamento (Gramsci, 2022; Malerba, 2014).

Na literatura, é possível analisar o exemplo do coletivo Voz das Comunidades, originado no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. O coletivo se tornou um empreendimento em comunicação. Alcançou uma rara combinação entre reconhecimento público e expansão institucional no campo da comunicação comunitária. Existem, porém, tensões inerentes a esse processo de crescimento, sobretudo no que diz respeito à sustentabilidade financeira e à autonomia política do coletivo. As autoras demonstram que o fortalecimento da credibilidade e a ampliação das parcerias com organizações filantrópicas e instituições privadas foram fundamentais para o ganho de escala, mas esse mesmo movimento implica riscos de institucionalização e dependência de capitais externos, que podem tensionar os princípios originais de horizontalidade e engajamento comunitário. Nesse sentido, o caso do Voz das Comunidades é um exemplo do paradoxo aqui discutido: para garantir sua continuidade e

capacidade de impacto, os coletivos de comunicação comunitária precisam adotar estratégias de gestão próximas às lógicas do mercado e das políticas de patrocínio, sem, contudo, perder o caráter insurgente e emancipador que fundamenta sua legitimidade social (Albrecht; Cipolla, 2023).

A questão do financiamento e da sustentabilidade dos coletivos de comunicação comunitária, além de escancarar o dilema das alianças, também pode nos levar a questionar, então, sobre a possibilidade de se tocar um projeto sem parcerias dessa natureza, que garantem alguma rentabilidade, mas que também podem gerar cooptação simbólica e deslocamento político. Sem suporte esse suporte financeiro, muitas vezes, a comunicação comunitária se torna trabalho não remunerado, levando os líderes e colaboradores dessas iniciativas a terem que escolher entre tocar um projeto não rentável, ou garantir seu sustento através de um outro trabalho, que demanda tempo e disposição. Por essa razão, muitas iniciativas em comunicação comunitária acabam minadas (Peruzzo, 2006).

Marcelo, por exemplo, em um trecho de sua entrevista, explicita que só pôde se dedicar da maneira que desejava a um dos projetos do “Papo do morro” quando foi demitido de seu emprego: “Em junho, suspenderam meu contrato de trabalho. Fiquei sem trabalhar, aí o salário foi lá pra baixo. Eu falei: putz...é, eu não vou ganhar dinheiro, mas eu vou conseguir me dedicar de forma mais integral à campanha” (Marcelo, 2021). Na mesma direção, Jorge reforça essa dificuldade, e evidencia a necessidade de se trabalhar com parcerias e em rede para manter o coletivo ativo.

A gente precisa adaptar recursos materiais e tal, então tem momentos que a gente precisa fazer um freelance, um trabalho fora, para conseguir pagar as contas, mas sem deixar que essa missão esmoreça. E é sempre um trabalho feito com muitas parcerias, muitas redes, e sozinho não dá pra gente fazer nada disso (Jorge, 2022).

As políticas públicas de comunicação comunitária no Brasil passaram por avanços importantes nas últimas décadas, sobretudo com a implementação de marcos regulatórios que ampliaram o acesso à comunicação e fortaleceram os coletivos locais. Destacam-se instrumentos como o Estatuto da Comunicação Comunitária, criado pelo Ministério da Cultura, e a regulamentação das rádios comunitárias garantida na Constituição Federal de 1988, com a promessa de promover a democratização dos meios de comunicação (Brasil, 2014). No entanto, apesar desses avanços normativos, os limites institucionais permanecem evidentes, sobretudo pela insuficiência de recursos financeiros destinados à promoção e sustentação de iniciativas comunitárias, além dos entraves burocráticos que dificultam a implementação de políticas de

apoio efetivas, especialmente em territórios precarizados (IPEA, 2025). Essas dificuldades desafiam a consolidação de uma política pública de comunicação que seja efetivamente autônoma.

As narrativas dos entrevistados, então, reforçam a discussão presente na literatura: frente à precarização e a falta de suporte financeiro, as iniciativas em comunicação comunitária precisam negociar permanentemente sua posição para não se transformar em um instrumento de legitimação do status quo. O desafio reside em manter uma postura crítica e mobilizadora, que preserve o compromisso com a justiça social e a ampliação dos espaços participativos, resistindo às pressões que podem levar à naturalização das estruturas de poder dominante (Peruzzo, 2002; Paiva, 2008). Ao longo da discussão das categorias de análise, nos depararemos algumas vezes com contradições dessa natureza.

As análises desenvolvidas neste eixo evidenciam que a comunicação comunitária, ao se constituir entre denúncias, resistências e alianças, opera em um campo marcado por tensões e contradições próprias da disputa hegemônica. As práticas comunicacionais analisadas revelam que a contra-hegemonia não se constrói fora das estruturas de poder, mas em permanente negociação com elas, por meio de mediações discursivas, alianças estratégicas e reapropriações simbólicas (Gramsci, 2022; Martín-Barbero, 2009). Sob a perspectiva dialógica, as vozes dos comunicadores comunitários expressam sujeitos atravessados por discursos hegemônicos, mas capazes de produzir deslocamentos de sentido e resistências simbólicas (Bakhtin, 1997, 2006, 2010), reafirmando a comunicação comunitária como espaço de formação de sujeitos políticos (Couldry, 2010).

8.3.2. Comunicação comunitária e pauperização urbana: denúncia, resistência e disputa de sentidos nas periferias

Este eixo analítico investiga a comunicação comunitária em contextos de pauperização urbana, compreendida não como condição natural ou conjuntural, mas como processo histórico e político de produção da desigualdade nas cidades capitalistas. A análise é orientada, sobretudo, pelas contribuições de Gramsci (2022) e Bakhtin (1997, 2006), que permitem compreender a pauperização também a partir das dimensões das relações de poder e de disputa de sentidos. Em diálogo com Wacquant (2009), Davis (2006), Maricato (2011) e Harvey (2014), examina-se como a precarização das condições de moradia, saneamento e infraestrutura opera como mecanismo de controle territorial e hierarquização social. Nesse cenário, a comunicação comunitária é analisada como prática discursiva e política que, ao denunciar a precariedade

urbana, disputa hegemonia, tensiona consensos e reivindica o direito à cidade (Lefebvre, 2001, Santos, 2014).

As iniciativas analisadas, além de abordarem os espaços periféricos hegemonicamente associados à violência e à criminalidade (Wacquant, 2009), em consonância com outros coletivos de comunicação das periferias, vêm utilizando seus veículos para tratar de outras dimensões da realidade local. Uma dessas principais dimensões diz respeito a problemas como a urbanização precária, a ausência de políticas públicas de habitação e a exposição a riscos ambientais e sanitários decorrentes do abandono estatal. A atuação desses coletivos acontece em um cenário marcado pela desresponsabilização progressiva do Estado neoliberal sobre as políticas de bem-estar social, resultando processos de autogestão da sobrevivência nas favelas (Davis, 2006; Maricato, 2011). Assim, enquanto o Estado se faz presente nas periferias na forma de repressão policial, se faz ausente em relação às políticas de bem-estar social. Nessa direção, a comunicação comunitária, ao narrar e denunciar a precariedade das condições de moradia e saneamento, não apenas documenta as consequências da desigualdade estrutural, mas também reivindica o direito à cidade, transformando o ato comunicativo em resistência à naturalização da pobreza e à segregação socioespacial (Lefebvre, 2001; Santos, 2014).

Assim como na análise da categoria anterior, o coletivo “Papo do morro” se destaca quando tratamos de denúncia. Enquanto os outros dois coletivos focam em retratar e apoiar ações para a melhoria de seus bairros, Marcelo faz inúmeras postagens que denunciam problemas de infraestrutura do bairro, cobrando o estado e as empresas responsáveis pela manutenção de serviços básicos como fornecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, e mobilidade urbana. As imagens 8, 9 e 10 apresentam algumas dessas postagens:

Imagem 8 – Postagem de “Papo do morro” sobre buraco na rua



Fonte: *Instagram* (2024)

Imagem 9 – Postagem de “Papo do morro” sobre lixo na rua



Fonte: *Instagram* (2024)

Imagem 10 – Postagem de “Papo do morro” sobre falta de distribuição de energia elétrica



Fonte: *Instagram* (2024)

A partir dessas três postagens, que representam diversas outras da mesma natureza, é possível analisar que Marcelo utiliza uma estratégia quando denuncia os problemas de infraestrutura de seu bairro: a marcação das redes sociais das instituições responsáveis. O participante, durante a entrevista, ressalta a importância de usar as redes sociais para escancarar esses problemas, gerando mobilização da população, e enfatizando as desigualdades e violações, que muitas vezes, segundo o entrevistado, são naturalizadas.

Quando eu falo que no Morro Bonito não tem saneamento, que a gente não tem acesso à lazer e cultura, quando a mobilidade urbana é afetada porque não tem linhas de ônibus como outras partes da cidade, a gente tá defendendo a nossa área, né? Isso é política, né? Então a ideia é fazer isso...e as vezes as pessoas que ajudaram em algum momento, ou ajudam, né? Não presencialmente...elas não tem muita disposição pra fazer esses enfrentamentos, né? Porque há um enfrentamento, né? Quando você defende interesses, quando você tá querendo chamar atenção da cidade, do prefeito, enfim, pras questões que a gente tem dificuldade, de problema, é sair um pouco da aceitação do problema. A gente sempre aceita o problema...ele sempre esteve aí, ninguém vai fazer nada. Mas incrivelmente eu descobri que quando a gente reclama, a gente usa a comunicação como uma ferramenta de dar visibilidade aos problemas, a gente consegue de alguma forma que o poder público note e muitas vezes resolva o problema. É um poder que as redes sociais deram pra gente, que não existia antes. Né? Antes cê tinha que encher um auditório com 200,300, 500 mil pessoas. Hoje a nossa rede social não é grande, mas assim, a gente tem no facebook 15 mil pessoas,

no instagram 12 mil pessoas. Só que as 12 mil, as 15 mil têm amigos, e acaba sendo uma onda que a gente consegue mobilizar as pessoas pra fazer os enfrentamentos (Marcelo, 2022).

A narrativa do participante rompe com o consenso de aceitação passiva da precariedade urbana, ao reconfigurar a denúncia em um ato que vai na contramão da naturalização da pobreza. Dessa forma, o material da entrevista e das redes sociais reforçam a ideia de que a comunicação comunitária pode ser instrumento de construção de contra-hegemonias, na medida em que desafia o monopólio dos sentidos produzidos pela mídia corporativa e pelas instituições do Estado (Moraes, 2010).

Essas práticas de denúncia não se limitam à exposição de problemas pontuais, mas constituem disputas de sentido sobre a própria produção da cidade. Ao tornar visíveis as ausências do Estado e interpelar publicamente instituições e empresas, os comunicadores comunitários deslocam a precariedade do campo da normalidade para o campo do conflito político, participando de uma guerra de posições em torno da definição legítima do urbano (Gramsci, 2022; Lefebvre, 2001).

Afinal, as representações hegemônicas da pobreza urbana costumam produzir sentidos que reduzem as desigualdades territoriais a simples falhas técnicas ou administrativas, apagando suas origens históricas e estruturais. O discurso dominante tende, então, a naturalizar a precariedade das periferias, narrando a problemática de forma individualizante, como resultado da desordem, da falta de planejamento ou da suposta incapacidade de autogestão, em vez de reconhecer os processos políticos e econômicos que a produzem. Essa perspectiva sustenta uma lógica de culpabilização dos sujeitos periféricos e legitima políticas urbanas seletivas e descontínuas, voltadas sobretudo para áreas centrais e de maior interesse eleitoral ou imobiliário (Rolnik, 2019; Perlman, 1977; Maricato, 2011). Dessa forma, a ausência de infraestrutura básica não decorre apenas de deficiências na gestão pública, mas expressam um modo de governar que territorializa a desigualdade, gerando cenários de abandono que deixam evidente a presença limitada do Estado. Nessa direção, Edson, em sua entrevista, deixa claro o seu incômodo com a ideia de que a carência está nos sujeitos, e não na ausência do Estado.

A gente não nega a existência das problemáticas que existem dentro do bairro, existe a falta de saneamento, existe a ausência do poder público, que aí a mídia insiste em chamar, é um termo que eu muito combato. E o termo muito que me deixa possesso da vida, que é o termo comunidades carentes. Porque quando se usa esse termo, parece que é um depósito de pobres lá naquele lugar afastado do grande centro. E aí eu costumo dizer que não. Essa carência, na verdade, é a ausência do poder público. E aí, com a ausência, seja da prefeitura, ou do governo do estado (Edson, 2022).

Para além da dimensão material da precariedade urbana, a pauperização também se manifesta na esfera simbólica, por meio das palavras, categorias e enquadramentos que produzem sentidos sobre os territórios periféricos e seus moradores. É nesse plano discursivo que a linguagem opera como tecnologia de poder, classificando, hierarquizando e naturalizando desigualdades. O termo “comunidades carentes”, amplamente empregado em discursos midiáticos, institucionais e até acadêmicos, constitui um signo ideológico que atua na produção e reprodução de sentidos sobre a pobreza. A partir de Bakhtin (2006), compreende-se que toda palavra é um campo de disputa, impregnada de valores e de intenções sociais. Assim, ao nomear determinados territórios como “carentes”, o discurso dominante imprime uma valoração negativa que individualiza a pobreza, deslocando-a das determinações estruturais e políticas para o plano moral e comportamental. O uso reiterado dessa denominação reforça a ideia de falta (de recursos, de cultura, de civilidade) que, de acordo com Wacquant (2009), sustenta as fronteiras simbólicas entre o “centro” e a “periferia”, legitimando práticas de tutela e controle sobre os grupos subalternizados.

Porém, como mencionado, a pauperização urbana deve ser compreendida não como um efeito secundário da desigualdade, mas como parte constitutiva das dinâmicas de acumulação e de controle territorial nas cidades periféricas do capitalismo. A carência de infraestrutura de saneamento, mobilidade e equipamentos públicos, opera como dispositivo material e simbólico de desigualdades, limitando o acesso a direitos e reforçando a hierarquização espacial (Harvey, 2014; Davis, 2006).

Defender, então, o direito ao saneamento, à mobilidade e ao acesso à cultura significa não apenas reivindicar políticas públicas, mas também disputar sentidos na esfera pública, deslocando o olhar estigmatizante e construindo uma narrativa própria dos moradores do território. Nesse sentido, as falas de Marcelo e Edson expressam uma prática gramsciana de disputa por hegemonia: ao visibilizar as desigualdades e interpelar o poder público, eles participam de um processo de produção de consciência política coletiva: aquilo que Gramsci (2022) denomina “guerra de posições”. As redes sociais, descritas por Marcelo como novo espaço de poder, ampliam o alcance dessas narrativas periféricas, permitindo que vozes subalternizadas produzam suas próprias representações sobre o território (Peruzzo, 2021).

Apesar de todos os entrelaces hegemônicos das novas tecnologias, relacionados a mercado, algoritmos e venda de dados, essa reapropriação tecnológica pode ser considerada como um movimento contra-hegemônico, pois subverte o uso das plataformas digitais, tradicionalmente dominadas por lógicas de mercado, para fins de mobilização popular e

reivindicação de direitos. As falas, portanto, materializam a dimensão crítica da comunicação popular, que transforma a denúncia cotidiana em ação política e reconfigura o lugar da favela na esfera pública (Peruzzo, 2021). Nessa outra postagem da imagem 11, por exemplo, Marcelo usa as redes sociais a partir de uma outra estratégia: fornecer contatos de utilidade pública, mobilizando a população a reclamar pela falta do fornecimento de água.

Imagem 11 – Postagem de “Papo do morro” sobre acesso à água potável



Fonte: *Instagram* (2024)

Edson, por outro lado, utiliza como estratégia chamar a atenção das mídias hegemônicas para conseguir um maior alcance de suas denúncias relacionadas a obras inacabadas e problemas de infraestrutura. Com esse direcionamento, o líder busca produzir mais impacto sobre a imagem da prefeitura.

A obra que era para durar seis meses, durou cinco anos, gente. A obra que começou em 2016, 2015 na verdade, ela foi entregue em 2020, nas vésperas da eleição. Uma obra que começou orçada em pouco menos de um milhão, se encerrou valendo quase três milhões de reais, de grana por recurso para a campanha. E aí eu trouxe para dentro do bairro todas as emissoras de TV. Eu acabei sendo referência. Eu criei a página. Para acompanhar, fazer um diário da obra. Mas as reportagens, as grandes matérias, eu vinculava no “Favela presente”. E as pessoas me procuravam, eu, disse então: bora trazer a imprensa, bora fazer uma matéria. Enfim, eu fiz dezenas de matérias e nenhuma incomodou o prefeito. Por incrível que pareça, a matéria que incomodou ele, isso às vésperas da eleição... Na rua tinha um grande buraco da obra das várias que ele começou, cavou, cavou e deixou lá. Então a gente teve a ideia de entrar nesse buraco, fizemos um bolo e batemos parabéns para o buraco do prefeito. E aí isso causou uma indignação enorme deles (Edson, 2022).

A decisão de Edson de acionar a mídia hegemônica para expor o descaso do poder público constitui uma tática de subversão discursiva, na medida em que utiliza os próprios instrumentos do sistema dominante para evidenciar suas contradições. Como afirma Certeau (2014), as táticas são práticas inventivas das classes subalternas que se infiltram nas brechas das estruturas de poder, reapropriando seus códigos e dispositivos de modo inesperado. Ao convocar as emissoras de TV, tradicionalmente mediadoras do olhar elitizado sobre a periferia, para noticiar a negligência municipal, o entrevistado transforma o campo midiático em terreno de disputa, tentando converter o olhar do outro em espaço de resistência. A tática, aqui, não é mera improvisação, mas uma forma de disputa por hegemonia, em que as narrativas periféricas reconfiguram o sentido político do urbano e reconstroem o imaginário sobre quem tem legitimidade para narrar a cidade.

O relato do entrevistado evidencia, então, como as práticas comunicacionais comunitárias podem se converter em atos de resistência simbólica e tática frente ao poder hegemônico e à instrumentalização político-eleitoral das obras públicas. Ao narrar o atraso e o superfaturamento da obra, Edson evidencia a lógica clientelista que estrutura a gestão urbana nas periferias, em que a infraestrutura deixa de ser um direito e passa a operar como moeda de troca política. A ação de “bater parabéns para o buraco do prefeito”, ao mesmo tempo lúdica e crítica, desloca o sentido da obra inacabada - de símbolo de abandono para signo de denúncia. O morador, então, reapropria o espaço de precariedade como espaço de fala, instaurando o que Bakhtin (1997, 2006) chamaria de contra enunciado, que responde ironicamente ao discurso oficial. Essa ironia popular rebaixa a autoridade do poder instituído e inverte temporariamente a hierarquia simbólica, afirmando a voz subalterna como produtora legítima de sentido.

A tática de Edson caminha nesse sentido, de utilizar a mídia tradicional, especialmente através do jornalismo em segurança pública, lançando mão da criatividade, da ironia, e dos contrastes. Muitas vezes, se aproveitando, inclusive, da linguagem que esses programas, por

vezes, sensacionalistas, constroem para chamar a atenção do público (Mendes, 2017). Nessa mesma direção, o entrevistado cita uma outra intervenção realizada para denunciar um problema de infraestrutura da localidade, em que organizou uma apresentação musical de jovens moradores do bairro em frente a um buraco que atrapalhava o cotidiano da população a bastante tempo.

Eu coloquei os garotos em frente à calçada da igreja que eu frequento, que é uma igreja católica. E bem na frente dessa rua, hoje a rua já é pavimentada, mas na época... tinha um buraco enorme, uma porta de lama muito grande. E aí eu disse, eu acho que é hora da gente chamar a imprensa [...]. E aí na época eu chamei três emissoras de televisão, chamei o jornal impresso que espremia e saía sangue. E foi isso. E aí as pessoas me indagavam: “Edson, por que você faz um projeto tão bonito com esses meninos tocando em frente a uma poça de lama? Sem sentido”. E aí eu digo, pois é, vocês não entenderam, mas eu explico: está aqui a apresentação no meio dessa lama imensa, desse buraco. A problemática da periferia que a gente vive no dia a dia do Tucupi, que não é só uma particularidade do Tucupi, mas um reflexo de vários bairros de Belém. Mas a gente dando a resposta que mediante essa problemática que está na nossa frente, literalmente, aqui estão os jovens potência da periferia (Edson, 2022).

A fala do participante evidencia uma prática discursiva em que a arte assume função política e comunicacional na disputa por sentidos sobre a periferia. Ao relatar a apresentação musical dos jovens “em frente à calçada”, diante “de um buraco enorme, uma poça de lama muito grande”, é construída uma cena marcada pelo contraste entre a beleza estética da arte e a precariedade daquele espaço urbano. Aquela performance musical se constitui, então, em um ato discursivo e político que transforma a arte em linguagem de denúncia e afirmação. Conforme Bakhtin (1997, 2006), todo enunciado é um ato responsável, que emerge da vida concreta e implica uma posição ética diante do mundo. Assim, ao fazer da arte o meio de expressão da precariedade, Edson produz uma forma de enunciação que traduz, em gesto sensível, a experiência histórica da desigualdade.

A performance musical pode ser compreendida também como é um discurso polifônico e dialógico, pois se constrói em diálogo com múltiplas vozes - as da mídia, do Estado e da comunidade. Como afirma Bakhtin (1997), o sentido nasce da interação entre vozes sociais em conflito. A música, aqui, dialoga com a lama: o som que emerge das periferias responde simbolicamente ao ruído da precariedade. O buraco e a lama, longe de serem meros símbolos de abandono, se tornam parte integrante da cena, produzindo uma tensão visual e simbólica que revela a desigualdade e, simultaneamente, a potência criadora dos sujeitos periféricos.

Nesse gesto, Edson, enquanto comunicador comunitário, mobiliza, mais uma vez, a tática pelas margens ao “chamar a imprensa”. Ele se apropria, estrategicamente, dos meios

hegemônicos, instrumentalizando-os para inverter a lógica do enquadramento: o que seria notícia de miséria torna-se cena de resistência (Certeau, 2014; Gramsci, 2022).

Jorge, por sua vez, descreve sua estratégia como o fazer da comunicação comunitária que possibilita que os sujeitos transformem suas ansiedades e tensões, decorrentes das violações de direitos em luta, trazendo à tona uma outra nuance da pauperização: a questão das moradias irregulares. A presença de ocupações irregulares nas favelas contribui para situações instabilidade habitacional, gerando efeitos emocionais negativos para os moradores, como ansiedade, medo e sofrimento psíquico diante da ameaça constante de remoção e do abandono pelo Estado (Porto, 2015).

Eu acredito que a gente tem muito a contribuir, principalmente nessa construção de contra narrativas, onde você tenta trabalhar justamente a autoestima das pessoas, porque, por exemplo, você mora em um bairro de periferia, já tem todo um estereótipo com as mídias hegemônicas. que tentam nos taxar com a escória da sociedade. Aqui, por exemplo, em Barra da Luz, a gente está em um dos pontos centrais. É um dos metros quadrados mais caros da Bahia. É a única favela em uma avenida que liga a rodoviária e o aeroporto. E é uma ocupação que já existe há 40 anos. Para vocês terem uma ideia sempre a gente tem cooptações da especulação imobiliária órgãos públicos para que esse espaço não fosse ocupado. Isso também gera, pelo menos, eu acredito que isso gera também uma questão emocional de saúde muito complicada, porque você fica em um estado de tensão muito ruim. É uma sensação desconfortável (Jorge, 2022).

Na fala de Jorge, a experiência da periferia é narrada como lugar de disputa simbólica e política, onde o discurso comunitário novamente se afirma como contra-narrativa à linguagem hegemônica que estigmatiza as favelas e naturaliza a desigualdade. Ao reivindicar o valor histórico e geográfico de Barra da Luz, o entrevistado rompe com a lógica da “carência” e da “irregularidade”, denunciando a seletividade da política urbana e a violência da especulação imobiliária (Maricato, 2011; Rolnik, 2019). Essa enunciação, então, se inscreve em uma relação dialógica de confronto entre vozes sociais, em que a palavra do morador periférico busca ressignificar os sentidos de pertencimento historicamente negados (Bakhtin, 1997). O ato de “construir contra-narrativas” é, portanto, mais do que uma ação comunicativa: é um gesto ético e político que contesta o monopólio discursivo das mídias hegemônicas e reinscreve a favela como sujeito de enunciação, não como objeto de tutela.

Essa disputa discursiva se entrelaça à dimensão afetiva e territorial da desigualdade urbana. Quando Jorge menciona o “estado de tensão” e o “desconforto” emocional vividos cotidianamente, ele revela os efeitos psicossociais de um espaço marcado pela incerteza, pela ameaça constante da remoção e pela estigmatização midiática. O déficit de infraestrutura e o

abandono estatal produzem uma geografia da precariedade que perpetua a pauperização e nega o direito à cidade (Lefebvre, 2001; Santos, 2008). Contudo, ao nomear e compartilhar essa vivência, Jorge transforma o sofrimento em discurso e o espaço em território político. Nesse movimento, a palavra periférica atua como prática de resistência, transformando o que era signo de marginalidade em afirmação de existência (Davis, 2006; Harvey, 2014).

A pauperização urbana, entretanto, não se expressa apenas nas paisagens materiais da cidade, mas também nos corpos, afetos e experiências cotidianas dos sujeitos que vivem nesses territórios. A precariedade da infraestrutura urbana produz efeitos diretos sobre a saúde física e mental das populações periféricas, configurando o que Bourdieu (1997a) denomina sofrimento social.

Os déficits de infraestrutura urbana, evidenciados pelas temáticas aqui abordadas pelos líderes coletivos, tais como obras inacabadas, moradias irregulares, falta de saneamento básico e fornecimento precário de água e energia, são fatores decisivos para o adoecimento das populações periféricas. Viver por longos períodos em ambientes precários em saneamento adequado e que dificultam o acesso a serviços essenciais está ligado ao aumento de doenças infecciosas, respiratórias e cardiovasculares, além de diminuir a expectativa e qualidade de vida (Buss; Pellegrini Filho, 2007; Heller, 1997).

O Estado, assim, aparece mais como um agente repressivo, através do controle policial e da criminalização da pobreza, do que como um provedor de políticas sociais. Essa contradição gera nos sujeitos que vivem nessas áreas sentimentos constantes de insegurança, ansiedade e abandono por parte das instituições (Wacquant, 2009). Essa realidade cotidiana, permeada por riscos, instabilidade e falta de direitos básicos, impacta não só a saúde física, mas também a saúde mental dos moradores, mostrando como as desigualdades materiais e simbólicas se traduzem em sofrimento social (Bourdieu, 1997a). O adoecimento, então, surge como consequência direta de um modelo político que naturaliza a precariedade.

A rua, nas favelas e periferias, é mais do que um simples espaço de passagem: é lugar de vida, de trocas e de sociabilidade cotidiana. Nela se constroem vínculos, se compartilham experiências e se produzem sentidos sobre o viver coletivo. É nos encontros e nas interações da vida cotidiana que as vozes se cruzam e se formam as identidades sociais. A rua, portanto, é também um espaço de enunciação e de reconhecimento mútuo. Quando esse espaço está degradado, o próprio fluxo da vida é interrompido. A dificuldade de circular atinge não apenas os sujeitos, mas também suas relações, limitando as conversas, as trocas e o sentimento de pertencimento. Trata-se de uma infraestrutura urbana que é também uma forma de linguagem: diz quem pode ocupar, permanecer e conviver (Bakhtin, 1997; Magnani, 2002). A seguir, o post

da “Papo do morro”, apresentado pela imagem 12, evidencia como espaços que poderiam ser de socialização são violados pelas paisagens da negligência do Estado.

Imagem 12 - Postagem de “Papo do morro” sobre lixo em local público



Fonte: *Instagram* (2024)

O último comentário, em que a moradora diz que “na zona sul tem 2 garis na mesma rua o dia todo” deixa clara a percepção em relação ao contraste que se observa entre a presença dos serviços públicos de saneamento em locais ricos da cidade e locais periféricos. Essa fala evidencia como a desigualdade urbana se manifesta também na distribuição seletiva dos serviços públicos e na forma como o Estado se faz presente nos territórios. Diante dessa negligência histórica, iniciativas de comunicação comunitária podem buscar articular soluções práticas para as demandas cotidianas, seja por meio de campanhas de limpeza, mutirões ou parcerias locais (Peruzzo, 2006, 2021).

Um exemplo dessa necessidade de mobilização coletiva frente ao descaso estatal é a realidade de insegurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19, que aprofundou as desigualdades existentes nos territórios periféricos, intensificando a pauperização urbana e

evidenciando, de forma ainda mais aguda, essa histórica ausência do Estado na oferta de políticas públicas de saúde, proteção social e segurança alimentar (Davis, 2006; Maricato, 2011). Diante do colapso dos serviços básicos e da impossibilidade dos moradores atuarem em seus serviços, em maioria, informais, Marcelo se viu compelido a assumir funções que extrapolavam a denúncia da precariedade urbana, passando a organizar redes de apoio e campanhas de doação de alimentos.

Em março, dia 20 de março começou o lockdown aqui no Rio. E aí isso gerou uma série de problemas, dentre esses problemas, as pessoas perderam o ganha pão. A maior parte das pessoas que moram no Morro Bonito trabalham na informalidade...trabalham em eventos, são camelô, enfim, fazem os seus corres na informalidade. E com a impossibilidade dessas pessoas de trabalharem, a possibilidade dessas pessoas de comer, ela se extinguiu. E aí no final do mês de Março de 2020 a gente decidiu criar uma campanha à partir da página “Papo do morro”. E aí...eu nunca tive uma campanha de doação...a gente trabalhava com comunicação, a gente não sabia que a gente conseguiria fazer alguma coisa...a gente falou: a gente tem que fazer alguma coisa porque as pessoas estão com fome, né?. E aí começamos uma campanha muito timidamente no final de março...a primeira entrega de alimentos que fizemos foram de 20 cestas básicas...ou seja, uma quantidade muito pequena diante da imensidão de pessoas que estavam passando necessidade naquela época. Só que com o tempo, as pessoas começaram a se engajar, porque as pessoas começaram a ver que de fato as pessoas estavam passando fome. Aí, nesse movimento de engajamento, as pessoas começaram a doar de todas as cidades, começaram a doar de outros bairros da zona sul, da Barra e tal e aí a gente conseguiu 10 segundos no RJTV, que é o MGTV daqui...né? Pra falar da campanha e botar meu telefone. E aí, a gente conseguiu atender mais gente cada vez mais. E aí indo pra segunda quinzena de abril, uma organização chamada Organização Mundial procurou a gente e falou que tinha uma parceria com a XP Investimentos...que a XP queria doar cestas básicas pra gente. Então eu falei: pô, ótimo, e aí a gente conseguiu cerca de 1100, 1200 cestas básicas durante 3 meses. Então a gente cadastrou, a gente subiu morro, dialogou com as pessoas. A gente foi em vários morros. Onde tava mapeado, a gente pegou a lista com o líder comunitário. Tinha algumas comunidades que o líder não estava nem aí, nessa onda de negacionismo. E aí a gente subiu, foi de porta em porta, de casa em casa, perguntando, né? Qual era as necessidades das pessoas. [...] E as pessoas estavam com fome, e precisava de alguém que movimentasse isso, né? (Marcelo, 2022)

A fala de Marcelo mostra como, durante o lockdown de março de 2020 no Rio de Janeiro, as ações de caridade surgiram como resposta imediata ao abandono estatal, especialmente em territórios onde a informalidade é a principal forma de sobrevivência. A campanha de doação de alimentos, organizada por meio do coletivo, revela tanto a urgência da solidariedade diante da fome quanto os limites dessas práticas, que aliviam os efeitos da desigualdade, mas não transformam suas causas estruturais. Gramsci (2022) ajuda a entender esse movimento ao apontar que a caridade, muitas vezes, atua na manutenção do *status quo*, mesmo quando nasce de boas intenções. Ao mesmo tempo, a fala evidencia a força comunicativa desses espaços populares, capazes de criar sentido coletivo, engajamento e ação a partir da escuta e do diálogo com a comunidade. Trata-se de uma prática dialógica, marcada

pela construção compartilhada dos sentidos e pela escuta das demandas concretas da comunidade. Isso se aproxima também da ideia de polifonia em Bakhtin (1997), em que diferentes vozes e perspectivas constroem o discurso social. Aqui, ficam marcadas, por exemplo, as vozes da necessidade, da solidariedade coletiva, do conflito do negacionismo, da voz institucional e midiática (trazendo autoridade e legitimação social), e do Estado através de seu silêncio negligenciador. O discurso de Marcelo não é, portanto, apenas um testemunho individual, mas um espaço de enunciação compartilhada, onde se escutam as contradições entre fome e solidariedade, autonomia e dependência, periferia e instituições hegemônicas. Trata-se da coexistência de discursos sociais em tensão, que constroem sentidos coletivos sem jamais se fundirem numa voz única.

Mesmo diante de condições adversas, o relato evidencia a capacidade de organização coletiva e de criação de redes de solidariedade que extrapolam a lógica assistencial. Quando moradores se mobilizam para mapear necessidades, articular lideranças e criar respostas locais, há aí um exercício político importante, que tensiona a fronteira entre caridade e direito. Essas práticas podem produzir aprendizados coletivos e fortalecer uma consciência crítica sobre as desigualdades, compondo o que Gramsci (2022) chama de formação de hegemonia popular. Como observa Peruzzo (2006), a comunicação comunitária tem papel central nesse processo, porque não atua simplesmente como amenizadora da ausência do Estado, mas também cria laços de pertencimento, solidariedade e resistência, que são elementos essenciais para sustentar a vida nas periferias e disputar sentidos.

No entanto, essa tentativa de oferecer respostas imediatas às carências do território pode levar à necessidade de firmar alianças com a iniciativa privada ou com a própria gestão pública, o que, como já discutimos, tensiona a autonomia política e discursiva desses coletivos. No caso de Marcelo, as parcerias com a empresa de investimentos e a mídia hegemônica foram fundamentais para ampliar o alcance da campanha e garantir recursos em um contexto de emergência. Porém, se por um lado, tais parcerias ampliam o alcance e os recursos disponíveis, por outro, podem gerar dependência institucional e comprometer a capacidade crítica frente às estruturas que produzem a desigualdade (Peruzzo, 2006). Nesse sentido, é importante mencionar a aliança que Edson, através do coletivo, firma com uma iniciativa de uma empresa privada com o governo do Pará na tentativa de suprir a ausência das políticas públicas de qualidade.

A empresa [...] comprou um terreno, o governo desapropriou um terreno, era um terreno que funcionava uma rádio e tal, e quando chovia, esse terreno ficava encharcado. A Vale não teve o que fazer, não digo a Vale, mas a empresa que ela contratou, mas ela era ciente, porque tinha uma engenheira dentro da obra amando da Vale. Aí despejaram um tubo na rua ao lado. Aí você imagina que aqui quase não chove, né? Quando não chove todo dia, chove o dia todo. E aí teve uma dessas chuvas que começou por volta de 11 da noite e foi até 1 da manhã. Esse terreno ficou encharcado. Cheio de água. E os tubos despejaram a água na rua ao lado. E as casas tudo foram pro fundo. [...] E aí adivinha quem eles chamaram pra reportar o problema? O “Favela presente”. Eu me vi numa sinuca de bico tão grande, porque eu sou um parceiro do programa, [...] não sou contratado, mas a gente tem uma parceria muito grande. Olha essa cagada. Mas a gente não pode deixar de noticiar. Se não a gente não está sendo uma mídia independente, imparcial. A gente não está fazendo papel comunitário. Eu digo, vamos lá, seja o que Deus quiser. A gente divulgou o problema, deu uma desgastada na relação. [...] Eu fiz o papel de comunicação de ouvir a problemática. Tanto prova que eles não chamaram a imprensa tradicional, a televisão, chamaram a gente. E a gente fez um burburinho grande. Na época, o responsável pelas obras veio até o local, a Vale rápido tirou o tubo. Deu um jeito lá, cavou na rua, meteu tudo pro outro lado. Os moradores ganharam o cheque moradia. [...] Depois eu tive que ouvir também a parte do governo. Aí teve o diretor que falou na nossa página, deu uma amenizada nos ânimos, amenizou os ânimos. Umas provas que a gente ouvia o lado de quem foi impactado pela obra, mas não deixou de ouvir também o lado de quem estava se propondo a dar uma solução. Esse é um caso bem emblemático que sempre eu trago para reflexão (Edson, 2022).

O relato de Edson revela a complexa trama de contradições que envolve a atuação da comunicação comunitária quando ela transita entre o campo popular e as estruturas de poder econômico e político. A narrativa parte de um princípio ético: “a gente não pode deixar de noticiar”. Essa afirmação expressa o compromisso com a transparência e a autonomia da comunicação popular, que, segundo Peruzzo (2006), se orienta pelo interesse coletivo e pela defesa do território. No entanto, o próprio desenrolar do episódio mostra como essa autonomia é permanentemente tensionada por vínculos institucionais e afetivos que podem comprometer a força crítica da ação comunicativa.

Ao afirmar que a cobertura “deu uma desgastada na relação”, Edson reconhece que a denúncia teve um custo político. A decisão de “ouvir também a parte do governo” e de publicar falas que “amenizaram os ânimos” representa, por um lado, uma tentativa de manter o diálogo aberto e preservar o espaço de interlocução. No entanto, quando o líder afirma que “teve que ouvir também a parte do governo” e que o diretor “amenizou os ânimos”, o discurso se desloca: o gesto de diálogo se transforma em mediação conciliatória, que reduz o potencial de conflito e enfraquece a denúncia. Essa tentativa de apaziguamento, embora revestida de imparcialidade, pode ser lida como mecanismo em que a hegemonia absorve, reinterpreta e desmobiliza as resistências, justamente para manter o consenso e impedir a ruptura. Afinal, a hegemonia se

sustenta não apenas pela coerção, mas pela capacidade de incorporar e reconfigurar o discurso dos grupos subalternos dentro de uma ordem consensual (Gramsci, 2022).

Nesse sentido, é importante trazermos o que Gramsci conceituou como transformismo. O transformismo, segundo Gramsci (2022), é o processo pelo qual as classes dominantes absorvem elementos das classes subalternas (suas lideranças, pautas e linguagens) para esvaziar seu conteúdo transformador e restabelecer o consenso. No caso narrado, o gesto de amenizar o conflito e reintroduzir a voz institucional pode ser lido como um momento desse movimento: a crítica popular, inicialmente é reabsorvida no campo discursivo da conciliação. O conflito, que poderia ampliar a visibilidade da desigualdade e do descaso com o território, é transformado em diálogo administrável.

Trata-se da materialização de um processo de cooptação simbólica, em que a voz comunitária se vê obrigada a negociar seu tom para manter espaço dentro do sistema. Esse movimento expressa um embate entre vozes sociais, pois a linguagem é sempre um campo de disputa entre enunciadores situados em posições de poder desiguais. A necessidade de moderar o discurso, portanto, não é apenas uma escolha estratégica, mas um sintoma das hierarquias inscritas nas trocas comunicativas: certas formas de dizer são legitimadas, enquanto outras são desautorizadas. O comunicador comunitário, enquanto sujeito político, se movimenta nesse espaço tenso entre resistência e consentimento, entre a preservação de sua voz e a adequação às normas do discurso dominante (Bakhtin, 1997).

Ainda que a fala de Edson expresse uma ética de promover o diálogo, o resultado prático da resolução rápida do problema e a concessão de “cheques moradia” mostra como a comunicação comunitária pode acabar operando como válvula de contenção de conflitos. A mediação feita pelo coletivo mobiliza o reconhecimento público, mas também ajuda a restaurar a legitimidade da empresa e do governo diante da comunidade. Essa ambiguidade é o ponto central da contradição entre consentimento e resistência: o mesmo ato que denuncia também pacifica, o mesmo discurso que amplifica a voz também silencia (Gramsci, 2022).

Para Gramsci (2022), a hegemonia nunca é um domínio absoluto, mas um processo de constante negociação entre consentimento e resistência. Os sujeitos subalternizados não aceitam passivamente a direção das classes hegemônicas; ao contrário, seu consentimento é sempre parcial e tensionado, nascido de disputas e contradições. Mesmo quando há adesão aparente à ordem vigente, permanecem formas latentes de resistência que revelam o caráter instável do consenso. É justamente essa instabilidade que obriga o poder a reorganizar continuamente sua legitimidade, incorporando e neutralizando críticas através do transformismo. Assim, a hegemonia se sustenta não pela eliminação do conflito, mas pela sua

administração e absorção, transformando a resistência em elemento funcional à manutenção da ordem.

Assim, a experiência relatada é exemplar das tensões que atravessam a comunicação popular em contextos de dependência estrutural. Como afirma Peruzzo (2006), esses projetos não existem fora do sistema, mas nas suas frestas, negociando permanentemente sua sobrevivência e sua integridade política. Ao mesmo tempo em que a mídia comunitária desestabiliza o monopólio informativo das elites, ela também é forçada a negociar com as mesmas estruturas que combate. Essa tensão é o que torna sua prática politicamente complexa na luta por autonomia comunicacional nas periferias.

Por fim, a análise das práticas comunicacionais desenvolvidas pelos coletivos evidencia a complexa articulação entre resistência e consentimento que estrutura a atuação da comunicação comunitária em contextos de desigualdade urbana. A partir das falas e postagens de Marcelo, Edson e Jorge, observa-se que a denúncia cotidiana da precariedade e o uso estratégico das redes sociais configuram uma disputa pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Santos, 2014), na qual os sujeitos periféricos produzem contra-narrativas capazes de tensionar a naturalização da pobreza e o monopólio discursivo das mídias hegemônicas (Moraes, 2010; Peruzzo, 2021).

Contudo, como indica Gramsci (2022), essa disputa ocorre em campo instável, permeado pelas forças do transformismo, que buscam absorver e neutralizar o potencial crítico das vozes subalternas. A comunicação popular, nesse sentido, emerge como prática contraditória e dialógica, marcada pela resistência à desresponsabilização do Estado neoliberal (Davis, 2006; Maricato, 2011) e pela necessidade de negociação com as estruturas de poder que sustentam a hegemonia. Assim, a comunicação comunitária pode ser compreendida como prática política situada nas fronteiras da hegemonia: ora desafiando, ora sendo tensionada por ela, produzindo, nas brechas do sistema, sentidos insurgentes que constroem a possibilidade de resistência a partir da própria periferia.

As análises desenvolvidas neste eixo evidenciam que a comunicação comunitária, em contextos de pauperização urbana, se constitui como prática política atravessada por contradições, situada entre resistência e consentimento. À luz de Gramsci (2022), observa-se que as ações de denúncia, mobilização e articulação de alianças integram uma disputa hegemônica marcada por negociações permanentes. Sob a perspectiva bakhtiniana (Bakhtin, 1997, 2006), essas práticas comunicacionais revelam a natureza dialógica do discurso, em que múltiplas vozes sociais - do Estado, do mercado, da mídia e da periferia - entram em confronto na produção dos sentidos sobre a cidade. Assim, a comunicação comunitária emerge como

espaço de enunciação insurgente, capaz de tensionar a naturalização da pobreza, disputar o direito à cidade (Lefebvre, 2001; Santos, 2014) e produzir sentidos contra-hegemônicos nas brechas da ordem urbana capitalista (Davis, 2006; Maricato, 2011).

8.3.3. Comunicação comunitária como prática de resistência: contra-narrativas artísticas, formação política e educação

As práticas analisadas ao longo deste eixo permitem compreender a comunicação comunitária como uma práxis que articula arte, formação política e organização territorial, operando simultaneamente no plano simbólico e material. Ao mobilizar linguagens artísticas, ocupações do espaço público, processos formativos e estratégias comunicacionais híbridas, os coletivos produzem uma disputa de sentidos que se organiza de forma dialógica, na qual diferentes vozes socialmente situadas se confrontam, se respondem e se transformam mutuamente (Bakhtin, 1997). Nesse processo, a comunicação comunitária atua como ação contra-hegemônica, voltada à construção de consensos alternativos a partir das classes subalternas (Gramsci, 2004, 2022). Trata-se de um fazer comunicacional que não apenas responde às violências estruturais, mas cria condições para que sujeitos historicamente silenciados se reconheçam como produtores legítimos de cultura, conhecimento e ação política, reafirmando a periferia como centro de enunciação (Martín-Barbero, 2009; Peruzzo, 2021).

8.3.3.1. “Uma grande quantidade de pessoas está tão estressada pelo cotidiano [...] que perdem a capacidade de refletirem sobre o cotidiano delas”

A partir do trabalho desenvolvido pelos três coletivos analisados, é possível reconhecer um conjunto de práticas que são tecidas como formas de resistência e de produção de contra-narrativas. Se, nas categorias anteriores, os destaques foram as disputas de narrativas sobre a violência e a pauperização, aqui, outro movimento é evidenciado: o de como, mesmo diante de condições marcadas por desigualdades históricas, os coletivos são capazes de construir estratégias políticas, comunicacionais e formativas capazes de tensionar sentidos, amplificar vozes e afirmar a existência e a identidade dos sujeitos periféricos.

Um primeiro aspecto diz respeito ao lugar da arte nas práticas desses grupos. A arte não aparece apenas como tema de divulgação, mas como um projeto político, entendido como parte das práticas culturais que estruturam modos de vida e expressam conflitos sociais (Williams, 1979). Ao produzir e circular arte, os coletivos reorganizam percepções e sensibilidades, se

aproximando da compreensão de que as formas estéticas podem romper com percepções hegemônicas e abrir fissuras na ordem dominante (Benjamin, 2012, 2021).

Nessas experiências, a criação e divulgação artística deixa de ser uma atividade acessória e se converte em espaço de disputa simbólica, no qual moradores passam a se afirmar como sujeitos produtores de cultura, memória e crítica social. Assim, as práticas culturais periféricas podem reconfigurar o lugar da periferia na cidade, produzindo narrativas capazes de confrontar estigmas e ampliar as vozes historicamente marginalizadas. Os coletivos constroem, então, através da arte, sentidos que tensionam representações que costumam reduzir esses territórios à carência, à violência ou à ausência (Nascimento, 2012). No grupo da rede social da “Perifa na rede Bahia”, Jorge compartilha uma série de eventos relacionados à arte que, por vezes, acontecem em parceria com o coletivo. A imagem 14 apresenta um exemplo desse tipo de postagem.

Imagem 14 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre divulgação de evento cultural



Fonte: Facebook (2024)

A publicação que divulga o “Slam da Resistência” evidencia como coletivos de comunicação comunitária mobilizam a arte como instrumento de enfrentamento às formas de dominação simbólica que historicamente relegam às periferias a posições subalternizadas na produção e circulação do sentido. O “slam” é uma disputa de poesia falada. As pessoas se reúnem, geralmente em espaços públicos, e sobem ao palco para recitar um poema autoral em voz alta, utilizando a voz, o corpo e a performance como formas de expressão. O chamado para a batalha poética materializa um gesto de reocupação do espaço público e de reposicionamento da fala, tensionando aquilo que Bakhtin (1997, 2006) descreve como o embate estrutural entre vozes desigualmente autorizadas.

A imagem escolhida para a divulgação do evento representa um símbolo de enfrentamento por meio dos punhos cerrados, gesto que, de acordo com Fanon (2008), expressa a passagem do corpo subalternizado para o corpo insurgente, evidenciando a recusa da ordem dominante e a afirmação da ação coletiva. Nesse sentido, os punhos erguidos são um signo de mobilização e denúncia, reforçando o caráter político das práticas culturais periféricas. Além disso, o tridente estilizado segurado pelos punhos cerrados aproxima-se do imaginário ligado a “Exu” - entidade presente em religiões de matriz africana e cosmologias afro-diaspóricas associada à comunicação, mediação, às encruzilhadas e à potência de transformação. No discurso visual, essa imagem pode representar, então, uma metáfora de disputa por sentidos, transformação e resistência (Prandi, 2001). Essa combinação de gestos e símbolos produz o que Leda Martins (1997) identifica como dramaturgia de memória afro-brasileira, na qual signos corporais e estéticos reinscrevem resistência, pertencimento e reivindicação de presença nos territórios onde se articulam práticas como o “slam”.

A arte do “slam” é uma prática estética e política fundada na oralidade, e na corporificação da experiência, e possibilita que sujeitos socialmente silenciados convertam vivências marcadas pela desigualdade em enunciados críticos capazes de disputar narrativas na cidade. Ao enraizar-se nas periferias, o “slam” atua como forma de produção cultural insurgente, articulando disputa performática, memória coletiva e denúncia das estruturas que produzem a pauperização urbana e o racismo (Estrela D’Alva, 2014). Esse caráter insurgente aproxima-se da politização da arte proposta por Benjamin (2012), ao deslocar a criação estética para um gesto de intervenção social.

Nessa direção, comunicar, circular e apoiar a arte não é apenas divulgação: é a produção de uma contra-esfera pública através das culturas emergentes, pois reafirma práticas comunitárias de resistência simbólica frente à hegemonia que naturaliza a desigualdade como ordem permanente (Williams, 1979). As ações do coletivo também incluem a divulgação e

apoio a eventos musicais, como, por exemplo, projetos relacionados a encontros percussivos e artistas independentes representadas nas imagens 15 e 16.

Imagem 15 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre divulgação de evento cultural



Fonte: *Facebook* (2024)

Imagem 16 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre divulgação de evento cultural



Fonte: Facebook (2024)

A divulgação de ações como o *Encontro Percussivo do Bairro da Luz*, na imagem 15, reforça o papel da música enquanto prática cultural e meio de organização popular. Nas imagens, a disposição dos músicos com os instrumentos no espaço público pode caracterizar a dimensão material e cotidiana da cultura, em que grupos subalternizados produzem formas próprias de sociabilidade e expressão (Williams, 1979). O gesto de reunir crianças, jovens e adultos negros em torno da percussão instala uma cena de protagonismo territorial, deslocando a favela da posição de silêncio social para a condição de produtora de cultura. As musicalidades de base rítmica, enraizadas em matrizes afro-diaspóricas, carregam memórias coletivas e funcionam como instrumentos de resistência frente à homogeneização cultural imposta pelo mercado (Kubik, 1999).

As iniciativas voltadas para artistas independentes, como o *Sons do Subúrbio*, na imagem 16, reforçam a ideia de que a produção musical periférica é um espaço legítimo de criação e intervenção simbólica. Ao anunciar inscrições gratuitas e ações de fomento, o discurso do coletivo afirma que esses artistas não apenas produzem música, mas também reorganizam modos de percepção e participação na cidade. De acordo com Benjamin (2012), a arte ganha força política quando se desloca dos circuitos tradicionais e passa a operar como experiência compartilhada, ampliando as possibilidades de crítica e transformação social. Dessa maneira, o coletivo atua como mediador de novas formas de visibilidade e circulação, fortalecendo redes

comunitárias de criação e consolidando uma esfera pública popular sustentada pela inventividade cotidiana e pela resistência. Nesse mesmo sentido, a experiência do projeto “Esquinas sonoras”, narrada por Edson, e destacada em várias postagens nas redes sociais do coletivo, como a representada pela imagem 17, evidencia como práticas artísticas independentes podem reconfigurar a vida cotidiana em territórios marcados pela precarização urbana.

O que era o “Esquinas sonoras”? A gente fez uma parceria com a Escola de Música do bairro, que nós fomos alunos, e identificamos grupos que tinham lá, o grupo de violão, [...] o grupo de flauta, o grupo de flauta doce. E nós começamos a levar a apresentação para as esquinas do bairro do Tucupi, por isso “Esquinas sonoras”. E aí porventura era uma esquina que um dia anterior poderia ter tido um assalto, um assassinato, ou uma esquina que a precariedade é enorme (Edson, 2022).

Imagem 17 – Postagem de “Favela presente” sobre seu projeto musical



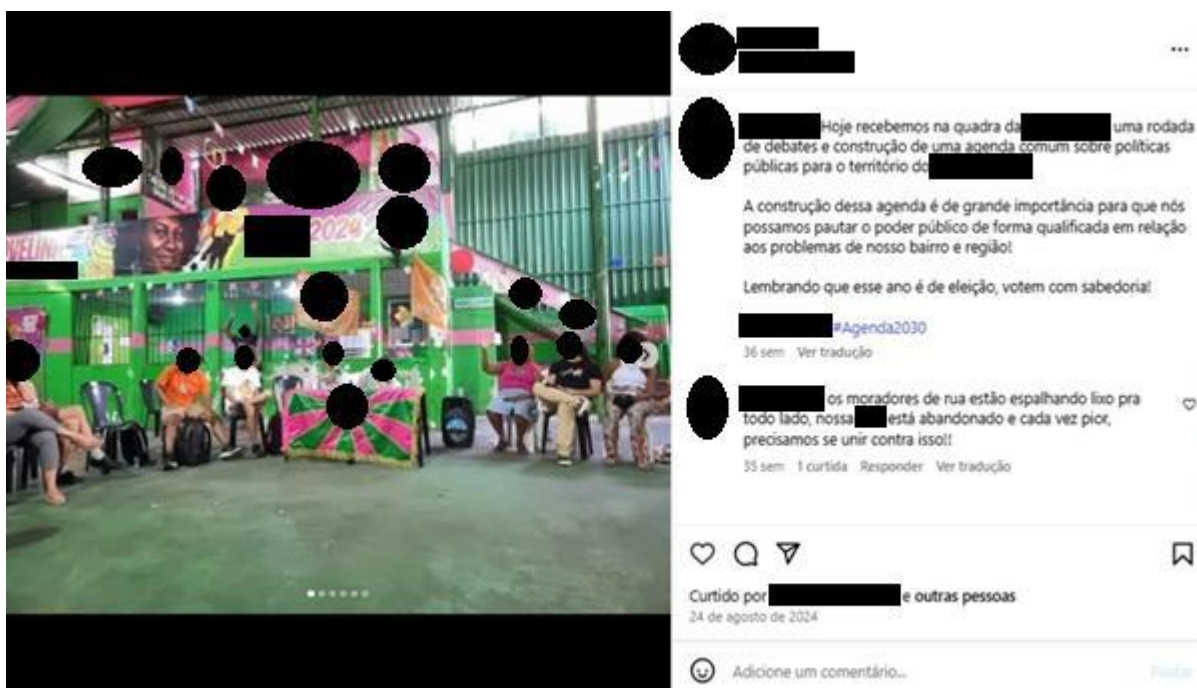
Fonte: *Instagram* (2024)

Ao deslocar grupos instrumentais da Escola de Música para as esquinas do Tucupi (espaços frequentemente associados a episódios de violência ou à ausência estrutural do Estado), o coletivo produz o que Benjamin (2012) identifica como uma ruptura sensível na temporalidade ordinária da cidade, capaz de interferir, ainda que momentaneamente, no fluxo habitual da vida urbana. Essa intervenção estética também atua no campo das relações sociais: ao ocupar a rua com práticas culturais, os músicos instauram um diálogo vivo entre diferentes

vozes do território, o que é parte da natureza dialógica da vida social, onde sentidos são disputados e renegociados (Bakhtin, 1997).

Nesse movimento, a presença coletiva no espaço público simboliza um gesto de afirmação comunitária. Fanon (2008), por exemplo, associa esses gestos aos processos de reconstrução da dignidade em contextos de opressão. Assim, para além de uma apresentação artística, o projeto é uma prática de ressignificação territorial que tensiona estigmas e reivindica novos modos de existir na cidade. Através da publicação de Marcelo, na imagem 18, é possível observar outra forma interessante de reconfigurar os espaços do território.

Imagem 18 – Postagem de “Papo do morro” sobre reunião para construção de agenda



Fonte: *Instagram* (2024)

A publicação evidencia como a quadra da escola de samba, tradicionalmente reconhecida como espaço de expressão estética, sociabilidade popular e elaboração simbólica das periferias é ressignificada como arena de deliberação política. Ao afirmar que a reunião visa “construir uma agenda comum sobre políticas públicas para o território”, Marcelo desloca o sentido hegemônico de lazer e festividade associado às quadras, reinscrevendo-as também como lugares de organização comunitária. A quadra, aqui, torna-se signo onde o cultural e o político se entrelaçam (Bakhtin, 1997). Além disso, ao mobilizar uma linguagem orientada para

a coletividade: “agenda comum”, “pautar o poder público”, “qualificada em relação aos problemas do nosso bairro”, o post constrói um sentido coletivo que, de acordo com Benjamin (2012), sustenta formas de participação capazes de tensionar as estruturas que reproduzem a desigualdade urbana. Dessa forma, a quadra torna-se mais que cenário, pois, converte-se em território de resistência pela mobilização política, reforçando a articulação entre práticas culturais e ação coletiva na disputa pelo direito à cidade.

Nesse sentido, a mobilização e a organização política são aspectos que também balizam a atuação dos coletivos, que tecem articulações e parcerias dentro e fora da comunidade. Os líderes não operam de forma isolada: criam redes, se conectam aos moradores e a iniciativas locais e nacionais. Essas articulações ampliam o alcance das ações, garantem circulação das narrativas periféricas em outros espaços públicos e reforçam um projeto de comunicação coletiva e colaborativa, em que a resistência se produz em rede. Marcelo destaca a importância de criar ações a partir de estratégias que mobilizem politicamente os moradores, que muitas vezes são paralisados pela rotina exaustiva de trabalho e de compromissos.

Infelizmente uma grande quantidade de pessoas está tão estressada pelo cotidiano maçante que tem que trabalhar, que tem que ganhar dinheiro, que tem que se alimentar, que tem que tomar conta dos filhos, fazer isso ou aquilo, que as pessoas perdem a capacidade de refletirem sobre o cotidiano delas...e acabam naturalizando o que não é naturalizável...né? A violência policial, os problemas de infra-estrutura, né? Nessas pessoas a gente não consegue chegar virtualmente. Muitas vezes essas pessoas não sabem nem usar um celular...são trabalhadores e trabalhadoras. E aí a gente tenta chegar presencialmente, e conversando com as lideranças, visitando as comunidades, indo até as pessoas...só que aí não tem muita gente ajudando[...]. Estamos sempre tentando usar as redes sociais e grupos de whatsapp. Esqueci de falar isso: o “Papo do morro” tem grupos de whatsapp também. A gente tem 3 ou 4 grupos, boa parte deles lotado, porque é um canal que a gente sabe que é rápido [...]. A gente bota rapidinho lá, e a informação ela se multiplica em uma velocidade incrível, né? Incrível...Então é uma outra ferramenta que eu utilizo além do Instagram e do Facebook para me comunicar com as pessoas (Marcelo, 2022).

O relato do comunicador evidencia o processo de alienação forjada pelas necessidades capitalistas de sobrevivência analisado por Karl Marx (2013). Ao afirmar que “as pessoas perdem a capacidade de refletirem sobre o cotidiano delas” e que “acabam naturalizando o que não é naturalizável”, o entrevistado aponta para a forma como o trabalho, sob condições de exploração e necessidade, conduz o sujeito à perda de consciência crítica sobre a própria realidade. Inserido nas dinâmicas capitalistas, o trabalhador se torna “um ser estranho a si mesmo”, pois o trabalho deixa de ser uma expressão da vida para se converter em mero meio de sobrevivência. Essa alienação não é apenas econômica, mas também ideológica, pois

naturaliza as relações de dominação e oculta as contradições sociais (Marx, 2013; Marx; Engels, 2007). Marcelo identifica esse movimento de reificação das condições de vida, em que a violência e a precariedade urbana são percebidas como inevitáveis. Trata-se, portanto, de uma crítica à forma como a estrutura material da sociedade condiciona a consciência, restringindo a possibilidade de resistência das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, o participante evidencia como a mobilização política em territórios periféricos exige o uso articulado de diferentes estratégias comunicacionais, especialmente diante das barreiras impostas pela alienação cotidiana. Marcelo menciona dois modos de mobilização: a atuação digital, que não atinge parte dos moradores mais precarizados, e a prática territorializada, sustentada pelo contato direto, pelas visitas e pelo diálogo com lideranças comunitárias. Essa ênfase no “ir até as pessoas” reforça uma relação de proximidade, que se relaciona com o conceito freireano de diálogo como prática política, no qual a transformação social depende da escuta, da presença e da construção conjunta do conhecimento (Freire, 1987).

Ao mesmo tempo, quando Marcelo descreve os grupos de *WhatsApp* como canais de comunicação que “multiplicam a informação em uma velocidade incrível”, ele reconhece o potencial tático das mídias digitais na circulação rápida de conteúdos e na mobilização comunitária. Essa apropriação popular das tecnologias trata-se do deslocamento das práticas políticas para dinâmicas comunicacionais híbridas, onde os meios são reapropriados a partir das necessidades e das experiências dos sujeitos (Barbero, 2009). Peruzzo (2021) enfatiza a combinação entre práticas presenciais e digitais como forma de fortalecer redes de solidariedade, ampliar a participação e disputar sentidos no território. Assim, mesmo diante das barreiras impostas pela alienação e pela desigualdade de acesso às tecnologias, Marcelo, então, evidencia que a mobilização política depende dessa mistura de estratégias, que unem presença física, diálogo comunitário ao uso tático das redes sociais no sentido de romper com a naturalização da violência e fortalecer a consciência crítica. Na sequência de postagens a seguir (imagens 19, 20 e 21), de Marcelo e Jorge, podemos observar estratégias no sentido de mobilizar a população para conhecer candidatos às eleições e seus projetos.

Imagem 19 – Postagem de “Papo do morro” sobre os vereadores eleitos



Fonte: *Instagram* (2024)

Imagem 20 – Postagem de “Papo do morro” sobre as eleições



Fonte: *Instagram* (2024)

Imagem 21 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre encontro com candidatos à prefeitura



Fonte: Facebook (2024)

Os três posts analisados constroem um discurso centrado na necessidade de uma participação eleitoral mais consciente por parte dos moradores de territórios populares. Na imagem 19, ao listar vereadores eleitos e afirmar “Vamos cobrar!”, a publicação transforma informação em convocação, reforçando a ideia de que o voto precede uma relação ativa de fiscalização. Trata-se, então de um movimento de comunicação participativa, em que se busca que os sujeitos participem ativamente da produção, decisão e gestão, na direção da conscientização e da mobilização (Peruzzo, 2021). Já na imagem 20, a orientação para votar “com sabedoria e responsabilidade” assume um tom educativo que pode se aproximar da noção freireana de conscientização, na qual a comunicação serve para formar sujeitos críticos capazes de compreender sua posição no mundo e agir politicamente (Freire, 1987). Nessas postagens, a linguagem direta e a tentativa de orientar os moradores funcionam como mecanismos que os convida a contribuir para o debate público.

O terceiro post, da imagem 21, aprofunda essa lógica ao convidar moradores a enviarem perguntas para candidatos, os deslocando do papel de espectadores para o de sujeitos que formulam demandas políticas. Essa estratégia revela um esforço de ampliar a participação popular e disputar sentidos sobre quem tem legitimidade para intervir no debate público, se aproximando da compreensão de que a luta política passa pela construção da hegemonia cultural e pela capacidade de produzir novas formas de participação e consciência (Gramsci, 2022). Nesse sentido, as três publicações atuam como práticas de contra-hegemonia, ao buscarem inserir esses sujeitos no processo político de forma mais ativa, combinando informação, orientação e diálogo. Entretanto, é importante afirmar que o voto consciente é apenas parte de uma mobilização mais ampla para enfrentar desigualdades históricas. A postagem de Jorge, através de imagem 22, registra um evento em que moradores participam da construção da agenda de ações do coletivo.

Imagem 22 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre encontro do coletivo



Fonte: Facebook (2024)

A postagem reforça essa mobilização ao mostrar um encontro presencial entre moradores, colaboradores e parceiros, indicando que a participação política não se limita ao período eleitoral, mas envolve práticas contínuas de organização e diálogo. A imagem do grupo reunido representa o núcleo do que Peruzzo (2006, 2021) define como comunicação comunitária: nela, os sujeitos se reconhecem como parte de um processo coletivo e produzem suas próprias formas de expressão e articulação. Ao destacar que o encontro serviu para avaliar o ano e planejar 2025, a publicação demonstra a importância da organização de base e das ações coletivas, compreendendo a mobilização social como resultado da construção de espaços de encontro capazes de gerar participação e fortalecer redes de apoio político (Gohn, 2010). Esse tipo de prática aparece, assim, como um momento de formação e diálogo, criando um espaço que permite que os sujeitos se tornem politicamente ativos a partir da discussão, reflexão e decisão coletiva. Assim, a participação política também se constrói no cotidiano, em contextos que favorecem a criação de sentidos compartilhados e ações coletivas (Freire, 1987). Além disso, em diálogo com a publicação de Marcelo, representada pela imagem 23, cabe destacar o aspecto do diálogo e participação na construção do agendamento de pautas comunitárias.

Imagem 23 – Postagem de “Papo do morro” sobre encontro para discutir pautas ambientais



O encontro registrado na postagem de Marcelo evidencia como iniciativas de comunicação comunitária podem deslocar o poder de agendamento dos meios hegemônicos ao pautar temas como justiça climática, saneamento básico, arborização urbana e gestão de resíduos a partir das experiências concretas de moradores de territórios populares (Castro, 2014; Maia, 2011). Ao organizar o evento em torno de eixos temáticos e de uma “agenda” política própria para o território, o coletivo se insere na disputa pelo que deve ser considerado problema público, tensionando a lógica descrita por McCombs e Shaw (1972), segundo a qual os meios hegemônicos, ao selecionar e hierarquizar assuntos, influenciam sobre o que o público pensa (McCombs; Shaw, 1972; Dearing; Rogers, 1996). Nesse sentido, a legenda e a imagem do grupo reunido demonstram uma agenda própria, na medida em que articulam sustentabilidade e racismo ambiental, operando uma prática contra-hegemônica que reapropria o agendamento como estratégia política e aproxima a experiência das perspectivas que veem a comunicação comunitária e as mídias sociais como espaços de circulação de ideias contra-hegemônicas e de produção de agendas alternativas às narrativas dominantes sobre cidade e desenvolvimento.

Nesse processo de construção de agenda, mobilização e participação política, Edson revela, através dos trechos seguintes, a importância das articulações e da ampliação de suas ações. Esse movimento, no contexto da comunicação comunitária, pode permitir tecer estratégias com maior alcance: “as mobilizações dependem da capacidade de articular redes, criar vínculos e expandir a atuação coletiva” (Gohn, 2010, p. 34).

Até por conta dessas eleições mesmo, na questão de combate a fake news. E aí nós somos um polo no Pará, mais exatamente em Belém, no bairro da Tucupí, do “Democracia já”. É um polo que produz rodas de conversas, nós fazemos lives justamente para conscientizar as pessoas que acompanham o nosso trabalho a respeito dessa desinformação, de fortalecimento da democracia, mas também mais alinhado à questão da eleição pro Lula mesmo. Porque nós entendemos que só por esse caminho a gente consegue fortalecer a democracia e tudo. Então o “Favela presente” fez toda essa trajetória de ir para fora, porque infelizmente, [...] aqui em Belém [...] a gente só é valorizado quando a gente é enxergado de fora para dentro. [...] Então, quando a gente vai lá fora, participa de um evento nacional e volta para dentro [...] as pessoas começam a entender um pouquinho do trabalho do “Favela presente”, que é justamente esse trabalho de fortalecimento das potências que existem no Tucupí, mas não só no Tucupí, a partir do Tucupí. dizendo que periferia é potência, que ele é um celeiro de ideias e inovações [...]. Para descer aqui para o norte do céu é um dilema, mas a gente tem conseguido ocupar esses espaços (Edson, 2022).

O “Favela presente” foi convidado a participar em 2017 do primeiro encontro nacional de comunicação das periferias. Foram 70 comunicadores de 18 estados do Brasil passar três dias dentro da favela da Maré. E eu pude perceber [...] que eu não estava sozinho gritando com aquela voz só no deserto dos meus problemas na periferia, mas mais do que gritar o problema, mostrar o cenário de ideias e inovações que a gente é. Eu pude perceber que tem gente no Brasil inteiro fazendo isso. E é de lá para cá que a gente vem construindo uma rede de comunicadores (Edson, 2022).

Durante a pandemia de Covid-19, as transmissões ao vivo – *lives* - se consolidaram como importantes dispositivos de comunicação, formação política e enfrentamento da desinformação, especialmente diante do isolamento social e da intensificação das narrativas negacionistas no cenário brasileiro. Esse contexto foi atravessado por uma forte polarização política, acentuada ao longo do governo Bolsonaro e intensificada no processo eleitoral de 2022, marcado pela disputa entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, em um ambiente digital permeado por *fake news* e ataques à ciência e às instituições democráticas (The Guardian, 2022; Grattan, 2022).

Nesse contexto, a fala de Edson evidencia como a atuação do “Favela presente” se inscreve em uma lógica de comunicação popular que extrapola o território imediato para disputar sentidos sobre democracia em circuitos mais amplos, articulando o trabalho de base no Tucupi com redes nacionais como o projeto “Democracia já”. Ao destacar o combate à desinformação, a defesa da eleição de Lula e a necessidade de “ir para fora” para depois retornar com maior legitimidade, o líder reforça que a periferia precisa circular em espaços nacionais de visibilidade para tensionar a hierarquia centro–periferia e ampliar o reconhecimento de suas próprias potências.

Assim, a visibilidade nacional funciona como mediadora para legitimar práticas culturais e políticas locais (Gramsci, 2004; Barbero, 2009). Ao relatar sua participação no primeiro encontro nacional de comunicação das periferias e a descoberta de que “não estava sozinho” na luta por reconhecimento, Edson reforça que a circulação por espaços nacionais funciona como dispositivo de legitimação simbólica, permitindo que experiências locais ganhem densidade política ao se conectarem com outras práticas e narrativas produzidas em diferentes territórios, numa lógica dialógica em que os discursos se constituem mutuamente e o sentido emerge da interação entre vozes diversas (Bakhtin, 1997).

O entrevistado também explicita como o coletivo se coloca na linha de frente do enfrentamento à desinformação, ao organizar rodas de conversa e *lives* voltadas a combater *fake news* e orientar o voto em defesa da democracia. Ao associar diretamente o combate à desinformação ao projeto eleitoral de Lula, o líder evidencia que, nos territórios periféricos, a

disputa de narrativas nas redes digitais torna-se um elemento central da luta política, uma vez que as notícias falsas impactam a confiança nas instituições e podem distorcer a vontade popular (Ribeiro, 2024; Pimenta, 2025). Nesse sentido, trata-se de uma atuação que dialoga com iniciativas mais amplas que buscam articular comunicação popular, educação midiática e letramento informacional nas periferias, entendendo que a produção de conteúdos críticos e territorializados é condição para enfrentar a avalanche de desinformação e afirmar as periferias como produtoras de conhecimento e como sujeitos coletivos na defesa da democracia (AIC, 2025).

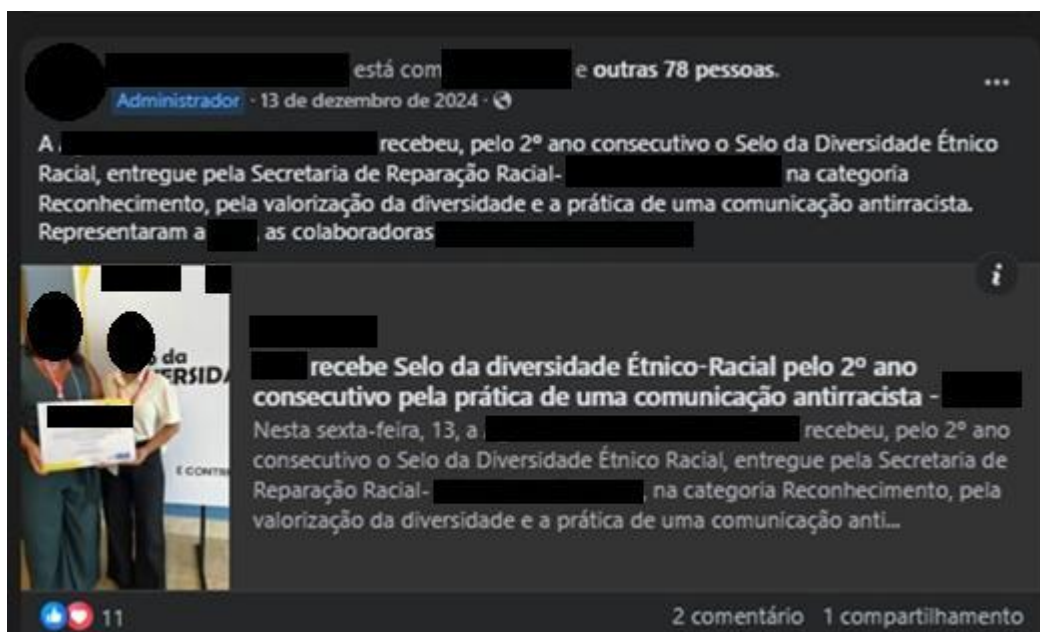
A partir dos elementos analisados, é possível compreender que as práticas dos coletivos analisados delineiam a construção de uma comunicação contra-hegemônica, afinal, a disputa de sentidos se organiza como processo dialógico no qual discursos se confrontam, se respondem e se transformam mutuamente, a partir de uma linguagem que se configura como interação viva entre vozes socialmente situadas (Bakhtin, 1997). Essa comunicação nasce do território, mas não se restringe a ele, pois transforma experiências cotidianas em enunciações políticas e culturais que reconfiguram os modos de dizer, ver e agir. Nessa perspectiva, cabe mencionar o que Peruzzo (2006, 2008, 2021) identifica como o exercício de uma comunicação popular emancipatória, que tensiona o monopólio simbólico das narrativas dominantes ao criar circuitos próprios de circulação e reconhecimento.

Trata-se, então, de um processo de produção contra-hegemônica no sentido gramsciano, em que grupos subalternos constroem seus próprios aparelhos culturais e comunicativos, disputando o consenso social e afirmando visões de mundo ancoradas na experiência popular (Gramsci, 2004). Ao deslocar o eixo da comunicação dos meios para as mediações, essas práticas revelam novas dinâmicas de poder e de produção de sentido, nas quais os sujeitos periféricos se tornam produtores legítimos de conhecimento e cultura (Martín-Barbero, 2009). Assim, arte, política e comunicação se fundem em uma práxis coletiva de resistência simbólica e de invenção de novas formas de existir publicamente, indicando não apenas uma reação às hegemonias, mas a criação de um projeto comunicacional alternativo que afirma a periferia como centro de enunciação e potência de transformação social. Marcelo, em um trecho de sua entrevista, sintetiza esses elementos ao falar sobre a inspiração do seu trabalho.

Fomos construindo, aos trancos e barrancos e avançando conforme a necessidade, assim. Porque, se a gente não fala, ninguém vai falar por nós. Se a gente não grita, ninguém vai gritar por nós [...]. Se não for a gente, ninguém vai fazer nada. Então, foi muito nesse sentido, nessa inspiração de fazer essa observação sobre a desigualdade, essa observação sobre a necessidade de se comunicar pra além daquela realidade ali, que muitas vezes limita as pessoas em relação à comunicação, e de transbordar isso pra cidade, que o Morro Bonito tem gente boa, que o Morro Bonito tem coisas bacanas, que o Morro Bonito tem 2 escolas de samba, tem história na cultura, tem história na ocupação e na resistência, nessa região da zona norte do Rio de Janeiro. E é muito isso, isso que me inspira, né? E vê que a gente consegue ajudar as pessoas com algo muito simples, que muitas vezes é gravar um vídeo no celular, que não custa nada, né? E você posta e isso tem um impacto muito grande (Marcelo, 2022).

A fala do líder reafirma a centralidade da periferia como lugar de enunciação política, construindo aquilo que Martín-Barbero (2009) identifica como deslocamento epistêmico, no qual sujeitos historicamente silenciados passam a “falar de si e para si”, produzindo mediações que rompem com a lógica de subalternização. Ao insistir que “se a gente não fala, ninguém vai falar por nós”, o entrevistado pauta uma dimensão de autoafirmação coletiva que reforça a ideia de que os grupos subalternos precisam produzir seus próprios intelectuais orgânicos para disputar a direção moral e cultural da sociedade (Gramsci, 2004). Além disso, quando destaca que práticas simples, como “gravar um vídeo no celular”, têm impacto político, Marcelo evidencia que o sentido nasce da circulação dialógica de vozes, aproximando-se da perspectiva de Bakhtin (1997) de que todo discurso é atravessado pela relação entre diferentes posições sociais e pela disputa de significados. A partir das entrevistas e das postagens, é possível perceber que a construção de um projeto de comunicação contra-hegemônica produz impactos dentro e fora das comunidades. Resultados esses que são exibidos com orgulho pelos líderes conforme a postagem a seguir retratada na imagem 24.

Imagem 24 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre recebimento de premiação



Fonte: *Facebook* (2024)

A postagem de Jorge sobre o recebimento do Selo da Diversidade Étnico-Racial reforça que o trabalho comunicacional realizado nas periferias pode produzir efeitos materiais e simbólicos capazes de atravessar os limites territoriais. Ao exibir o reconhecimento institucional e destacar colaboradoras que representam o coletivo, o post situa a organização como produtora legítima de práticas comunicacionais antirracistas, dialogando com a noção de que a periferia se afirma como lugar autorizado de fala e elaboração política, tal como evidenciado nas falas de Marcelo. Reconhecimentos externos como esse operam como dispositivos de legitimação que fortalecem a construção de uma comunicação contra-hegemônica, uma vez que ampliam o alcance das narrativas produzidas pelos grupos subalternos e tensionam a hierarquia que historicamente desqualifica seus modos de expressão (Gramsci, 2004). Assim, o post não apenas registra uma conquista, mas materializa a potência das parcerias, da mobilização comunitária e da produção cultural como estratégias para consolidar projetos comunicacionais que emergem das periferias e se projetam para além delas, reafirmando sua capacidade de produzir sentidos, disputar consensos e intervir no espaço público de forma autônoma.

Desse modo, em síntese, é possível compreender que os coletivos investigados não apenas respondem às violências e à pauperização, mas produzem um projeto comunicacional

próprio, que desloca a periferia do lugar de objeto para o de sujeito político. Ao articular arte, formação, mobilização territorial e circulação ampliada de narrativas, esses grupos constroem uma esfera pública enraizada nas experiências populares, na qual se forjam intelectuais orgânicos, se fortalecem vínculos comunitários e se ensaiam outras formas de viver a cidade. Nessa perspectiva, a comunicação comunitária aparece menos como uma “alternativa” e mais como laboratório de futuros possíveis, onde se experimentam linguagens, alianças e estratégias capazes de tensionar hegemonias e afirmar a periferia como centro de enunciação e de produção de conhecimento (Martín-Barbero, 2009; Gramsci, 2004, 2022; Williams, 1979; Benjamin, 2012, 2021).

8.3.3.2. *“Não só na comunicação popular, mas também eu consegui romper a barreira da academia”*

A atuação e as trajetórias dos comunicadores participantes evidenciam um outro aspecto em comum: lideranças que circulam entre território e universidade, em um movimento de aproximação e diálogo com a educação formal e com o mundo acadêmico. A resistência produzida pelos coletivos não se sustenta apenas nas práticas comunicacionais em si, mas também nas trajetórias de seus líderes, que articulam experiência territorial, reflexão crítica e circulação institucional. Muitos deles buscam formação universitária, produzem pesquisas, participam de debates institucionais e realizam trocas contínuas entre teoria e prática. Nessa direção, há uma aproximação com a formulação gramsciana de “intelectual orgânico”. Para o autor, o intelectual orgânico trata-se do sujeito que emerge do interior das próprias classes populares e se responsabiliza por organizar, dar coerência e elaborar as experiências vividas pelo seu grupo social (Gramsci, 2000). Assim, a formação acadêmica não aparece como ruptura com o território, mas como ampliação das mediações possíveis para disputar hegemonia no campo do conhecimento e da comunicação (Martín-Barbero, 2009).

Diferentemente do intelectual tradicional, o intelectual orgânico vincula-se à prática coletiva e participa ativamente dos processos de direção moral e política, integrando o trabalho de reflexão com as funções de organização e educação em seu grupo social. Nos coletivos analisados, essa concepção se materializa quando seus líderes articulam formação e atuação em comunicação comunitária, levando instrumentos teóricos e metodológicos para qualificar intervenções locais, ao mesmo tempo em que introduzem na academia diálogos que tensionam saberes hegemônicos e produzem conhecimento a partir da vivência. A organização e participação em eventos que articulam comunidade e ciência, por exemplo, se apresentam como

uma das maneiras de promover esse encontro. A postagem de Marcelo, apresentada na imagem 25, convida os moradores para uma oficina em parceria com a Fiocruz no espaço da comunidade.

Imagem 25 – Postagem de “Papo do morro” sobre convite de evento



Fonte: *Instagram* (2024)

O convite de Marcelo reforça o movimento de inserção dos moradores em circuitos formais de produção de conhecimento. Essa circulação entre territórios populares e instituições científicas constitui um movimento importante do ponto de vista discursivo na construção do conhecimento, pois a postagem opera como enunciado que performa uma presença política ampliada, não apenas mostra participação em espaços de formação, mas reivindica uma posição ativa na produção de conhecimento, alinhando-se como estratégia comunicacional contra-hegemônica. Experiências oriundas das periferias mobilizam práticas discursivas que confrontam “o monopólio da palavra pública” e constroem alternativas simbólicas frente às narrativas dominantes (Moraes, 2009, 2010, 2013). Nesse sentido, o convite para a oficina funciona como ato discursivo que legitima saberes territoriais dentro do campo científico, revelando um processo de mão dupla: a academia é tensionada pela entrada desses sujeitos, enquanto os coletivos absorvem ferramentas que ampliam sua capacidade crítica e organizativa.

Além das parcerias com instituições, os líderes também articulam alianças com moradores inseridos na academia, como o exemplo a seguir citado por Edson.

Pesquisem no Instagram: “José Silva”. É uma referência aqui na Amazônia. sobre a organização do crime. [...] É um cara que também veio, ascendeu, veio da periferia. Tinha tudo hoje para não estar entre a gente. Fez parte das gangues de Belém nos anos 90. Foi pichador. E hoje o cara é pós-doutor em geografia. É um negro. Tem todo aquele estereótipo. Um negro vindo da periferia. [...] Fez a graduação, especialização, mestrado, doutorado e mais recente pós-doutorado em Recife. É um parceiro nosso [...]. Quando tem as chacinas, seja em Belém, seja no interior do estado, [...] a referência para falar sobre isso geralmente é o José (Edson, 2022).

A parceria com José Silva pode ser compreendida como um gesto político que aproxima a produção de conhecimento acadêmico das vivências concretas das periferias amazônicas. Quando o entrevistado enfatiza que José “veio da periferia”, “fez parte das gangues” e hoje é “pós-doutor”, ele recoloca o pesquisador como alguém que não rompeu com seu território de origem, mas que continua articulado às lutas locais. Dessa forma, podemos compreender esse parceiro como um intelectual orgânico (Gramsci, 2022). A legitimação de José como “referência” quando ocorrem chacinas revela esse papel orgânico, pois sua expertise acadêmica não se dissocia da experiência vivida da violência estatal na Amazônia, reforçando um circuito de produção de conhecimento que se ancora na realidade social do território.

Ao mesmo tempo, a fala evidencia a exceção que constitui a trajetória de sujeitos negros e pauperizados na universidade brasileira. O destaque ao “estereótipo” e às múltiplas etapas da formação de Colares não descreve apenas uma biografia, mas expõe as barreiras estruturais que historicamente dificultam a entrada e permanência desses sujeitos no ensino superior. Autores como Sueli Carneiro (2005) e Nilma Lino Gomes (2017) evidenciam que o racismo institucional opera como filtro de acesso ao capital educacional, produzindo trajetórias marcadas por maior esforço, vigilância e cobrança. Nesse sentido, a parceria mencionada pelo líder mostra que, mesmo diante dessas barreiras, a presença de intelectuais negros oriundos da periferia fortalece redes de saber que contestam a hierarquização racial do conhecimento. A articulação entre academia e comunidade, nesse contexto, não apenas amplia a circulação de narrativas contra-hegemônicas, mas revela que toda enunciação é situada, socialmente respondente e produzida nos embates concretos entre vozes e posições sociais (Bakhtin, 1997, 2006, 2010). Para que esse embate seja possível, é necessário que exista apoio, como, por exemplo, através de programas governamentais de acesso à educação, que podem ser ferramentas necessárias para esses sujeitos, como quando analisamos a trajetória de Jorge ao se inserir no espaço acadêmico:

Um cenário onde [...] eu tenho impacto é quando eu entro na faculdade onde eu fiz a minha graduação em universidade privada através de políticas públicas de programa estudantil. Naquele célebre momento de apresentação, eu me apresento de onde eu sou. Para quem da Bahia sabe, o Parque da Paz é aquele cenário assustador de “marginal”, de “vagabundo”. E os olhares são muito nítidos, tipo: o que você está fazendo aqui? Aqui não é seu lugar. Mas, por conta dessa bagagem anterior, desse suporte de muitas pessoas, de muitos apoios, eu percebi que era um lugar que eu precisava estar para marcar, porque inclusive a faculdade que eu estudei a graduação é vizinha ao bairro. Então, vizinha ao bairro, onde não existia nenhuma ação de responsabilidade social dessa instituição privada. E a partir dessa minha inserção, houve também uma provocação para que a universidade se voltasse também para iniciativas que a gente sabe que as universidades têm esse potencial. E para que a gente não servisse apenas como rato de laboratório, a todo instante as periferias são visitadas, mas muito nesse cenário de observatório de consulta. Mas não há uma devolutiva desse processo de pesquisa. E a minha defesa. Na graduação, foi levar essa história e essa resistência do Bairro da Luz. Então, eu fiz a minha defesa na graduação apresentando isso, a resistência desses moradores. E que isso se expandiu para a pesquisa do mestrado (Jorge, 2022).

A fala de Jorge evidencia como as políticas públicas de acesso ao ensino funcionam como mecanismos de enfrentamento às desigualdades históricas que restringem a presença de sujeitos negros e pauperizados na universidade. Ao narrar a hostilidade dos olhares e a pergunta silenciosa: “o que você está fazendo aqui?”, ele evidencia a presença cotidiana do racismo institucional que constrói a universidade como um espaço branco, selecionando e hierarquizando sujeitos (Carneiro, 2005). Sua entrada, no entanto, não se limita ao acesso formal, pois pode ser compreendida como tática pelas brechas (Certeau, 2014), no sentido de ocupar estrategicamente um espaço que tradicionalmente é negado, ressignificando-o a partir da própria experiência. Essa ocupação ativa aproxima Jorge da noção de intelectual orgânico de Gramsci (2022), pois sua trajetória não rompe com seu território de origem, mas o reintroduz na academia como fonte legítima de conhecimento e como pauta política.

Ao denunciar que a universidade vizinha ao bairro que nunca havia estabelecido ações de responsabilidade social, Jorge evidencia a distância estrutural entre a produção acadêmica e as realidades periféricas. Como destaca Nilma Lino Gomes (2017), essa separação reforça a ideia de que o conhecimento válido é aquele produzido a partir de referenciais brancos e de classes médias, enquanto as experiências das periferias são objetificadas como “ratos de laboratório”, sem retorno social.

Ao transformar sua trajetória e a resistência do Bairro da Luz em objeto de reflexão acadêmica, Jorge mobiliza uma escrita situada, que articula memória, território e experiência.

Embora o conceito de “escrevivências” (Evaristo, 2007) se refira à produção literária de mulheres negras, sua presença nos estudos críticos inspira o reconhecimento de que o conhecimento produzido a partir das margens carrega força política própria, tensionando o distanciamento histórico entre universidade e periferias. Nesse sentido, sua presença no espaço acadêmico não é apenas individual; ela reconfigura o campo, abrindo caminhos para que a universidade dialogue com os territórios e reconheça saberes produzidos desde as margens. Edson, na mesma direção, relata sobre sua trajetória acadêmica, que também envolve o estudo do contexto onde vive e de seu trabalho em comunicação comunitária:

Meu objeto de estudo acabou sendo o “Favela presente”. Eu estudei aquilo que eu desenvolvo. Inclusive ele está em análise também numa possível aprovação no mestrado, estou em processo também de continuar estudando o periférico em foco pelo olhar autoetnográfico, de eu estar dentro desse objeto, onde eu participo ativamente, enfim. Então, não só na comunicação popular, mas também eu consegui romper a barreira da academia, que é uma barreira que muitas vezes fica limitada só no mundinho do mundo acadêmico e tal. E eu mesmo já fui chamado para palestrar para turmas de comunicação nas faculdades aqui de Belém (Edson, 2022).

O trecho analisado explicita como o registro das práticas comunicacionais das periferias funciona como um gesto de resistência e de afirmação política. Ao escolher estudar “aquilo que desenvolve”, Edson produz memória de experiências que historicamente não são documentadas, contrariando o apagamento que marca as trajetórias de grupos subalternizados. Paul Thompson (1999), ao discutir história oral, afirma que registrar as narrativas de sujeitos populares é uma forma de devolver-lhes dignidade e agência, permitindo que “vozes silenciadas” entrem no campo da produção de conhecimento. Além disso, quando Edson adota um olhar autoetnográfico, ele se insere na linha de pensamento de autores como Carolyn Ellis e Arthur Bochner (2000), para quem a autoetnografia é um modo de transformar vivências pessoais e coletivas em material analítico, articulando experiência e reflexão crítica. Sua atuação como pesquisador-comunicador, portanto, não apenas preserva a memória das práticas comunitárias, mas fortalece a legitimidade epistemológica dos saberes produzidos nos territórios periféricos.

Edson afirma que “rompeu a barreira da academia” e passou a ocupar espaços antes inacessíveis. Sua inserção em cursos de comunicação para palestrar revela como sujeitos oriundos da periferia, ao construir conhecimento desde dentro das próprias lutas, tensionam o distanciamento tradicional entre academia e território. Ao levar a experiência do “Favela presente” para a universidade, o líder reintroduz o território periférico como fonte

epistemológica. Assim, sua trajetória articula prática comunitária e reflexão crítica, configurando-o como um intelectual orgânico (Gramsci, 2022), que, ao mesmo tempo em que atua no território, disputa sentidos dentro da produção acadêmica, ampliando os limites de quem pode produzir conhecimento legítimo. Além disso, Edson, através das postagens das redes sociais do coletivo (imagens 26 e 27), convida os moradores a participarem e terem contato com suas produções acadêmicas:

Imagem 26 – Postagem de “Favela presente” sobre banca de qualificação de mestrado de Edson



Fonte: *Instagram* (2024)

Imagem 27 – Postagem de “Favela presente” sobre artigo científico publicado por Edson



Fonte: *Instagram* (2024)

As postagens de Edson, apresentadas nas imagens 26 e 27, nas quais ele divulga sua banca de qualificação e a publicação de um artigo, podem ser lidas como práticas discursivas de resistência ao romper com a lógica que restringe o conhecimento acadêmico aos espaços institucionais. Ao convidar sua comunidade para acompanhar suas pesquisas, ele transforma a produção científica em um bem compartilhado, devolvendo ao território aquilo que historicamente é apropriado pelas elites. Paul Thompson (1999) destaca que a circulação pública do conhecimento produzido por sujeitos populares fortalece a memória coletiva e desafia a hierarquia epistemológica que invisibiliza saberes periféricos. Essa abertura do processo acadêmico também dialoga com a autoetnografia, pois, como afirmam Ellis e Bochner (2000), a escrita que emerge da experiência vivida tem potência transformadora quando retorna aos grupos que a originam. Assim, ao expor seus avanços acadêmicos no mesmo ambiente digital em que constrói sua atuação comunitária, Edson reafirma a centralidade da periferia como espaço legítimo de produção e circulação de conhecimento.

Esse movimento também pode ser compreendido como uma tática característica do intelectual orgânico, no sentido gramsciano, pois Edson utiliza sua inserção na academia para fortalecer sua comunidade politicamente. Gramsci (2022) afirma que o intelectual orgânico é aquele que articula reflexão e prática, produzindo saberes que emergem de seu grupo social e

retornam a ele como instrumento de consciência crítica. Ao divulgar suas conquistas acadêmicas, ele ocupa simbolicamente um espaço que tradicionalmente silencia sujeitos periféricos e racializados, transformando sua trajetória individual em referência coletiva. Trata-se, novamente do movimento de atuar nas brechas (Certeau, 2014) ao infiltrar-se nos códigos e rituais da academia e reorientá-los para fins de fortalecimento comunitário. Suas postagens, portanto, não são apenas informativas: elas desestabilizam a fronteira entre academia e periferia, ampliam o acesso a produções científicas e reforçam a legitimidade dos saberes construídos desde o território.

Esse movimento de transitar entre a universidade e o território, produzindo conhecimento a partir da vivência e, ao mesmo tempo, fazendo circular o saber acadêmico nas periferias, pode ser compreendido à luz do dialogismo, segundo o qual todo discurso se constitui na relação com outros discursos, em um processo contínuo de interação e recriação de sentidos (Bakhtin, 1997). As falas e as práticas dos líderes analisados revelam exatamente essa dinâmica: eles articulam as vozes da academia às vozes da comunidade, produzindo um conhecimento que emerge do encontro entre diferentes horizontes sociais. Nesse sentido, Jorge critica a ausência de uma disciplina que discuta a comunicação comunitária na graduação em jornalismo:

Por escolha, as pesquisas também que eu fiz, a defesa do mestrado também nessa temática da comunicação comunitária, para que a gente consiga também discutir isso dentro da academia, porque até então a academia não discute isso. O jornalismo comunitário em não é uma disciplina que está lá oficialmente na ementa e são discussões que precisam ser provocadas. Eu acredito que trabalhos acadêmicos, pesquisas podem de alguma forma contribuir para furar essa bolha. Seja na universidade pública ou privada, a gente ainda vê poucas ações sendo colocadas nessa temática (Jorge, 2022).

A crítica de Jorge evidencia como a universidade, ao não incorporar sistematicamente a comunicação comunitária em seus currículos, reforça aquilo que Dênis de Moraes (2009, 2010, 2013) identifica como uma disputa pela legitimidade do conhecimento, na qual saberes produzidos por grupos subalternizados são frequentemente marginalizados. Quando ele aponta a ausência do jornalismo comunitário nas ementas, revela não apenas uma lacuna institucional, mas a permanência de hierarquias epistêmicas que definem quais discursos têm autoridade na formação em comunicação. À luz do dialogismo bakhtiniano, essa ausência restringe a possibilidade de resposta dentro da esfera acadêmica, pois uma vez que todo discurso se constitui na interação entre vozes sociais, e o silenciamento de determinadas vozes limita o próprio processo de produção de sentido (Bakhtin, 1997). Nesse cenário, Jorge atua como um

intelectual orgânico (Gramsci, 2022) a partir e sua insistência em “furar a bolha” acadêmica, por meio de pesquisas e debates sobre comunicação comunitária, expressando o movimento de disputa e reconfiguração do campo.

Se, por um lado, esses líderes tensionam a universidade e reivindicam reconhecimento para os saberes periféricos, por outro, assumem também a responsabilidade de multiplicar essas vozes, investindo na formação de novas lideranças que possam sustentar e ampliar esse projeto coletivo. Marcelo, durante a entrevista concedida, afirma sua preocupação em formar novas lideranças capazes de dar continuidade aos processos de organização comunitária.

Porque assim, o Marcelo tá aqui, o Marcelo bota a cara, o Marcelo...se vocês verem lá na página, eu que gravo os vídeos, eu que faço tudo...eu preciso de gente que faça isso no caso de eu não mais estar aqui...uma hora eu vou envelhecer e querer dar uma descansada e viajar. Porque todo dia é um desafio...então a gente conseguiu, junto com a escola de comunicação da PUC-RJ fazer uma parceria pra formar jovens para que sejam...é...comunicadores comunitários. Então estamos tendo um curso de social media, dando um curso também de aprender ferramentas de edição de vídeo...todas as coisas que eu não tive no passado eles estão tendo agora...se eu tivesse tempo, eu estaria fazendo o curso junto com eles...pra dar conta desse desafio de manter a comunicação (Marcelo, 2022).

O depoimento evidencia outra dimensão essencial da atuação desses intelectuais orgânicos periféricos: a responsabilidade pela formação de novas lideranças. Quando afirma que “precisa de gente” que dê continuidade ao trabalho, Marcelo revela uma compreensão de que a comunicação comunitária não pode depender da centralidade de um único agente, mas deve se constituir como um projeto coletivo enraizado no território. De acordo com Gramsci (2022), o qual o papel político desses sujeitos não se esgota na intervenção imediata, mas envolve a criação de condições para a continuidade histórica da ação transformadora. Ao investir deliberadamente na formação de jovens comunicadores, Marcelo atua “organicamente” no sentido mais profundo: produzindo sujeitos capazes de disputar sentidos e narrativas a partir de dentro da própria comunidade.

A formação que Marcelo busca construir não é apenas técnica, mas discursiva. Ao compartilhar conhecimentos de social media, edição de vídeo e estratégias comunicacionais, ele amplia a heterogeneidade de vozes capazes de produzir enunciados públicos sobre a vida periférica. Como afirma Bakhtin (1997), todo discurso se constitui no encontro de vozes socialmente situadas; assim, ao capacitar outros jovens, Marcelo não apenas repassa habilidades, mas abre espaço para que novas vozes ingressem no circuito comunicacional, pluralizando a produção de sentidos sobre o território. Essa ampliação de vozes é, em si mesma, um gesto político.

Marcelo utiliza parcerias institucionais, como a da Escola de Comunicação da PUC-Rio, para tensionar a histórica desigualdade de acesso à formação técnica e profissional. É o que Moraes (2009, 2010, 2013) discute ao tratar das estratégias comunicacionais contra-hegemônicas que se estruturam a partir de alianças, redes e apropriações criativas de recursos institucionais. Ao transformar uma parceria acadêmica em instrumento de formação comunitária, Marcelo desloca o fluxo tradicional de circulação do conhecimento, levando para o território aquilo que, historicamente, esteve restrito às elites. Assim, sua ação conjuga formação, circulação e disputa simbólica, consolidando-se como prática comunicacional de resistência e como afirmação da autonomia periférica na produção de saberes. O líder ainda evidencia, através de outro trecho, a necessidade de que essa formação seja crítica, rompendo a lógica de projetos de outra natureza presentes na comunidade.

Surgiu essa ideia de fazer novas vozes do morro para que a gente consiga renovar essas pessoas e ter mais gente pra ajudar, né? Eu vou tá aqui apoiando e tal, mas também quero pessoas que façam também...né? Diferente do complexo do Alemão que você tem a figura do Raul Santiago, você tem o Renê, você tem outras pessoas que fazem lá, no Morro Bonito não tem ninguém que faça algo nesse modelo. Por isso a gente tem muito projeto ligado às igrejas, projeto assistencialista, projeto de evangelização, que não pensa por exemplo, discussões ligadas à política pública, direito à cidade, não pensam porque deixam de passar ônibus na rua tal e passa no bairro tal. Então, é uma formação que pra além de uma formação de comunicação, é uma formação de política. É uma formação política, pras pessoas se colocarem politicamente pra cidade. Como a gente defende o interesse de alguma área, a gente está fazendo política (Marcelo, 2022).

O discurso de Marcelo evidencia um projeto de formação que ultrapassa a lógica assistencialista e religiosa predominante no território, ao afirmar que o “novas vozes do morro” não busca apenas ensinar técnicas de comunicação, mas produzir uma leitura crítica da cidade e do lugar social dos moradores - movimento que se alinha à concepção de comunicação comunitária como prática de emancipação e leitura crítica da realidade (Paiva, 2009). Quando ele enfatiza que discutir transporte público, direitos urbanos e participação é “fazer política”, reposiciona os jovens como sujeitos capazes de interpretar e intervir nas disputas que moldam o cotidiano periférico.

Ao propor uma formação que não repete práticas despolitizadas e caritativas, Marcelo reforça um projeto contra-hegemônico de comunicação comunitária, tal como defendem autores como Dênis de Moraes (2009, 2010, 2013), para quem a resistência se faz na construção de narrativas críticas que confrontem as hierarquias simbólicas impostas às periferias. Jorge, através do conteúdo das redes sociais, também revela a participação do

coletivo em eventos de formação de jovens, como o evento retratado na imagem 28.

Imagem 28 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre evento de formação de lideranças juvenis



Fonte: *Facebook* (2024)

A iniciativa descrita na postagem apresenta uma tensão simbólica importante: por um lado, constitui um ato de resistência, pois estimula o protagonismo juvenil e permite que vozes historicamente marginalizadas se organizem para disputar narrativas. Contudo, inserir esse tipo de formação no âmbito do empreendedorismo juvenil carrega consigo a lógica neoliberal de autogestão e responsabilidade individual pelo próprio sucesso. Como apontam Lima e Oliveira (2021), o discurso do empreendedorismo muitas vezes funciona como ideologia que justifica o trabalho informal e precário, transformando necessidade em “oportunidade de negócio” e ocultando a responsabilidade estrutural do Estado pela garantia de direitos sociais. A contradição reside, então, no fato de que a “formação política” dos jovens periféricos acaba se inserindo num ambiente que valoriza o sucesso individual, a flexibilidade e a precarização, que

são características centrais da “uberização” do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, há o risco de que o projeto de liderança juvenil seja cooptado por uma lógica que, em última instância, naturaliza a precariedade e a desigualdade social. Assim, mesmo em movimentos de resistência, contradições podem se fazer presentes. Em outra postagem, Jorge convida a população a votar para a aprovação de uma emenda parlamentar que financie um projeto de formação de comunicadores comunitários.

Imagem 29 – Postagem de “Perifa na rede Bahia” sobre projeto de formação de agentes comunitários de comunicação



Fonte: Facebook (2024)

A postagem retratada pela imagem 29 mobiliza uma convocação pública com a proposta de criar uma “Rede de Agentes Comunitários de Comunicação”. Ao inserir moradores em circuitos de produção e circulação de narrativas, o coletivo atua na constituição de novos

mediadores populares, que operam como lideranças comunicacionais capazes de tensionar a centralidade dos meios hegemônicos. Dênis de Moraes (2013) destaca que iniciativas de democratização da comunicação criam “contrapoderes midiáticos” ao fortalecer competências críticas e técnicas em grupos subalternizados, retirando-os do lugar de receptores passivos e reposicionando-os como produtores ativos de sentidos. Assim, a convocatória da postagem, para além de um pedido de voto, se caracteriza como um ato que integra o público ao processo e legitima o projeto como fruto de engajamento coletivo.

Ao vincular essa formação à disputa por uma emenda parlamentar, a postagem também evidencia uma dimensão estrutural da política pública brasileira: a dependência de recursos individualmente alocados por parlamentares para que ações comunitárias possam existir. Gramsci (2000) observa que processos de organização popular se fortalecem quando conseguem estruturar redes próprias de legitimidade, e, nesse caso, disputar uma emenda torna-se uma estratégia para institucionalizar práticas de comunicação comunitária que, de outro modo, permaneceriam precarizadas dependentes de outras alianças, como discutido anteriormente. No Brasil, como analisam Figueiredo e Limongi (2001), as emendas parlamentares operam como um mecanismo ambíguo: por um lado, viabilizam iniciativas invisibilizadas pelo orçamento federal; por outro, reforçam uma lógica clientelista de dependência dos mandatos. Nesse cenário, a postagem faz uso do repertório digital para disputar visibilidade e pressionar por apoio público, transformando a votação popular em mais um espaço de pedagogia política.

Ao mesmo tempo, percebe-se que os próprios articuladores dessas iniciativas reconhecem que ocupar o lugar de comunicador comunitário exige atualização constante, tanto para enfrentar disputas informacionais quanto para sustentar o protagonismo político dos territórios. A participação ativa em eventos como congressos e encontros sobre comunicação, nesse sentido, são valorizadas pelos líderes, como, por exemplo, evidencia Edson (2021) em um trecho de sua entrevista: “Favela presente” tem vivido essa experiência de comunicação popular na base, mas também tem rompido essa barreira acadêmica, indo também para dentro da academia, participando de congressos nacionais”. Jorge também evidencia essa necessidade de formação contínua durante sua entrevista.

Na região Nordeste, o “Perifa na rede Bahia” já atua há quase nove anos, mais intensificadamente com o espaço, com o grupo. E quando eu digo região Nordeste, porque hoje a gente tem colaboradores em todos os estados do Nordeste, muito desse processo de descentralizar mesmo e tentar qualificar os comunicadores. E a gente tem na nossa rede de parceiros e colaboradores não só pessoas da área da comunicação especificamente, não só pessoas formadas em jornalismo. A gente tem pedagogos, a gente tem assistentes sociais, a gente tem pessoal da advocacia, por exemplo, que não diretamente produzem matérias ou conteúdo, mas colaboram com o trabalho. Que é feito e isso, de alguma forma, retroalimenta as nossas ações também. Então, eu sempre digo que eu tenho me realizado cada momento nessas ações, porque a comunicação comunitária, para mim, foi uma ferramenta de transformação social (Jorge, 2022)

Ao mesmo tempo, percebe-se que os próprios articuladores dessas iniciativas compreendem que ocupar o lugar de comunicador comunitário implica um processo permanente de formação, indispensável para sustentar o protagonismo político dos territórios. O relato de Jorge, ao destacar o esforço de descentralizar, qualificar e ampliar a rede de colaboradores do “Perifa na rede” no Nordeste, evidencia um movimento de produção coletiva de saber que articula diferentes áreas – comunicação, pedagogia, serviço social, advocacia – e que, à circular entre sujeitos diversos, se retroalimenta continuamente. Essa dinâmica reforça aquilo que Bakhtin (1997) descreve como caráter dialógico do enunciado, uma construção sempre atravessada por múltiplas vozes e perspectivas. Mas, sobretudo, a experiência narrada por Jorge revela a constituição desses comunicadores como intelectuais orgânicos preocupados em formar novos intelectuais orgânicos. Assim, a formação contínua não aparece como mera capacitação técnica, mas como parte do compromisso político desses líderes, que reconhecem na comunicação comunitária um instrumento estratégico de disputa simbólica e organização social. De acordo com Jorge, a comunicação comunitária trata-se de um fazer custoso, desafiador, mas também com potencial transformador:

Tem uns preços que são pagos, que são muito caros para isso (fazer comunicação comunitária). Não há glamour, não há status disso. É bem difícil. E também para exercer mesmo a profissão em que eu sempre busquei atuar profissionalmente sem me descaracterizar como pessoa e daquilo que eu acredito. Eu sempre falo: eu não sou simpatizante de uma causa, eu sou uma causa. E eu sei que muitas outras pessoas também são uma. E eu não quero ser mártir, não quero ser referência, não quero ser exemplo. Mas eu quero poder contribuir com essa ação, com essa missão. Porque tem transformado a minha vida, tenho percebido essa transformação em outras vidas também. Então, eu digo que eu me encontro. Justamente nessa realização com a escolha, mas ainda ansiando muitas outras coisas também (Jorge, 2021).

Desse modo, o que se observa não é apenas a consolidação de iniciativas de comunicação comunitária, mas a constituição de um verdadeiro laboratório político, cultural e epistemológico, no qual se experimentam linguagens, alianças e estratégias de enfrentamento

às desigualdades estruturais. A comunicação comunitária emerge, nesse contexto, como um processo dialógico permanente, no qual os sentidos são produzidos na interação entre vozes diversas, ancoradas em posições sociais concretas e em experiências históricas compartilhadas (Bakhtin, 1997). Ao articular território, arte, formação e circulação ampliada de narrativas, esses coletivos produzem uma comunicação popular emancipatória que desloca a periferia da condição de objeto para a de sujeito político, tensionando hegemonias e produzindo novas formas de reconhecimento (Peruzzo, 2006, 2021; Gramsci, 2004, 2022). Trata-se, portanto, não apenas de resistência, mas da invenção de um projeto comunicacional alternativo, no qual a periferia se afirma como potência criadora de sentidos e saberes (Martín-Barbero, 2009; Williams, 1979; Benjamin, 2012, 2021).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que compõem este trabalho permitiram compreender que a comunicação comunitária, quando produzida em contextos atravessados pela violência estrutural, pela precarização urbana e pelas desigualdades históricas que marcam o Brasil, constitui-se como um campo privilegiado de disputa política. Ao longo da construção da pesquisa, tornou-se evidente que esses coletivos não apenas comunicam: eles criam condições de enunciação, forjam vínculos, produzem formas de interpretação do mundo e inventam modos de resistir nas frestas do cotidiano (Certeau, 2014). O que se revela, portanto, é menos um conjunto de ações isoladas e mais um processo histórico, situado e tensionado, no qual sujeitos que vivem as contradições mais profundas da sociedade brasileira se organizam para produzir sentidos próprios sobre suas vidas, territórios e lutas.

A comunicação comunitária não se trata de uma “alternativa” à mídia hegemônica apenas no sentido técnico ou organizacional. Trata-se da elaboração de outros modos de existência possíveis, que questionam a naturalização da pobreza, a criminalização dos sujeitos periféricos, o silenciamento histórico das favelas e a distribuição desigual de legitimidade discursiva. Nesse sentido, como já apontava Certeau (2014), as resistências cotidianas se constroem pela invenção de táticas que rompem momentaneamente a ordem dominante, rearticulando práticas, tempos e sentidos. Os coletivos estudados operam justamente nesse registro: tecem, com recursos escassos, alianças e narrativas que encontram brechas na hegemonia para deslocar discursos cristalizados sobre violência, pauperização, e sujeitos que moram nas periferias.

Essas análises podem ser aprofundadas quando articuladas ao pensamento gramsciano sobre hegemonia e contra-hegemonia. A hegemonia, em Gramsci (2022), não é mero domínio coercitivo, mas uma direção cultural que se infiltra nas formas de vida, nos valores, nos afetos e nos modos pelos quais os sujeitos compreendem a si mesmos. É uma disputa pelo senso comum, pelo terreno sobre o qual se torna possível crer, agir e sonhar. Desse modo, a comunicação comunitária não atua apenas como contraponto às mensagens da mídia tradicional; ela cria fissuras na direção moral e intelectual da sociedade, afirmando outras leituras do mundo.

No primeiro eixo de resultados, voltado à relação entre violência e comunicação comunitária, a análise evidenciou que a denúncia da violência policial e da violência midiática constitui um elemento estruturante dos projetos comunicacionais investigados. As narrativas dos participantes revelam que a criação desses coletivos emerge como resposta direta às

experiências reiteradas de violação de direitos e aos enquadramentos hegemônicos que associam periferia, criminalidade e perigo (Wacquant, 2009; Paiva, 2008). Ao denunciar abusos, tensionar alianças com a mídia institucional e disputar os enquadramentos dominantes, esses comunicadores acionam táticas pelas margens, apropriando-se estrategicamente dos dispositivos hegemônicos para inverter a lógica da representação (Certeau, 2014; Gramsci, 2022). Trata-se de uma prática contra-hegemônica que não apenas expõe a violência, mas busca reconfigurar os modos de narrar, interpretar e politizar essas experiências, ainda que atravessada por contradições e riscos de cooptação.

No segundo eixo, a discussão sobre a pauperização urbana demonstrou que a comunicação comunitária opera como instrumento de denúncia e, simultaneamente, como espaço de disputa simbólica frente à naturalização da pobreza. Ao abordar temas como precariedade habitacional, ausência de políticas públicas, racismo ambiental e abandono estatal, os coletivos analisados produzem narrativas que reinscrevem essas condições como resultado de processos históricos e estruturais, e não como falhas individuais ou morais (Yazbek, 2012; Montaña, 2012; Maricato, 2011). Ao reivindicar o direito à cidade e tornar visíveis os impactos psicossociais da instabilidade territorial, essas práticas comunicacionais transformam a experiência da carência em linguagem política, tensionando as representações disseminadas pela mídia hegemônica e reafirmando a periferia como espaço legítimo de produção de sentidos (Lefebvre, 2001; Santos, 2014).

A centralidade das práticas culturais, educativas e formativas, por sua vez, apareceu como um dos principais deslocamentos produzidos pela comunicação comunitária em relação à lógica midiática dominante. Ao priorizar conteúdos ligados à arte, à cultura e à educação, esses coletivos constroem espaços de formação política e subjetiva que fortalecem vínculos comunitários, produzem autoestima coletiva e forjam novos intelectuais orgânicos enraizados em seus territórios (Gramsci, 2004). Nessa perspectiva, comunicar é também ensinar, aprender, negociar sentidos e produzir consciência crítica, configurando uma pedagogia da resistência que se atualiza no cotidiano das práticas comunicacionais (Freire, 1987). A constituição desses sujeitos ocorre de forma relacional e histórica, em consonância com as contribuições de Bakhtin (1997, 2006, 2010) e Vygotski (1998), revelando processos de subjetivação atravessados pelas contradições sociais e pelas disputas de sentido.

Entretanto, os resultados também evidenciam limites estruturais que atravessam todas essas experiências. A precarização do trabalho, a escassez de recursos financeiros, a dependência de editais, parcerias e trabalho voluntário, bem como o risco permanente de captura institucional, tensionam a autonomia dos projetos de comunicação comunitária

(Peruzzo, 2002; Paiva, 2008). Inseridas em um contexto marcado pela racionalidade neoliberal, essas práticas enfrentam pressões constantes para transformar criatividade, afetos e engajamento político em recursos exploráveis, o que restringe suas possibilidades de ação e sustentabilidade (Dardot; Laval, 2016). Reconhecer tais contradições permite afastar leituras romantizadas da resistência e compreender que a potência desses coletivos não reside na superação imediata das estruturas de desigualdade, mas na capacidade de abrir fissuras, produzir sentidos outros e sustentar processos coletivos de organização e luta (Davis, 2018).

Os coletivos investigados não apenas respondem às violências e à pauperização que atravessam seus territórios, mas produzem projetos comunicacionais próprios, capazes de deslocar a periferia do lugar de objeto para o de sujeito político. Ao articular denúncia, cultura, formação e mobilização territorial, essas iniciativas constroem uma esfera pública enraizada nas experiências populares, na qual se produzem narrativas contra-hegemônicas, se fortalecem vínculos comunitários e se disputam consensos no espaço público (Moraes, 2010; Martín-Barbero, 2009).

Quando coletivos narram o cotidiano das favelas como espaço de potência e não de déficit, quando denunciam a violência policial, quando promovem eventos culturais, quando descrevem soluções comunitárias para problemas estruturais, eles atuam diretamente na produção de um contra-senso comum – uma contra-hegemonia que não deseja ocupar o lugar dominante, mas desnaturalizar a ordem vigente e propor outras éticas e outras racionalidades possíveis.

Nesse processo, Marcelo, Edson e Jorge não aparecem apenas como comunicadores, mas como intelectuais orgânicos (Gramsci, 2022) no sentido mais profundo do termo. São sujeitos enraizados em suas comunidades, produzindo conhecimento situado, articulando experiências concretas e operando como mediadores entre vivências periféricas e a esfera pública ampliada. A contra-hegemonia se realiza não apenas no conteúdo das mensagens, mas na posição desses sujeitos como protagonistas de um projeto ético-político que contesta a centralidade das narrativas hegemônicas, reivindicando a favela como lugar legítimo de elaboração cultural, política e afetiva. Sob essa perspectiva, a atuação desses sujeitos pode ser compreendida, então, como um ponto de encontro entre o dialogismo bakhtiniano – que evidencia a produção coletiva e relacional dos sentidos – e a noção gramsciana de intelectuais orgânicos, permitindo compreender como essas vozes periféricas se constituem simultaneamente como sujeitos de enunciação e agentes de disputa hegemônica.

Essa disputa, entretanto, se dá hoje em um ambiente profundamente mediado pelas novas tecnologias. A circulação de narrativas periféricas depende, em grande parte, das

plataformas digitais e de seus algoritmos, que operam segundo lógicas de visibilidade, engajamento e monetização alinhadas ao mercado. Aqui reside uma ambiguidade importante: ao mesmo tempo em que as redes sociais permitem que coletivos ampliem seus alcances e estabeleçam diferentes conexões, elas submetem essas narrativas às regras opacas das plataformas, que filtram conteúdos, modulam relevância e definem quem aparece e quem permanece invisível.

Raulino (2022) e Moscoso Teixeira e Jorge (2021), pontuam que a plataformização introduz uma lógica de captura da atenção que transforma até mesmo práticas de resistência em dados exploráveis. Assim, quando um post sobre violência policial viraliza, isso não significa apenas visibilidade; significa que a dor periférica foi transformada em métrica, em circulação calculada. A comunicação comunitária, portanto, navega num território onde a invenção política convive com a racionalidade calculante das plataformas, e essa convivência exige estratégias, vigilância e criatividade constante.

Essas contradições, como apontado ao longo da tese, não anulam a potência desses coletivos. Ao contrário, revelam a complexidade de atuar politicamente em um país onde o Estado se faz presente sobretudo pela via da repressão e ausente no que diz respeito às políticas de bem-estar social. Nas falas dos participantes, aparecem reiteradamente as tensões entre o medo e a coragem, a precariedade e a criatividade, a violência e a vida. Mesmo diante da ameaça constante da polícia, do abandono das políticas públicas, da deslegitimação midiática e da economia instável das plataformas digitais, os coletivos persistem porque compreendem a comunicação como instrumento de proteção, denúncia, memória, educação e organização comunitária. Benjamin (2012, 2021), ao refletir sobre os usos políticos dos meios técnicos, já intuía que a técnica pode ser reapropriada para fins emancipatórios quando operada desde as margens; nesta pesquisa, essa intuição pode ser reafirmada.

Outro aspecto fundamental observado ao longo do trabalho diz respeito à dimensão formativa da comunicação comunitária. Não se trata apenas de transmitir informações, mas de formar sujeitos e produzir consciência política. Ao organizar oficinas, rodas de conversa, eventos culturais, projetos de mídia e ações territoriais, esses coletivos atuam como instâncias de educação não formal, criando condições para que novos líderes surjam, para que jovens encontrem referências e para que práticas de solidariedade sejam fortalecidas. Esse processo formativo dialoga com a compreensão de que a consciência se constitui nas relações sociais e nas mediações simbólicas, sendo inseparável da linguagem, da história e da experiência coletiva (Vygotski, 1998; Bakhtin, 1997, 2006, 2010). Assim, comunicar, nessas experiências, não é

apenas informar, mas ensinar, aprender, traduzir, negociar sentidos e produzir leituras críticas sobre o mundo vivido.

Essa dimensão formativa se desdobra, ainda, na ocupação de espaços historicamente marcados pela presença escassa das classes populares, como a universidade, que passa a ser tensionada e ressignificada pela presença desses líderes enquanto produtores de conhecimento e não apenas como objetos de pesquisa. Ao circularem por eventos acadêmicos, grupos de pesquisa e espaços institucionais, esses sujeitos deslocam hierarquias tradicionais entre saber acadêmico e saber popular, afirmando a periferia como lugar legítimo de elaboração teórica e política. Tal movimento aproxima-se da noção gramsciana de intelectuais orgânicos, forjados nas lutas concretas de seus territórios e capazes de disputar a direção moral e cultural da sociedade (Gramsci, 2004).

Há, portanto, uma pedagogia da resistência inscrita no cotidiano desses coletivos, que se atualiza na articulação entre arte, denúncia, cultura, memória, mobilização comunitária e ocupação crítica dos espaços institucionais, produzindo fissuras nas fronteiras do conhecimento legitimado. A perspectiva dos coletivos investigados também se articula à concepção de sujeito aqui discutida. Para Bakhtin (2010), o sujeito é sempre relacional e inacabado, constituído nas trocas dialógicas e atravessado pelas vozes sociais que moldam cada enunciação. Vygotski (1998) destaca que a formação da consciência é inseparável dos processos históricos e das interações mediadas pela linguagem. Assim, as falas e práticas desses comunicadores não expressam individualidades isoladas, mas trajetórias inscritas na vida coletiva de seus territórios, revelando sujeitos que se forjam nas contradições sociais e produzem sentidos capazes de deslocar leituras hegemônicas sobre si e sobre seus contextos.

Contudo, é preciso reconhecer um limite estrutural que atravessa todas essas práticas: o modo de sociabilidade capitalista restringe a capacidade de resistência desses coletivos. Como argumentam Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal reconfigura a vida social ao transformar cada esfera da existência – afetos, relações, criatividade, cuidado – em recurso ou ativo a ser explorado. Nesse sentido, mesmo práticas potentes de arte, educação, cultura e mobilização política são tensionadas por uma lógica que busca captura-las, convertê-las em valor e submetê-las às pressões da sobrevivência material.

Angela Davis (2018) também ressalta que resistências localizadas, embora fundamentais, enfrentam limites estruturais quando confrontadas com dispositivos de exploração sistêmica que excedem a escala comunitária. Assim, ainda que os coletivos reinventem modos de comunicar e existir, suas práticas permanecem vulneráveis ao corte de financiamentos, à militarização dos territórios, à concentração midiática e ao controle

algorítmico da circulação da informação. Esses limites não diminuem a importância das iniciativas; ao contrário, tornam evidente que sua potência depende também de transformações políticas mais amplas.

É importante reconhecer que esta pesquisa, ao mesmo tempo em que ilumina várias dimensões desses processos, também encontra limites inerentes ao seu desenho metodológico e às condições concretas de realização. A distância geográfica entre pesquisadora e participantes, o recorte temporal delimitado pelo período de coleta e a impossibilidade de observar *in loco* todas as práticas comunicacionais são fatores que restringem parte das análises, mas apontam para a possibilidade e necessidade de novas pesquisas que possam romper essas barreiras. Nesse sentido, o percurso realizado no estudo oferece contribuições a partir da articulação de campos teóricos pouco dialogados, e demonstra a importância de metodologias que integrem materiais digitais a narrativas situadas, reafirmando a urgência de fortalecer iniciativas comunitárias em um país profundamente desigual.

Ao final deste trabalho, torna-se possível afirmar que a comunicação comunitária não é apenas um objeto de estudo, mas uma estratégia para um projeto de sociedade que afirma a vida, a cultura, a memória e as lutas das periferias como produtoras legítimas de conhecimento. Em um contexto no qual a desinformação, o ódio e a criminalização da pobreza se intensificam, sustentar essas vozes não é tarefa apenas dos coletivos, mas um compromisso ético-político de todos aqueles que defendem uma democratização da comunicação. As resistências que emergem do Morro Bonito, do Bairro do Tucupi, do Bairro da Luz e de tantas outras periferias brasileiras mostram que, mesmo diante de estruturas violentas, há sempre quem invente outras maneiras de existir, narrar e se organizar.

A comunicação comunitária, nessas experiências, aparece como horizonte tecido no entrelaçamento de narrativas, práticas, alianças, afetos, e que tensiona a possibilidade de uma sociedade em que as vozes historicamente silenciadas não apenas falem, mas definam os rumos do que é dito, vivido e lembrado. É nessa aposta ética que esta tese se encerra, sabendo que, como toda pesquisa comprometida com a vida, ela não fecha um ciclo, mas abre caminhos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- AGÊNCIA BRASIL. *Governo do Rio contabiliza 119 mortes e nega que operação foi chacina*. Brasília, 29 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-10/governo-do-rio-contabiliza-119-mortes-e-nega-que-operacao-foi-chacina>. Acesso em: 30 out. 2025.
- AIC – Aliança contra a Desinformação. Observatório Participativo da Desinformação. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://aic.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- ALBRECHT, L. M. A.; CIPOLLA, C. “Voz das Comunidades”: identificação e análise dos fatores que permitiram seu ganho de escala. **MIX Sustentável**, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 65–74, 2023. DOI: 10.29183/2447-3073.MIX2023.v9. n.4. p. 65-74. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/view/6212>. Acesso em: 29 out. 2025.
- ANDRADE, I. R. de; NUNES, M. V. **Mídia NINJA e a comunicação contra-hegemônica**. *Revista Alterjor: Grupo de Estudos Alterjor – Jornalismo Popular e Alternativo (ECA/USP)*, São Paulo, v. 2, n. 24, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alterjor/article/view/174818>. Acesso em: 29 out. 2025.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1997.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2021.
- BONILLA, V. D. et al. Causa Popular, Ciência Popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997a.
- _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario/>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Comunicação Comunitária: desafios e perspectivas. Brasília: Ministério da Cultura, 2014.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

CABRAL, E. D. T. Mídia concentrada no Brasil: até quando? **Revista latinoamericana de ciencias de la comunicación**, v. 13, p. 48-59, 2016. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/238>. Acesso em: 20 out. 2023.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARONE, I. **Adorno em Nova York: os estudos de Princeton sobre a música no rádio (1938-1941)**. São Paulo: Alameda, 2019.

CASTELLS, M. **Communication Power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CASTRO, D. **Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos**. Intexto, Porto Alegre, n. 31, p. 197-214, dez. 2014.

CASTRO, J. L. de; OLIVEIRA, A. N. de. “É nós protagonizando na tela”: a experiência local do coletivo de comunicação popular Tela Firme na periferia de Belém, Pará. **Pol. Cult. Rev.** v. 11, n. 2, 190-215, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28809>. Acesso em: 20 out. 2023.

CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Desenvolvimento; ABCD, Ação Brasileira de Combate às Desigualdades. **Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades: Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades**, São Paulo: 2024. Disponível em: <https://cebrap.org.br/observatorio-brasileiro-das-desigualdades-lancado-o-relatorio-de-2024/>. Acesso em: 18 out. 2024.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. v. 1.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Niterói, RJ: Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

COULDRY, N. **Why Voice Matters: Culture and Politics After Neoliberalism**. London: SAGE, 2010.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DANTAS, M., MOURA, D., RAULINO, G., ORMAY, L. **O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DANTAS, R. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, E. G. (Org.) **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 91-118.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Median. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEARING, J. W.; ROGERS, E. M. **Agenda-setting**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

DIAS, C. C. N.; AMARAL, A. J. do. **Criminologia crítica: teoria e política criminal contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DINIZ, A. L. **Jornalismo em segurança pública: uma nova postura na cobertura da violência urbana no Brasil**. 2006. Dissertação. (Universidade Cândido Mendes - Tijuca, Rio de Janeiro, 2016).

EDSON. Entrevista concedida à autora. 2022.

ELLIS, C.; BOCHNER, A. Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (org.). **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 733-768.

ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, 1993. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/J-Communication-1993-Entman.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

ESTRELA D'ALVA, R. **Teatro Hip-Hop**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: **Representações Performáticas Brasileiras: teóricas, práticas e suas interfaces**. ALEXANDRE, M. A. (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 16-21.

FALS BORDA, O. **Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla**. Bogotá: Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDARCO), 1978.

_____. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: C. R. BRANDÃO (Ed.). **Pesquisa participante**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981, p. 42-62.

_____. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2009.

FANON, F. **Os condenados da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERNANDES, B. F.; SCALOPPE, M. A construção da rádio comunitária CPA FM. In: ALCAR – XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2017, São Paulo. **Anais Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie SP, 2017. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-11o-encontro-2017/>. Acesso em: 15. abr. 2024.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPESP, 2001.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAGA, P. C. P. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens. In: M. A. SALES, M. C. de MATOS, M. C. LEAL (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 81-103. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/36e51587e1e94e14b94617528e6f5895?access_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777. Acesso em: 7 ago. 2025.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139–152, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>. Acesso em: 10 out. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREITAS, M. T. A. *et al.* O sujeito nos textos de Vigotski e do Círculo de Bakhtin: implicações para a prática da pesquisa em educação. **Fractal – Revista de Psicologia**, v. 27, n. 1, p. 50-55, jan-abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/8zFg3TQJyBhLfmHBLNXLT4z/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILMORE, R. W. **Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California**. Berkeley: University of California Press, 2007.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilização civil no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: SILVA, L. A. P. da (org.). **Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ-REY, F. L.; MARTÍNEZ, A. M. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2017.

GRATTAN, S.; REUTERS. **Social media failing to keep up with Brazil electoral disinformation, rights groups say**. Euronews, 28 out. 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/next/2022/10/28/brazil-election-social-media>. Acesso em: 6 jan. 2026.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere: volume 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere: volume 1 – Introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**. Volume 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GUARESCHI, P. A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. **Revista debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2505>. Acesso em: 20 out. 2024.

_____. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GUAZINA, L. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 49–64, 2007.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAUBRICH, A. F. Reflexões e caracterizações sobre mídias alternativas. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2015, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015, p. 1-14. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3951-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

HELLER, L. **Saneamento e saúde pública**. Brasília: OPAS, 1997.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 2, n. 5, p. 53-91, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38327>. Acesso em: 12 nov. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 18 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avanços e limites na implementação de políticas públicas de comunicação no Brasil**. Brasília, 2025.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação**. São Paulo: Intervozes, 2010.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JORGE. Entrevista concedida à autora. 2022.

JUNIOR, J. A. S.; PROCÓPIO, P. P.; MELO, M. S. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.31, n.2, p. 205-221, 2008. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/176>. Acesso em: 08 abr. 2024.

- KAHN, T. et al. **Projeto mídia e violência**. Resarch Gate, 2023.
- KARAM, J. **A ética jornalística e o interesse público**. Summus Editorial, 2004.
- KUBIK, G. **Africa and the Blues**. Jackson: University Press of Mississippi, 1999.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, J. C.; OLIVEIRA, R. V. de. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: contemporanea.ufscar.br
- MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?lang=pt>.
- MAIA, K. B. F; AGNEZ, L. F. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. **E-Compós**, Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/504>.
- MALERBA, J. P. Catarse e contra-hegemonia: Contribuições teóricas Gramscianas para a comunicação comunitária. **Razón y Palabra**, Monterrey, v. 18, n. 86, 2014. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N86/M86/09_Malerba_M86.pdf. Acesso em 08 abr. 2024.
- MARCELO. Entrevista concedida à autora. 2022.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- _____. ¿Desde dónde pensamos la comunicación hoy? **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 128, p. 13-29, 2015. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/13402>. Acesso em: 12 maio 2024.
- MARTINS, G.; PAIVA, R. Favela da Maré: a comunicação comunitária como geradora de mudança social. **RUA**, Campinas, SP, v. 29, n. 1, p. 97–109, 2023. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/capa/386-favela-da-mare-a-comunicacao-comunitaria-como-geradora-de-mudanca-social>. Acesso em: 24 out. 2024.
- MARTINS, L. **A Cena em Sombras: Ensaio sobre a Poética Negra**. Belo Horizonte: Mazza, 1997.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MATTOS, S. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quaterly**, v. 36, n. 2, p. 176-182, 1972. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/317122086_The_Agenda-Setting_function_of_mass_media. Acesso em: 20 abr. 2023.

MENDES, S. M. **Juventude e mídia tribunal: considerações sobre a violência a partir de uma abordagem televisual**. Curitiba: Appris, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009a.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009b.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, v. 110, p. 270-287, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsH/>. Acesso em: 23 out. 2024.

MORAES, D. **A Batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 53-77, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 25 out. 2024.

_____. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: D. de MORAES; I. RAMONET; P. SERRANO. (Orgs.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 14-39.

MOSCOSO TEIXEIRA, J.; JORGE, A. Crowdfunding Platforms in the Political Economy of Alternative Media. **Comunicação e Sociedade**, n. 39, p. 87-107, 2021.

NASCIMENTO, É. P. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NEVES, J. D. V.; OLIVEIRA, G. da S.; BASTOS, S. N. D. A produção do conhecimento e a constituição de sujeitos: diálogos com os diferentes Vygotsky, Bakhtin e Freire. **Comunicação & Educação**, ano 26, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/185676/178684>. Acesso em: 18 ago. 2025.

OLIVEIRA, R. de; SOUZA, L. de; PEREIRA, T. *Raça, território e letalidade policial no Brasil contemporâneo*. **Revista de Estudos Criminais**, v. 22, n. 2, p. 55-79, 2024.

ONU - Habitat. **Relatório anual**. Brasília: 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/240331-relat%C3%B3rio-anual-2022-do-onu-habitat>. Acesso em: 18 out. 2024.

PAIVA, R. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, E. G. (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

PATTON, M. Q. **Qualitative research & evaluation methods: integrating theory and practice**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERUZZO, C. M. K. Revisitando conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006, Brasília. **Anais** [...], 2006. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. *Comunicação & Sociedade*, n. 49, p. 13–38, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/cjos/n49/n49a02.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

_____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

PIMENTA, C. A. de A. A desinformação e os desafios para a democracia. **Suffragium, Fortaleza**, v. 14, n. 24, mar. 2025. Disponível em: <https://suffragium.tre-ce.jus.br/suffragium/article/view/210>.

PORTO, M. F. S. Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde. **Saúde e Sociedade**, n. 123, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/9hdtxTmWYXqmJcTKKCVPG5J/?lang=pt>.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAULINO, G. Capital e trabalho nas plataformas sociodigitais. In: DANTAS, M., MOURA, D., RAULINO, G., ORMAY, L. **O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet**. São Paulo: Boitempo, 2022, p. 145-212.

RIBEIRO, R. J. A desinformação e os desafios para a democracia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 76, n. 4, 2024. Disponível em: https://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252024000400003.

RIZZOTTO, C. C. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. **Rev. Estud. Comum**, v. 13, n. 31, p. 111-120, 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/estudosdecomunicacao/article/view/22403>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTINI, A. Cultura viva e comunicação comunitária. In: FERNANDES, A. (org.). **Novos rumos da comunicação comunitária no Brasil**. Rio de Janeiro: Produções, 2021, p. 29-38.

SANTOS, G.; AGUIAR, S. Breve história do pensamento latino-americano sobre a mídia alternativa, dos anos 1970 ao final do século XX. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie SP, 2017. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-11o-encontro-2017/>. Acesso em: 15 out. 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, S. dos.; AIRES, J. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, v. 1, n.1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SAWAYA, A. L.; ALBUQUERQUE, M. P. de; DOMENE, S. M. Á. Violência em favelas e saúde. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 243–250, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180041>. Acesso em: 18 maio 2024.

SIQUEIRA, L. S. Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica. **Revista Temporalis**, v. 24, n. 12, p. 353-384, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338606817_DESENVOLVIMENTO_E_POBREZA_UMA_ANALISE_CRITICA. Acesso em: 20 abr. 2024.

SOUSA, D. C. V. de; LIMA, O. L. A.; BERTI, O. M. de C. Comunicação popular e juventude: vivências e práticas na região norte do Piauí. In: ALCAR – XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2017. São Paulo. **Anais**. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie SP, 2017. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-11o-encontro-2017/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SOUSA, M. B. C. A. de; LUSSI, I. A. de O. Uberização do trabalho e precarização da vida. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 57, 2022. Disponível em: periodicos.ufpb.br

SOUZA, S. J. e; ALBUQUERQUE, E. D. P e. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. **Rev. Estud. Discurso**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 109-122, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/rxyrcnwMdPtWsbXTtLRLb4C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

SOUZA, S. J. e; CARVALHO, C. S. Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 98-112, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61385>. Acesso em: 15 out. 2024.

SVARTMAN, B.; MASSOLA, G. A dialética do enraizamento/desenraizamento nas experiências de participação e relação com o socioambiente. In: SVARTMAN, B. P., MASSOLA, G. M. (Org.) **Comunidade, território e enraizamento: diálogos entre a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Ambiental Latino- Americana**. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP, 2023, p. 13-37.

TEIXEIRA, L. M. **Novos modelos de gestão de conteúdos: uso de tecnologias digitais pela Mídia NINJA**. *Comunicação e Política, OpenEdition Journals*, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/7626>. Acesso em: 29 out. 2025.

TERRA. *Veja o local onde dezenas de corpos foram encontrados após a megaoperação da polícia no RJ*. São Paulo, 29 out. 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/videos/veja-o-local-onde-dezenas-de-corpos-foram-encontrados-apos-a-megaoperacao-da-policia-no-rj>. Acesso em: 30 out. 2025.

THE GUARDIAN. **YouTube and Facebook letting Brazil election disinformation spread, NGO says**. São Paulo, 20 out. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/oct/20/brazil-election-disinformation-youtube-facebook>. Acesso em: 6 jan. 2026.

- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.
- VIEIRA, J. A. O uso do diário em pesquisa qualitativa. **Cadernos de linguagem e sociedade**, v. 5, p. 93-104, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/6518>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. **Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity**. Durham: Duke University Press, 2009.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 288-322, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- _____. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ZANELLA, A. V. **Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.